

# FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – 50 ANOS

## EDUCAÇÃO

**António Nóvoa e Jorge Ramos do Ó<sup>1</sup>**

A Educação é uma das quatro “bases essenciais” estabelecidas no testamento público de Calouste Gulbenkian e vertidas para os Estatutos da Fundação em 1956<sup>2</sup>. Se as restantes – a Caridade, a Arte e a Ciência – se encontram razoavelmente delimitadas, no sector da Educação serão integradas as missões que correspondem a objectivos educativos, culturais, de divulgação e de formação, no sentido lato do termo: bolsas de estudo, bibliotecas, planos editoriais, subsídios, apoios a projectos, revistas, etc.<sup>3</sup>

Esta dispersão terá sido uma das causas da inexistência, ao longo destes cinquenta anos, de uma matriz clara na realização do fim estatutário *Educação*. A leitura dos relatórios anuais permite verificar a diversidade de iniciativas e de apoios que são incluídos neste sector, tratados sempre com muito cuidado e rigor, mas numa análise caso a caso que dificulta a identificação de grandes orientações estratégicas<sup>4</sup>. Duas excepções merecem, desde já, uma menção especial: a política de atribuição de bolsas e a intervenção no domínio das bibliotecas itinerantes e fixas. Pela sua

---

<sup>1</sup> Queremos deixar uma palavra de agradecimento à Mestra Ana Luísa Paz que nos deu uma colaboração preciosa, de grande qualidade, na recolha e sistematização dos documentos existentes nos Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>2</sup> A colaboração dos serviços da Fundação, em particular do Serviço de Educação e Bolsas e do Arquivo, revelou-se essencial para a escrita deste capítulo. Foi valiosíssima a ajuda que nos prestaram, tanto na recolha da informação como na verificação e correcção dos dados. Queremos agradecer, em particular, ao Dr. Manuel Carmelo Rosa e à Dr<sup>a</sup> Maria Helena Melin Borges que aceitaram a tarefa de analisar e corrigir a versão final do texto.

<sup>3</sup> O texto analisa, inevitavelmente de forma desigual, as principais actividades desenvolvidas no âmbito de três serviços da Fundação – Educação, Bolsas e Bibliotecas – que deram origem, em 2000, ao Serviço de Educação e Bolsas, integrando as actividades do Serviço de Bibliotecas em 2002.

<sup>4</sup> Apesar de esta definição ter sido, desde sempre, uma das preocupações dos dirigentes da Fundação, como se explica no livro publicado por ocasião do 25º aniversário: “Logo que a Fundação iniciou a sua actividade na área da educação [...] tornou-se manifesto que era particularmente difícil, mas absolutamente indispensável, delimitar o campo de intervenção, escolher domínios a abranger e zonas a excluir, por mais indesejada que fosse esta última operação” (*Fundação Calouste Gulbenkian 1956/1981 – 25 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 249).

continuidade e adequação à actividade fundacional e às necessidades da sociedade portuguesa, elas destacam-se como pilares essenciais do trabalho realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian no primeiro meio século da sua existência.

Esta *plasticidade* liberta a Fundação de uma visão escolarizante projectando a sua influência num conjunto alargado de áreas sociais, científicas e culturais. “É a ideia de educação que tem dominado a sua intervenção e não apenas o ensino, a escola” – lê-se no balanço dos 25 anos. Por este motivo, “e porque a educação envolve o homem todo e todos os homens”, a acção da Fundação não se manifesta em grandes obras: “Ela dissemina-se pelo País inteiro, até aos mais pequenos lugares”<sup>5</sup>.

A personalidade de Ferrer Correia, administrador do Pelouro da Educação durante quase quatro décadas, até assumir a Presidência em 1993 – tendo embora mantido a jurisdição da Educação até 1998, quando Diogo de Lucena assumiu este Pelouro – não é alheia a esta orientação, que se acomoda bem a uma concepção fundacional marcadamente pragmática. Estamos perante uma actividade que vai preenchendo os espaços vazios, sobretudo aqueles que as políticas públicas não têm capacidade para ocupar: “Sendo a Educação uma das necessidades básicas do povo, o Estado inclui a sua satisfação entre os objectivos que prossegue. Só que foram sempre diminutos os recursos que, nos diferentes contextos históricos, o Estado pôde afectar a tal escopo. Por isso, há agências oficiais que, para promover as suas finalidades, necessitam de procurar financiamento noutras áreas. A Fundação é uma delas”<sup>6</sup>.

A partir de um impulso inicial, a Gulbenkian acompanha a evolução das actividades, procurando colmatar lacunas existentes e responder a necessidades concretas de pessoas e instituições. Não há uma intencionalidade programática explícita – ainda que seja evidente a definição, em certos períodos históricos, de algumas prioridades –, mas antes a vontade de contribuir para o desenvolvimento de áreas mais desprotegidas. Ao abdicar de um “programa”, a Fundação define uma política que se revela particularmente eficaz, pelo menos durante o primeiro quarto de século da sua vida (1956-1981). Mas quando o Estado começa a ocupar-se de algumas destas áreas (bolsas, bibliotecas, investigação pedagógica, etc.) percebem-se hesitações que revelam a dificuldade de coabitar em espaços que até aí tinham permanecido sob a sua influência. Nuns casos, a Fundação retira-se, com o argumento de que lhe compete apenas uma “função supletiva”. Noutros, mantém uma “actividade complementar”, pouco diferenciada, o que levanta frequentes debates internos.

A Fundação desenvolve uma identidade, que marca também a sua imagem para o exterior, baseada numa divisão entre a concessão de “subsídios e apoios” e as

---

<sup>5</sup> *Fundação Calouste Gulbenkian 1956/1981 – 25 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 251.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 249.

“iniciativas próprias”. Este equilíbrio torna-se bastante difícil sempre que o Estado intervém, de modo mais sistemático, numa determinada área. Há inúmeros documentos e actas que confirmam uma indecisão que atravessa toda a história da Fundação, mas que se torna particularmente nítida após a queda do Estado Novo. Veja-se um interessante apontamento, da autoria de Victor de Sá Machado, redigido no âmbito da Comissão de Reestrutura [sic] nomeada em 1975. Depois de referir o duplo papel da Fundação – “intervenção indirecta, pela via de distribuição, ou directa, pela via de actividade própria” –, Sá Machado explica a necessidade de “debater e definir o tipo de articulação desejável entre a intervenção da Fundação e a acção do Estado”, sobretudo num período histórico em que “a acção do Estado tende a ser global e totalizante”, avançando a seguinte proposta: “Sendo pacífico que a Fundação não pode deixar de trabalhar em áreas básicas – em que concorre, justamente, o interesse da grande maioria dos portugueses – não se exclui que aí a sua intervenção tenha carácter de fronteira ou de vanguarda, no antecipar, por exemplo, de soluções. Esse carácter terá sempre a ver com um sentido catalizador de transformações, de superação do *statu quo*”<sup>7</sup>.

O problema não surge apenas em 1974/1975. Está presente nas reflexões dos responsáveis da Gulbenkian desde o primeiro momento<sup>8</sup>. Mas torna-se particularmente agudo quando há uma disputa pelos mesmos territórios de intervenção. Sempre que a Fundação abandona uma lógica de *grant giving*<sup>9</sup> para caminhar no sentido de colaborações ou parcerias, sente-se algum desconforto que conduz, regra geral, a uma reflexão sobre “a missão da Fundação”. Falando apenas do pelouro da Educação, estas “dificuldades” foram-se avolumando a partir do início dos anos setenta, quando o Governo de Marcelo Caetano ensaiou um processo de abertura e de modernização nas áreas da educação e da cultura. Mais tarde, o desenvolvimento de departamentos de educação e de pedagogia no ensino superior, bem como as reformas empreendidas na década de oitenta<sup>10</sup>, conduziram ao aparecimento de inúmeras instituições neste sector. Ao mesmo tempo, a adesão à Comunidade Económica Europeia vem permitindo o acesso a um conjunto de recursos, nas áreas da Educação, designadamente através do

---

<sup>7</sup> Victor de Sá Machado, *Apontamento – Comissão de Reestrutura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4 de Março de 1975 (Arquivo – cota 1787).

<sup>8</sup> Consultar, por exemplo, algumas das Actas do Conselho de Administração, guardadas no Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, que contêm os relatórios anuais de actividade apresentados pelo Administrador do Pelouro da Educação: reunião de 12 de Outubro de 1959 (acta nº 52/1959), reunião de 17 de Abril de 1964, realizada em Londres (Acta nº 186/1964), reunião de 28 de Março de 1968 (Acta nº 291/1968), reunião de 16 de Fevereiro de 1971 (Acta nº 11/71).

<sup>9</sup> Decidimos manter a expressão no original, *grant giving*, tendo em conta o seu significado simbólico e o modo como ela é utilizada nos debates internos da Fundação.

<sup>10</sup> Assinale-se que a reforma curricular dos anos oitenta foi, em grande medida, pensada por Eduardo Marçal Grilo, que viria a desempenhar mais tarde um papel de destaque na estrutura da Fundação, e realizada por Roberto Carneiro, consultor da Fundação e director da revista *Colóquio – Educação* (1997-1999), além de comissário da primeira grande conferência anual em 2000.

Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP), e da Ciência, com um reforço considerável das bolsas para formação pós-graduada.

Nos anos noventa, Portugal era já um país muito diferente daquele que vira nascer, em 1956, a Fundação Calouste Gulbenkian. A linha de rumo então traçada parecia, agora, insuficiente. Azeredo Perdigão teve uma intuição clara do problema, afirmando que ele só poderia ser resolvido através de uma cooperação institucional em áreas que tinham estado, até aí, sob a influência dominante da Fundação (as bibliotecas, as bolsas, a própria investigação pedagógica, etc.). Mas seria no mandato do novo presidente, Ferrer Correia, que a questão se impôs como tema inadiável de reflexão<sup>11</sup>. Em nota para o Conselho de Administração, datada de 12 de Setembro de 1994, defendeu a necessidade de aceitar que a Fundação se ressentia “de um certo imobilismo, resultante desde logo da falta de rejuvenescimento do seu Conselho de Administração” e também – embora este aspecto não fosse o mais frequentemente focado – “da falta de uma relação sistemática e institucionalizada com a sociedade civil”<sup>12</sup>.

Ferrer Correia tinha uma longa experiência na Fundação, em particular nas áreas da educação e da cultura. Ele compreendeu, melhor do que ninguém, a necessidade de encontrar uma nova missão para a instituição ou, melhor dizendo, de encontrar uma nova maneira de cumprir os objectivos definidos no fim estatutário *Educação*. A abertura que preconizava traduziu-se, desde logo, na nomeação de um Conselho Consultivo Geral, que iniciou funções em 1995 e que incluiu, entre os seus membros, vários especialistas da educação, com destaque para Veiga Simão e Roberto Carneiro<sup>13</sup>. Três intervenções marcam a primeira reunião do Conselho. Roberto Carneiro reconheceria que muitas das missões da Fundação eram então “objecto de actividade corrente por parte de organismos públicos e privados”, sendo nessa medida necessário evoluir para uma “relação de parceria”, investindo na “preservação de centros de qualidade e excelência”<sup>14</sup>. Veiga Simão afirmou que “a política de fazer tudo sozinha estaria de certa maneira condenada”, aconselhando a Fundação a dedicar-se a “projectos de vanguarda ou projectos novos” e a dar “prioridade a parcerias”<sup>15</sup>. Rui Vilar, por seu turno, apontou as direcções da comunicação, da subsidiariedade e da federação,

---

<sup>11</sup> Relembre-se que Azeredo Perdigão morreu em 1993, sucedendo-lhe Ferrer Correia no cargo de presidente do Conselho de Administração.

<sup>12</sup> A. Ferrer Correia, *Nota para o Conselho de Administração*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 12 de Setembro de 1994 (Arquivo – cota 1904).

<sup>13</sup> O Conselho Consultivo Geral reúne-se pela primeira vez no dia 5 de Julho de 1995, estando presentes todos os seus membros: Ferrer Correia (presidente), Diogo Freitas do Amaral, Roberto Carneiro, Daniel Proença de Carvalho, Isabel Magalhães Colaço, António Coutinho, Alexandre Linhares Furtado, Maria de Jesus Serra Lopes, Manuel Machado Macedo, Vítor Melícias, Maria Helena Rocha Pereira, Júlio Pomar, Daniel Serrão, Artur Santos Silva, Veiga Simão e Emílio Rui Vilar (Acta do Conselho Consultivo Geral, nº 1, 5 de Julho de 1995: Arquivo – cota 1904).

<sup>14</sup> Acta do Conselho Consultivo Geral, nº 1, 5 de Julho de 1995 (Arquivo – cota 1904).

<sup>15</sup> *Idem*.

sublinhando “a ideia da interacção e da rede”, o que implicaria “convidar outras instituições a colaborar” com a Fundação<sup>16</sup>.

Na fase conclusiva da reunião, sublinhou-se que a Fundação deveria dedicar-se mais a “um papel prospectivo e de estudo” do que ao “exercício de uma actividade”: “pensar e seguidamente ter a iniciativa de projectos concretos, não aguardando que terceiros lhe apresentem pedidos ou propostas para então reagir”<sup>17</sup>. Esta orientação teria consequências de grande alcance nos serviços de Educação, de Bolsas e de Bibliotecas, conduzindo mesmo à nomeação de um Grupo de Trabalho para a área da Educação com o objectivo de repensar este sector e as suas prioridades<sup>18</sup>. Desde então, nos últimos dez anos, vários documentos de balanço, de reflexão e de prospectiva procuraram definir uma orientação estratégica para a Fundação<sup>19</sup>. Sem prejuízo da sua qualidade e interesse, eles revelam bem a dificuldade em dar um *sentido* à intervenção da Fundação neste campo. A nova realidade impunha uma reorganização interna, com a fusão dos serviços de Educação e de Bolsas, em 2000, e, dois anos mais tarde, a integração do sector das bibliotecas e do apoio à leitura neste mesmo Serviço.

O orçamento e plano de actividades anual, publicado regularmente a partir de 1997, apresenta um conjunto vasto de iniciativas e de subsídios, confirmando a amplitude e o desdobramento da intervenção da Fundação nesta área, mas também a dificuldade de estabelecer linhas de rumo bem definidas. No relatório do ano 2000, iniciou-se a prática de introduzir um pequeno texto de orientação, que assinala a necessidade de realizar parcerias, sublinhando a importância de valorizar “a formação ao longo da vida, o uso de novas tecnologias de informação na educação e a aquisição de novas aptidões e novos conhecimentos”, de modo a tornar “mais efectivo o sistema de educação/formação”<sup>20</sup>.

A partir do relatório de 2003, este texto introdutório tornou-se bastante mais extenso, definindo uma orientação para o Serviço de Educação. Aí se refere o desenvolvimento da sociedade portuguesa e o papel do Estado e dos recursos de que passou a dispor, sem esquecer que “nunca se registaram tão elevados níveis de

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Ver o *Memorando da reunião do Conselho Consultivo Geral de 4 de Julho de 1996* (Arquivo – cota 1857). Este grupo ficou constituído com quatro membros do Conselho Consultivo Geral (José Veiga Simão, Maria Helena da Rocha Pereira, Maria de Jesus Serra Lopes e Roberto Carneiro) e por dois membros do Conselho de Administração (Ferrer Correia e Sá Machado), contando ainda com a colaboração dos directores de serviços da Fundação (ver reunião de 16 de Outubro de 1996 do Conselho Consultivo Geral: Arquivo – cota 1857).

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, *Documento-síntese sobre o fim estatutário “Educação”* (documento sem assinatura datado de Dezembro de 1996: Arquivo – cota 1857); Fundação Calouste Gulbenkian - Grupo de Trabalho Educação (documento datado de Novembro de 1997: Arquivo – cota 1857).

<sup>20</sup> *Orçamento e plano de actividades para 2000*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 95.

frequência escolar, mas também nunca se assistiu a tão elevados níveis de insatisfação com os resultados do sistema educativo”<sup>21</sup>. No quadro de um conjunto de objectivos estratégicos, o relatório aponta quatro grandes linhas de trabalho:

- *Programa de formação de recursos humanos de grande qualidade*, que retoma as principais missões do antigo Serviço de Bolsas;
- *Programa de desenvolvimento educativo e cultural*, que define uma longa lista de actividades e apoios a projectos, escolares e extra-escolares, abrangendo um conjunto alargado de instituições e de áreas prioritárias (língua portuguesa, ensino experimental, matemática, física, educação estética, etc.);
- *Programa de produção de materiais educativos e culturais*, que continua o trabalho editorial, nas diversas colecções de referência da Fundação;
- *Programa de divulgação de temas educativos de grande qualidade*, que procura estimular uma reflexão, nacional e internacional, em torno de questões de actualidade<sup>22</sup>.

O relatório terminaria com duas referências. A primeira, à metodologia de intervenção, na qual se explicava que, tendo em conta a crescente capacidade de intervenção do Estado, caberia à Fundação “reduzir e eliminar a sua actuação em domínios relacionados com o funcionamento regular do sistema educativo”. A segunda, sobre o acompanhamento e avaliação “ex-post” dos programas e projectos apoiados por ela<sup>23</sup>.

Estes pontos resumem uma história de cinquenta anos. No que diz respeito ao *conteúdo* da intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian, com uma progressiva evolução de uma lógica supletiva ou complementar em relação ao Estado para uma orientação marcada, segundo os seus responsáveis, por um apoio à qualidade, à inovação e à reflexão prospectiva. No que diz respeito ao *método*, ainda que a preocupação com a avaliação tenha surgido apenas num período recente, a Fundação sempre revelou um grande cuidado e transparência nas tomadas de decisão, definindo e explicando publicamente os seus critérios.

O presente texto organiza-se em torno das questões afloradas nesta introdução. Na impossibilidade de analisar o conjunto diversificado de actividades que estão hoje sob a tutela do Serviço de Educação e Bolsas, centrar-nos-emos nalguns pontos de referência do trabalho da Fundação:

---

<sup>21</sup> *Orçamento e plano de actividades para 2003*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 91.

<sup>22</sup> *Idem*, pp. 92-95.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 96.

1. Iniciaremos com uma reflexão geral sobre o método de intervenção da Fundação e as suas relações com o Estado;
2. Analisaremos, depois, o apoio à formação académica e científica dos estudantes, incidindo a nossa atenção sobre a política de concessão de bolsas e os programas editoriais;
3. O terceiro ponto será dedicado às chamadas “actividades circum-escolares”, marcadas pelo estímulo a actividades artísticas e culturais dirigidas à formação integral do estudante universitário;
4. Procederemos, de seguida, ao estudo das políticas de “difusão cultural”, referindo o trabalho realizado no âmbito das bibliotecas e do apoio à leitura pública;
5. Por último, dirigiremos o nosso olhar para o apoio às instituições e aos projectos educativos, com uma menção especial ao Centro de Investigação Pedagógica.

O texto tem como referência a estrutura interna da Fundação, nomeadamente a orgânica dos seus serviços. Mas o nosso olhar é exterior. Procurámos basear a interpretação num *corpus* o mais extenso possível, cruzando dados a partir de documentação variada, tanto impressa como manuscrita. Assim, as actas dos vários órgãos sucessivamente criados (Conselho de Administração, Comissão Delegada, Conselho de Leitura do Serviço de Bibliotecas Itinerantes, Conselho Consultivo, etc.) foram cotejadas com outras séries documentais, em particular com os *Relatórios* e os *Orçamentos e Planos de Actividades* que sistematizam o trabalho da Fundação ano a ano. Consultaram-se ainda todas as publicações periódicas criadas no âmbito da intervenção do pelouro da Educação, além de fontes depositadas no Arquivo, mormente textos redigidos pelos dois primeiros presidentes.

Como historiadores, interessa-nos compreender as mudanças que tiveram lugar entre 1956 e 2006, elucidando a acção da Fundação e o seu impacto na sociedade portuguesa no decurso do último meio século. Mas, para isso, é fundamental que estejamos atentos ao modo como a própria evolução do país influenciou as estratégias de intervenção da Fundação. Sem nos fecharmos numa periodização rígida, percebe-se, na nossa interpretação, a existência de duas fases distintas, que correspondem a dois regimes políticos distintos (1956 a 1974o regime).

## **1. A FUNDAÇÃO E AS SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO**

O complexo processo que conduziu à criação de uma fundação “portuguesa, perpétua, com sede em Lisboa”<sup>24</sup>, bem como à nomeação de uma maioria de administradores de nacionalidade portuguesa, deixou uma *marca* que se revelaria decisiva na sua identidade e no seu modo concreto de actuação. Para defender os interesses nacionais, Azeredo Perdigão usaria como argumento principal a isenção de impostos concedida pela lei portuguesa. Ao fazê-lo, estava a colocar a Fundação perante uma responsabilidade pública e um dever de prestação de contas.

É certo, como afirma Ellen Condlifee Lagemann, que as fundações se situam sempre numa “zona cinzenta” entre o público e o privado<sup>25</sup>. Mas, quando se compara o funcionamento da Gulbenkian com o das suas congéneres internacionais, percebe-se claramente um pendor de serviço público. Esta matriz manifesta-se não só nas prioridades e na forma de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian, mas também na imagem que ela projecta para o exterior. A este propósito, o cuidado no modo de decidir e de justificar a atribuição das verbas é exemplar. A Fundação sentiu, desde muito cedo, a obrigação de explicar aos portugueses a sua actividade. Logo em 1959 o Conselho de Administração decidiu, por proposta do seu presidente, “fazer, anualmente, dois comunicados à imprensa, um nos primeiros dias de Janeiro e outro nos primeiros dias de Julho”<sup>26</sup>. Na verdade, um dos aspectos mais relevantes da sua história é a relação de confiança que estabeleceu e foi mantendo com a sociedade portuguesa<sup>27</sup>.

Desde os primeiros tempos que se manifestou a intenção de realizar *inquéritos* que permitissem ajustar a actividade fundacional às necessidades sociais. Para que da acção da Gulbenkian resultasse “o maior proveito para a colectividade”, Azeredo Perdigão recomendou, logo no primeiro relatório do presidente, que se fizesse “um vasto inquérito junto das entidades oficiais e particulares”, mais habilitadas a dar o seu parecer acerca de quais seriam, “dentro de cada sector da educação, as tarefas e os empreendimentos que, sempre no plano do interesse geral”, mais poderiam “merecer e justificar a nossa atenção e o nosso patrocínio”<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Consultar, neste livro, o capítulo da autoria de José Medeiros Ferreira.

<sup>25</sup> Ellen Condlifee Lagemann, *Philanthropic Foundations – New scholarship, new possibilities*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press, 1999, p. xi. Ver também Walter W. Powell & Elisabeth S. Clemens (eds.), *Private action and the public good*, New Haven & London, Yale University Press, 1998.

<sup>26</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, n° 91, 9 de Dezembro de 1959.

<sup>27</sup> Esta atitude esteve também presente na maneira como a Fundação colocou à nossa disposição, sem quaisquer reservas, os seus documentos e arquivos. É algo que queremos realçar, sobretudo se atendermos às frequentes queixas dos investigadores quanto ao carácter “fechado” das Fundações e ao modo como “desencorajam uma escrita académica” sobre a sua história (ver Ellen Condlifee Lagemann, *Philanthropic Foundations – New scholarship, new possibilities*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press, 1999, p. ix).

<sup>28</sup> José Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 167.

Esta preocupação cedo conduziria a Fundação Calouste Gulbenkian a recorrer ao concurso de especialistas, primeiro, a título individual, para elaborarem pareceres sobre determinadas matérias, e mais tarde, num plano colectivo, enquanto membros de conselhos consultivos ou de grupos de reflexão. É certo que estas redes caracterizam o funcionamento de muitas fundações e organizações não-governamentais<sup>29</sup>. Mas, no caso da Gulbenkian, o papel dos especialistas emergiu bastante cedo e adquiriu um peso significativo no processo de tomada de decisão. Numa reunião conjunta das principais fundações americanas e europeias, realizada em Bellagio, em 1969, sublinhava-se, como característica própria da Fundação Calouste Gulbenkian, o recurso a comissões de especialistas, procurando, “na medida do possível, evitar o subjectivismo das decisões”. C. Alves Martins, representante português nesta reunião, registou nos seus apontamentos que “semelhante processo de trabalho foi reconhecido como sendo o ideal”, acrescentando, no entanto, que as grandes fundações americanas, que haviam recrutado o seu pessoal no meio académico, temiam as fricções e oposições entre os seus dirigentes e consultores e que a dimensão das outras instituições americanas e europeias “não era de molde a permitir uma orgânica deste tipo”<sup>30</sup>.

É nesta articulação entre o estabelecimento de regras, o reconhecimento público e o recurso a um saber especializado que se cria um “estilo” próprio da Gulbenkian. Comparando com outras fundações, verifica-se uma preocupação com a utilização eficiente e socialmente útil das verbas disponíveis, ainda que a documentação consultada não registe uma especial atenção à avaliação posterior dos projectos apoiados<sup>31</sup>. Há desde sempre um esforço de acompanhamento das pessoas, designadamente dos bolseiros, e até a sua integração em actividades da Fundação, que assim cria uma sólida *esfera de influência*, mas não há uma sistemática avaliação dos resultados obtidos.

No segundo relatório do presidente, referente ao período 1960-1962, lê-se que a Educação “é o mais vasto sector de actividade da Fundação e aquele em que anualmente se despendem somas mais elevadas”<sup>32</sup>. Nos relatórios seguintes, insiste-se que “tem sido, sem dúvida, a educação aquele fim estatutário da Instituição que mais capitais tem absorvido”<sup>33</sup> ou que “a educação continuou a ser um dos sectores mais activos, tendo

---

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, John Boli & George Thomas (eds.), *Constructing World Culture – International nongovernmental organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, 1999.

<sup>30</sup> Ver os apontamentos da Reunião conjunta das principais fundações americanas e europeias, realizada em Bellagio, de 2 a 4 de Maio de 1969 (Arquivo - cota 1787).

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, Peter Frumkin, “Private foundations as public institutions”, in Ellen Condliffe Lagemann, *Philanthropic Foundations – New scholarship, new possibilities*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press, 1999, pp. 69-98.

<sup>32</sup> José Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 139.

<sup>33</sup> José de Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1963 – 31 de Dezembro de 1965)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 129.

absorvido cerca de 50% do total das distribuições”<sup>34</sup>. À medida que a Fundação foi alargando as suas actividades, a percentagem de verbas atribuída ao sector da Educação diminui ligeiramente, assumindo os “fins artísticos” a fatia maior de financiamentos<sup>35</sup>. Esta evolução decorreu, também, de uma redefinição de funções no pós-1974, passando a Educação a dispor, em média, de cerca de 35% do orçamento. Na verdade, o Estado começou a ter uma intervenção bem mais significativa no campo educativo e, como escreveu Sá Machado, no documento já citado de 1975, “as Fundações devem sobretudo orientar-se para zonas de fronteira ou de ponta, visando, por conseguinte, as questões que, pela margem de risco envolvido, não são susceptíveis de tratamento pelo Estado”<sup>36</sup>.

Em 1956, existia já uma importante experiência internacional de acção fundacional na área da Educação. Desde o início do século XX tinham-se desenvolvido importantes instituições com forte intervenção educativa, tais como a Carnegie Corporation (1911), a Fundação Rockefeller (1913) ou a Fundação Ford (1936). Elas estiveram na origem de relevantes institutos e investigações que promoveram os princípios pedagógicos da modernidade, ao mesmo tempo que estabeleceram as bases de uma nova “ciência social”<sup>37</sup>. Após a Primeira Grande Guerra, os esforços de cooperação conduziram ao aparecimento de várias organizações internacionais, de carácter intergovernamental, como, por exemplo, o Bureau International d’Éducation (1929).

Esta ambiência levou, depois da II Guerra Mundial, à consolidação de redes científicas e de investigação que tenderam a constituir-se como um elemento de apoio às políticas educativas. Foi assim que grande parte das fundações, para além das suas actividades habituais (bolsas, publicações, subsídios, etc.), definiu estratégias de intervenção que influenciaram profundamente os sistemas de ensino, no plano nacional e internacional: desde a preocupação com os exames até, mais tarde, à avaliação das escolas e dos professores, desde o lançamento dos testes psicopedagógicos até ao desenvolvimento da psicologia da infância, desde a promoção de modelos específicos de formação de professores até à aposta nos audiovisuais e, mais tarde, nas tecnologias da informação e comunicação.

---

<sup>34</sup> José de Azeredo Perdigão, *IV Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1966 – 31 de Dezembro de 1968)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 143.

<sup>35</sup> Estes dados resultam de uma análise dos orçamentos, planos de actividades e relatórios apresentados pela Fundação Calouste Gulbenkian. Ao longo do capítulo, evitaremos uma apresentação detalhada de números e estatísticas, tendo em conta que, no âmbito do seu Cinquentenário, a Fundação publicará um outro volume que, a exemplo do que aconteceu no 25º aniversário, apresentará em síntese o que foram as suas realizações no prosseguimento dos respectivos fins estatutários.

<sup>36</sup> Victor de Sá Machado, *Apontamento – Comissão de Reestrutura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4 de Março de 1975 (Arquivo - cota 1787).

<sup>37</sup> Ellen Condliffe Lagemann, *The politics of knowledge – The Carnegie Corporation, philanthropy, and public policy*, Chicago & London, The University of Chicago Press, 1989, pp. 153-179.

“Apenas através da educação popular será possível ao homem erguer a estrutura de uma civilização duradoura”<sup>38</sup> – a frase de Andrew Carnegie, que ilustra o compromisso tradicional das fundações, está bem presente na história da Fundação Calouste Gulbenkian. Mas as grandes fundações internacionais têm evoluído, sobretudo depois de 1945, para linhas de actuação que definem, também, uma certa *agenda política*. Ellen Condliffe Lagemann fala mesmo de uma viragem que as conduziu de uma acção como “banco filantrópico” – isto é, uma organização essencialmente vocacionada para a concessão de subsídios – para uma agência de análise e de intervenção na política educativa<sup>39</sup>. É neste plano que emerge um discurso fundacional marcado pelas ideias da qualidade e da inovação, e até mesmo pela vontade de “antecipar o futuro”. Semelhante discurso inspira também a actividade da Fundação Calouste Gulbenkian, designadamente no período de lançamento do Centro de Investigação Pedagógica, ainda que, nesta dimensão, o seu papel não tenha sido determinante.

### **Um Estado ao lado do Estado**

“Alguns dos problemas essenciais da educação que a Fundação pode ajudar a resolver” é o título escolhido por Azeredo Perdigão para um dos capítulos do seu primeiro relatório<sup>40</sup>. Para além de um balanço sobre o período 1955-1959, o presidente propunha-se discutir os limites e o sentido de uma intervenção em matéria educativa. A frase sugere que o essencial das suas considerações iria remeter para modalidades de acção assentes nas hesitações e, até, nas confessadas incapacidades do Estado.

O programa educacional da Fundação Gulbenkian procurava, acima de tudo, responder às lacunas das políticas públicas, não deixando, no entanto, de se abrir a um relacionamento próximo com organismos da Igreja e da sociedade civil. Como se desta maneira a sua missão fosse, simultaneamente, *nacional*, promovendo iniciativas directas com o objectivo de preencher os vazios do Estado, e *local*, seleccionando da miríade de pedidos de subsídios avulsos aqueles que pudessem concorrer para a solução dos problemas educativos do país. Numa palavra, propunha-se fazer o que só ela podia fazer, pela sua *independência e estabilidade*.

As afirmações de Azeredo Perdigão, neste documento inicial, revelam bem os dilemas enfrentados pela Fundação nos primeiros tempos. Desde logo, pela circunstância de Calouste Gulbenkian ter criado “genericamente” um conjunto de fins

---

<sup>38</sup> A citação abre o sítio da Carnegie Corporation of New York ([www.carnegie.org](http://www.carnegie.org)): “Only in popular education can man erect the structure of an enduring civilization”.

<sup>39</sup> Ellen Condliffe Lagemann, *The politics of knowledge – The Carnegie Corporation, philanthropy, and public policy*, Chicago & London, The University of Chicago Press, 1989, p. 261.

<sup>40</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 129.

“sem por qualquer forma os especificar”, colocando assim os dirigentes da instituição numa situação “altamente embaraçosa”. Se os assuntos relativos à caridade, às artes e à ciência eram “de difícil ordenação e ainda de mais difícil resolução”, as complicações avolumavam-se quando se procurava “inventariar, sistematizar e ajudar a resolver os problemas mais prementes da educação”, “tantos, tão complexos e onerosos” se apresentavam os “meios ou processos” a que se poderia recorrer. Por isso, o presidente da Fundação escreveu que não devia suscitar admiração pública que os administradores “logo tivessem pressentido e a seguir compreendido [que] pouco mais poderiam fazer do que coadjuvar a acção desenvolvida pelo Estado por intermédio do Ministério da Educação Nacional”. O que não significava que, no quadro da sua autonomia, a Fundação não ensaiasse e experimentasse “novas soluções” e “novos métodos”<sup>41</sup>.

Este posicionamento impunha uma cooperação estreita com o Ministério da Educação Nacional<sup>42</sup>, ao mesmo tempo que obrigava a Fundação a delinear a sua intervenção a partir de uma compreensão clara da distância que separava os objectivos declarados pelo Estado dos meios de que então dispunha para a sua concretização. Neste relatório, Azeredo Perdigão referiu igualmente a necessidade de conjugar esforços, articulando princípios orientadores, métodos e processos, a fim de evitar desperdícios e conflitos que poderiam ter “graves inconvenientes”. Tem a maior importância a sua longa análise de documentos produzidos pelos governos da Ditadura Militar e do Estado Novo sobre matérias de educação e cultura. Foi a partir dessa leitura que resolveu o problema da falta de directrizes do testamento do fundador, determinando que a missão fundamental da Fundação devia ser de carácter essencialmente supletivo<sup>43</sup>.

Azeredo Perdigão afirmou abertamente que a Fundação Calouste Gulbenkian buscava, nos diplomas legais, “inspiração para algumas das suas iniciativas”. O documento mais antigo citado foi o decreto nº 16 381, de 16 de Janeiro de 1929, que havia criado, no então Ministério da Instrução Pública, a Junta de Educação Nacional<sup>44</sup>. Do texto oficial retirava a ideia de que o processo de modernização das instituições

---

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> Assinale-se que o Engenheiro Leite Pinto, futuro Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, ocupou a pasta da Educação Nacional entre 1955 e 1961.

<sup>43</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 130.

<sup>44</sup> Criada em 1929, a Junta de Educação Nacional assume as funções que, alguns anos antes, António Sérgio tinha imaginado para a Junta de Propulsão dos Estudos, fundada durante o seu breve mandato como ministro da Instrução Pública, em 1923/1924: “Em meu juízo, o principal agente de uma verdadeira reforma da instrução pública no nosso país deve ser uma Junta de Propulsão dos Estudos, que conceda bolsas de estudo no estrangeiro e que funde e mantenha escolas de ensaio – ou experimentais – de ensino infantil, primário, primário superior e liceal. [...] Para que aceitara eu o ser ministro? Para criar a Junta de Propulsão dos Estudos; para nada mais” (in *Aspectos do problema pedagógico*, Lisboa, Seara Nova, 1934, pp. 3 e 7). Assinale-se a partilha destes ideais pelo seareiro Azeredo Perdigão, mas também por Leite Pinto que será Secretário da Junta de Educação Nacional e, mais tarde, do Instituto para a Alta Cultura.

culturais portuguesas não as tornava “ainda convenientemente adaptadas às necessidades”, sendo necessário criar um organismo central que, por um lado, “metodicamente protegesse, alargasse e coordenasse” a actividade intelectual e, por outro, fosse “independente dos estabelecimentos oficiais de ensino e de investigação já existentes”.

Foram conferidas à Junta de Educação Nacional várias atribuições, entre as quais se destacam: os trabalhos de financiamento da investigação científica e de missões de estudo; a organização e fiscalização de um serviço de bolsas de estudo, sem esquecer a colocação dos bolseiros subsidiados; o intercâmbio intelectual e a expansão da cultura portuguesa; o apoio a publicações de carácter científico; a representação em congressos e outras reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro; a fundação e direcção de escolas de ensaio pedagógico; a melhoria das condições intelectuais, materiais e morais dos estudantes, professores e investigadores; o aperfeiçoamento artístico<sup>45</sup>. Para Azeredo Perdigão aqui se continha o “programa de uma verdadeira revolução em matéria de educação e cultura a alto nível”, de que Portugal tanto necessitava e que continuava largamente por cumprir ainda na segunda metade dos anos cinquenta. Estava encontrado o primeiro desígnio da Fundação Calouste Gulbenkian: uma intervenção sistemática nas áreas da educação e da cultura, “no seu nível mais elevado”.

Mas Azeredo Perdigão não ficaria por aqui na sua definição estratégica, logo descobrindo um outro desígnio, de igual importância, na outra ponta da escala social. As elites não viviam nem produziam “por si só”, justificando assim que a “obra criadora” da Fundação Calouste Gulbenkian se dirigisse, também, à promoção das “camadas sociais inferiores”. Parecia-lhe essencial que se operasse uma “revolução similar” no que dizia respeito à “educação e cultura das massas populares”<sup>46</sup>. Esta dupla orientação permite-lhe reivindicar uma visão harmónica do tecido social português. As considerações do presidente equivalem-se, neste particular, às de um governante determinado em influenciar os processos de integração dinâmica das partes com o todo:

“A sociedade moderna assemelha-se a um grande edifício de vários andares, habitado, cada um deles, por uma certa classe de pessoas de idêntica categoria económica e intelectual, edifício que, à medida que se vai elevando, mais necessita, não só de alicerces e infra-estruturas capazes de suportar os constantes alçamentos, mas também de que, entre os seus diversos pisos, existam fáceis comunicações e acessos, em ordem a que, entre os componentes

---

<sup>45</sup> Os normativos legais encontram-se transcritos na seguinte obra: Junta de Educação Nacional, *Relatório dos trabalhos efectuados em 1934-1935*, Coimbra, 1936, pp. 9-48. Sobre a Junta de Educação Nacional, para além da brochura de Gustavo Cordeiro Ramos (*Objectivos da criação da Junta de Educação Nacional*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1951), é útil consultar a série de relatórios dos trabalhos efectuados, incluindo relatórios de bolseiros e de missões de estudo, anualmente publicados desde a sua criação.

<sup>46</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, pp. 130-131.

dessas diversas camadas sociais, se estabeleçam relações de colaboração tanto no trabalho como na realização dos fins superiores a que o homem foi destinado. Eis porque, em nosso entender, ao progresso de uma sociedade nacional interessam tanto a formação das suas elites intelectuais e artísticas como o desenvolvimento da educação e da cultura do povo”<sup>47</sup>.

Azeredo Perdigão estava bem consciente dos limites, apesar de tudo estreitos, de uma prática centrada no interior da instituição escolar, não deixando de ambicionar horizontes mais amplos, que decorriam da universalização dos ideais humanistas, das luzes e do progresso. Para isso, os primeiros dirigentes da Fundação Gulbenkian não cessaram de sublinhar a abrangência do conceito de educação, afirmando em consonância que era a partir dele que se tinha de compreender o programa da instituição. Por educação havia, então, que entender “não só a instrução elementar, média e superior, científica ou técnica, teórica ou aplicada”, mas também a “educação moral e social e a cultura a todos os níveis, a principiari pela popular”. Cada português poderia ser um dos *educandos* a cujas “necessidades espirituais” a Fundação Gulbenkian procuraria atender<sup>48</sup>.

De novo, a fonte de inspiração provinha da autoridade estatal. Azeredo Perdigão referiu-se detalhadamente às iniciativas legislativas tomadas em 1936, pelo ministro Carneiro Pacheco, simbolizadas pela remodelação do Ministério da Instrução Pública que passou então a denominar-se Ministério da Educação Nacional. Com esta mudança, notava o presidente da Fundação, pretendeu-se “assinalar que o Governo considerava que não era bastante instruir mas que se tornava também necessário educar”, evidência que para ele próprio tinha, há muito, o valor de “um verdadeiro postulado”.

De facto, naquele ano de 1936, o Governo de Oliveira Salazar lançaria novas instituições que deviam concorrer, cada uma a seu modo, para o objectivo da formação integral do cidadão português. Por um lado, é interessante assinalar a criação da Junta Nacional de Educação<sup>49</sup> e do Instituto para a Alta Cultura. A Junta, projectada com o fim de estudar os problemas que interessavam “à formação do carácter, do ensino e da cultura”, procurava materializar uma espécie de pacto que o Estado Novo pretendia celebrar com as agremiações, públicas e privadas, ligadas à fabricação do saber e à divulgação cultural. O Instituto assumia as atribuições e competências da Junta de Educação Nacional nos vários domínios da investigação científica e da formação de alto nível. Por outro lado, a nova política educativa passou a ser indissociável da acção de organismos como a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina, que abrangiam toda a “juventude, escolar ou não” e

---

<sup>47</sup> *Idem*, p. 131.

<sup>48</sup> José de Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1963 – 31 de Dezembro de 1965)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 129.

<sup>49</sup> Não confundir a Junta Nacional de Educação, criada em 1936, com a Junta de Educação Nacional, criada em 1929 e que seria substituída, agora, pelo Instituto para a Alta Cultura.

que se destinavam a “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”, bem como, no caso das raparigas, a “devoção ao serviço social” e o “gosto da vida doméstica”<sup>50</sup>.

A distinção, regularmente retomada desde finais do século XIX, entre instrução e educação, está bem presente no pensamento de Azeredo Perdigão. Para ele, o essencial da acção educativa consistia em agir e intervir sobre atitudes e comportamentos, com o objectivo de formar o modelo disciplinar moderno do cidadão autónomo e responsável:

“Depois do pão a educação é a primeira necessidade do homem, pensamento este que, por ser antigo de séculos, não deixou de ser actual. Ao contrário, os acontecimentos que se vêm desenrolando no Mundo só se explicam por falta de educação ou, o que é igualmente mau ou talvez pior, por efeito de uma educação precipitada, destituída de espiritualidade, incompleta, desequilibrada e que, por consequência, não deu ao homem todo o seu valor humano nem lhe revelou todo o seu verdadeiro destino e as suas obrigações como indivíduo e membro da sociedade. Apesar de muitas aparências contraditórias, ninguém pode deixar de atribuir à educação um grande papel na formação do carácter, papel que será tanto mais preponderante quanto a educação for mais geral, isto é, se, ao mesmo tempo, abranger as faculdades espirituais, morais, sentimentais e físicas do homem. [...] A instrução preocupa-se, principalmente, em desenvolver no homem as suas faculdades intelectuais e de lhe fornecer o maior número de conhecimentos em ordem a habilitá-lo ao exercício de uma determinada faculdade profissional. A educação, ao contrário, prepara o homem para a realização da sua personalidade natural e social. Logo, só é homem educado aquele que, verdadeiro conhecedor da sua origem e do seu destino, possui, a par de uma determinada instrução profissional, um certo grau de cultura geral e um forte poder de auto-disciplina”<sup>51</sup>.

No ambiente legislativo salazarista de meados dos anos trinta, descortinou Azeredo Perdigão a “planificação de uma obra educativa” que, a ser realizada “em profundidade e com as indispensáveis adaptações”, determinaria “uma larga transformação da nossa mentalidade e uma sensível elevação do nível da nossa cultura”. No momento da apresentação pública do primeiro Relatório do Presidente, podia já dizer-se que a Fundação Calouste Gulbenkian tinha em “devido apreço” os ensinamentos teóricos e práticos dos citados diplomas legais, isto é, havia delineado o seu próprio programa de intervenção em torno de três eixos principais: (i) a concessão de bolsas de estudo; (ii) o patrocínio de variadas actividades circum-escolares; (iii) a

---

<sup>50</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, pp. 131-134. Consultar a Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936, e os Decretos nº 26 611 e nº 26 893, de 11 de Abril e de 15 de Agosto de 1936. Ver António Nóvoa, “A Educação Nacional (1930-1960)”, in *Portugal e o Estado Novo (Nova História de Portugal - vol. XII)* (coordenação de Fernando Rosas), Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 455-519.

<sup>51</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, pp. 134-136.

instalação e manutenção de uma larga rede de bibliotecas, itinerantes e fixas. São estes pontos que organizam os subcapítulos seguintes deste texto.

A Fundação estava apta a planificar adequadamente, com “tempo e profundas reflexões”, obras de impacto nacional, graças à qualidade dos seus quadros e à possibilidade de mobilizar meios materiais que nunca tinham existido em Portugal. A constatação de que a escola estava centrada na preparação “profissional e técnica dos alunos”, não dispo do dos professores nem das condições para lhes ministrar “uma cultura de nível superior”, conduzia Azeredo Perdigão a colocar o acento mais sobre o *ser* do que sobre o *saber*. Não espanta, por isso, a importância que a Fundação Calouste Gulbenkian iria conceder às actividades extra-escolares, “o jornal, a revista, o livro, o teatro, as artes plásticas”, pois nelas se continham “os mais aliciantes e admiráveis instrumentos da educação dos adolescentes e dos adultos”, impedindo que se convertam, “por adulteração das suas finalidades superiores, em instrumentos de desorientação, de indisciplina, de liberdade licenciosa, de egoísmo, numa palavra, de deseducação”<sup>52</sup>.

A circunstância de delinear o seu programa a partir do mapa de objectivos e necessidades traçado pelo Estado autoritário não impediu a Fundação Calouste Gulbenkian de reivindicar explicitamente, e desde os primeiros anos da sua existência, uma posição de grande autonomia e independência. Se era facto indesmentível que a instituição não se propunha ultrapassar os limites das “fronteiras naturais ou políticas” impostas pela jurisdição de Deus e de César, dispo do-se mesmo a acatar a determinação do Ministério da Educação Nacional de que nenhum estabelecimento de ensino ou instituto se lhe pudesse dirigir sem prévia autorização oficial, reconhecer-se-á igualmente que não se resignava a ser, “como alguns pretenderiam, um mero instrumento de distribuição de subsídios superiormente controlada”. No campo educativo, insistia o presidente em relatório publicado em 1967, “não nos dispensamos de tomar algumas iniciativas experimentais, umas, de resultados comprovados, outras”<sup>53</sup>.

Foi justamente esta perspectiva que levou a Fundação a criar o Centro de Investigação Pedagógica, imaginado como um espaço de reflexão e de produção de “novidade” na área da Educação, e a desenvolver uma política de apoio a experiências educativas (ensino especial, educação pré-primária, educação artística, etc.) e projectos de investigação. Ultrapassada a “fase supletiva”, com a Gulbenkian a cumprir missões que o Estado se revelava incapaz de realizar, a estratégia fundacional sublinha a *qualidade* e a *inovação* como critérios de referência para a sua acção. Esta perspectiva

---

<sup>52</sup> *Idem*, pp. 132-133 e pp. 135-136.

<sup>53</sup> José de Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1963 – 31 de Dezembro de 1965)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 130.

de intervenção será analisada no último subcapítulo deste texto, dedicado à investigação e à inovação.

## **2. APOIAR A FORMAÇÃO ACADÉMICA E CIENTÍFICA DO ESTUDANTE PORTUGUÊS**

### **Bolsas de Estudo**

A partir da criação da Junta de Educação Nacional, em 1929, o Governo passou a financiar com alguma regularidade, embora com escassos meios, a investigação científica e a formação avançada de recursos humanos. Uma série de departamentos da administração central foram tutelando esta área, destacando-se o Instituto para a Alta Cultura (1936-1977) que seria substituído pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (1977-1992). Com o objectivo de apoiar as actividades na área das ciências exactas e experimentais, surgiu, em 1967, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Com a extinção do Instituto Nacional de Investigação Científica, em 1992, esta Junta assumiu a responsabilidade do conjunto da actividade científica, nas diversas áreas, dando origem, em 1997, à Fundação para a Ciência e Tecnologia. Este breve relato destina-se a assinalar a cada vez maior atenção que o Estado passou a conceder às políticas de apoio à investigação científica, em particular após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, quando ficaram disponíveis recursos que até aí nunca tinham existido para o financiamento da formação avançada de recursos humanos. Enquanto que, em 1956, a Fundação Calouste Gulbenkian financiava a percentagem mais significativa das bolsas de estudo concedidas em Portugal, cinquenta anos mais tarde esta situação alterou-se completamente.

Durante o salazarismo apenas um grupo restrito de personalidades da ciência e da cultura se bateu pela organização de uma estrutura de apoio à formação de alto nível. Antes de meados do século XX, não é possível falar de uma verdadeira comunidade científica em Portugal, nem sequer de um conjunto organizado de práticas e de estruturas nesta área. Os elementos estatísticos disponíveis, designadamente os que se referem à actividade do Instituto para a Alta Cultura, permitem ainda observar que o poder político impediu o despertar de uma consciência tecnocrática ou de um saber tecnicamente utilizável na transformação da natureza e da sociedade. As verbas destinadas à investigação científica eram semelhantes às que recebiam, por exemplo, a actividade cinematográfica ou mesmo a companhia de bailado do Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação. Tome-se apenas a formação pós-graduada. Entre 1929 e 1950, o Estado português concederia um total de 1073 bolsas a investigadores no país, variando entre um mínimo de 29 e um máximo de 79 por ano. No que respeita às bolsas de estudo para fora de Portugal, em idêntico

período, a cifra atingida foi a de 812, recaindo sobre um universo de apenas 434 bolsheiros. São números residuais para um longo período de 21 anos<sup>54</sup>.

O debate sobre a importância de institucionalizar estruturas de suporte ao progresso científico e técnico ganha novo ímpeto com uma intervenção de Sousa Câmara, na Assembleia Nacional, em Março de 1950. Após constatar que a “crise das elites” era fruto “desse triste panorama da ausência de mentalidade científica”, o deputado explicava que “faltavam planos de conjunto”. E se a opinião pública não estava nessa altura disposta a firmar “o valor da ciência”, o Governo permanecia também incapaz de perspectivar a investigação como uma resposta às “necessidades vitais da Nação”: com os seus “orçamentos acanhados” fizera do Instituto para a Alta Cultura um organismo “rudimentar”, marcado pela “pobreza”, que concedia umas “escassas bolsas de estudo” e não podia garantir o futuro aos respectivos investigadores. Na sua opinião, tudo somado, resultavam “universidades sem rejuvenescimento, anquilosadas”, “uma técnica vacilante”, indústrias “frágeis” e a agricultura “degradada”. Era assim urgente que o Executivo empreendesse uma reforma destes serviços de ciência e aumentasse a respectiva dotação, de acordo com as “exigências económicas e sociais do meio moderno”<sup>55</sup>.

Uma outra personalidade, Amândio Tavares, presidente do Conselho de Investigação Científica, precisaria estas mesmas razões quando, no ano de 1951, assinou um relatório fortemente crítico sobre a actividade da Junta de Educação Nacional e do Instituto para a Alta Cultura. Diremos mesmo que nenhum outro balanço da actividade de uma instituição oficial da época se apresentou tão desassombrado. Entendia ele que a missão da Junta e depois do Instituto deveria ter “sido mais compreendida e acarinhada”. A pesquisa científica não se contava “entre as mais notáveis obras do espírito do Estado Novo”, posto que vinha sendo encarada como um “luxo ou uma possibilidade apenas aberta aos países ricos e não uma obrigação” para as “normas e actos” comuns à correcta “estruturação económica de Portugal”<sup>56</sup>.

Pouco tempo depois algumas mudanças ocorreriam no sentido apontado. O decreto-lei nº 38 680, de 17 de Março de 1952, reorganizaria o Instituto para a Alta Cultura, marcando formalmente a incorporação no discurso oficial da linguagem desenvolvimentista baseada no progresso da ciência e da técnica. A partir deste momento, assistiu-se à criação de vários institutos e laboratórios, bem como à atribuição de verbas mais significativas para a formação avançada de recursos humanos. Entre

---

<sup>54</sup> Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1951, pp. 19 e 29.

<sup>55</sup> Assembleia Nacional, *Diário das Sessões*, sessões nº 30 e nº 33, de 5 e 18 de Março de 1950, pp. 470-550.

<sup>56</sup> Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1951, pp. 9 e 13.

1951 e 1960, o Estado concederia 1903 bolsas de estudo a investigadores no país (entre um mínimo de 68 e um máximo de 279 por ano) e 949 para bolseiros fora de Portugal, quase duplicando o esforço feito nas décadas anteriores. Face a estes números, Amândio Tavares mostrar-se-ia mais optimista, afirmando que o Estado português começara enfim a pôr “os problemas científicos no plano das preocupações nacionais”, uma vez que já reconhecera a “viabilidade e proficuidade da investigação e a sua necessidade iniludível como fonte principal de progresso técnico, base do bem-estar social e, por certo, um dos melhores índices da hierarquia das nações, da sua nobreza cultural e intelectual”<sup>57</sup>.

Neste mesmo relatório, que tem a data de 1961, reconhecia-se que, entre as iniciativas de protecção à investigação científica por instituições privadas, cabia, sem dúvida, o “primeiro lugar à Fundação Calouste Gulbenkian”. O seu “valioso auxílio”, entendia Amândio Tavares, traduzia-se quer na “generosa atribuição de subvenções substanciais a vários laboratórios e serviços universitários”, quer na “concessão de bolsas no país e no estrangeiro a investigadores, professores e diplomados pelas nossas escolas superiores”<sup>58</sup>. Na verdade, a atribuição de bolsas de estudo foi claramente a primeira actividade exercida pela Fundação no âmbito das actividades educacionais, correspondendo a uma linha de orientação que seria prosseguida, de forma sistemática, nas décadas seguintes. A primeira bolsa de pós-graduação foi concedida em Outubro de 1956, decorridos apenas três meses sobre a aprovação dos seus Estatutos.

É importante notar que a Fundação Calouste Gulbenkian não se propôs subsidiar unicamente os estudos de aperfeiçoamento a licenciados e técnicos, mas estendeu o seu auxílio à frequência de cursos dos diferentes graus de ensino. “A despeito do grande esforço nesse sentido realizado pelo Estado”, reconheceria uma vez mais Azeredo Perdigão no seu primeiro Relatório, não podia ocultar-se que muitas eram as pessoas que desejavam frequentar as escolas secundárias ou superiores e que, “só por si”, não podiam levar a efeito esse desígnio por “escassez de meios materiais”, problema que lhe surgia como “premente e angustioso”<sup>59</sup>. Foram, assim, criadas as chamadas bolsas para estudantes – que começaram a ser concedidas em Novembro de 1955, ainda antes da aprovação dos estatutos da Fundação –, destinadas a apoiar os alunos que, tendo obtido elevadas classificações, não apresentavam condições económicas para prosseguir os seus estudos no 2º e 3º ciclo dos liceus ou equivalente (incluindo-se aqui as escolas

---

<sup>57</sup> Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal - II (1951-1960)*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1961, p. 11.

<sup>58</sup> Amândio Tavares, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal - II (1951-1960)*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1961, p. 22.

<sup>59</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 139.

comerciais e industriais) ou em cursos médios e superiores, designadamente nas escolas de belas-artes e de música.

A Fundação Calouste Gulbenkian procurava, com esta “1ª categoria das bolsas para estudantes”, contribuir para corrigir as desigualdades sociais. As palavras do Administrador do Pelouro de Educação, Ferrer Correia, no seu relatório de 1965, apontam exactamente nesta direcção:

“A Fundação norteia-se aqui por um elementar princípio de justiça social: idealmente ninguém deve ser privado, por falta de recursos económicos, da possibilidade de exercer o direito de se instruir, a fim de ocupar na sociedade uma posição conforme às suas reais capacidades e tendências. [...] O que reclamamos, em nome de uma solidariedade social cuja marca se vinca e afunda cada vez mais na consciência do indivíduo, o que reclamamos para todos os jovens é o direito à obtenção do *máximo* de instrução e cultura que se comportar na escala das possibilidades intelectuais de cada um. Daí, as próprias universidades deverão ser largamente abertas a todos – a todos quantos revelaram capacidade para seguir o ensino superior e dele aproveitar”<sup>60</sup>.

O primeiro concurso público para a atribuição destas bolsas realizou-se em 1958, inaugurando uma prática que vem sido seguida desde então. De início a sua duração foi de 12 meses, encurtando-se para 10 meses a partir de 1966, sendo as bolsas da 1ª categoria renováveis por sucessivos períodos até ao fim dos cursos. Para tanto, importava que o nível económico do agregado familiar e o aproveitamento escolar do bolseiro – que passou de 12 e 13 valores, conforme se tratasse de alunos do ensino secundário e superior, para 14 valores a partir do ano lectivo de 1960-1961 – se mantivessem. A fim de se inteirar da situação socioeconómica e do rendimento escolar dos bolseiros, a Fundação procurou manter contactos regulares, sobretudo com os estudantes que viviam fora da família, por via de visitas de “inspecção”, através de “correspondência” ou, ainda, “chamando” à sua sede os que habitavam na capital; além disso, o Serviço de Bolsas procurava “informar-se, com frequência, junto dos directores dos estabelecimentos de ensino acerca da conduta e do grau de aproveitamento”<sup>61</sup>. A partir do ano lectivo de 1960-1961 seriam atribuídas pela primeira vez bolsas a estudantes domiciliados nas Colónias e que, terminado o curso liceal, pretendessem frequentar uma escola superior em Lisboa, Porto ou Coimbra.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de Outubro de 1959, Ferrer Correia “fez o rasgado elogio da política seguida pela Fundação em matéria de bolsas de estudo, que, em sua opinião, deveria ser continuada e

---

<sup>60</sup> Ferrer Correia, in José Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1963 – 31 de Dezembro de 1965)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 144.

<sup>61</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 141.

desenvolvida”<sup>62</sup>. O sucesso era justificado também pela procura social. Nesse ano, haviam já concorrido a esta 1ª categoria de bolsas 815 estudantes de escolas secundárias e do ensino superior. No ano seguinte, o Conselho de Administração aprovou um reforço das dotações do Serviço de Bolsas, pois tratava-se “sem qualquer dúvida de uma das obras mais meritórias da Fundação no plano do interesse nacional”<sup>63</sup>. Em diversos outros momentos este apoio à política de concessão de bolsas foi claramente afirmado. Em 1964, numa reunião da Comissão Delegada do Conselho de Administração K.L. Essayan, após ouvir as dificuldades expostas por Ferrer Correia, afirmou “desassombradamente que era contra a ideia de se restringir o plano de concessão de bolsas de estudo” porque não lhe parecia bem que, numa conjuntura em que Portugal atravessava “um momento difícil, a Fundação reduzisse em profundidade ou extensão um dos benefícios mais importantes que tem vindo a prestar ao País”<sup>64</sup>.

Os números atingidos confirmam que a Fundação exercia neste campo “uma acção de alcance verdadeiramente nacional”, facto de que o Conselho de Administração tinha consciência plena. Ferrer Correia interrogava-se sobre a conveniência de continuar a política “de distinguir os bons alunos e de valer aos mais necessitados”<sup>65</sup>. O certo é que o critério não se alterou e os números de bolsas atribuídas foram crescendo nos anos seguintes, atingindo um patamar máximo em 1966. Em todo o período considerado por este trabalho foram concedidas mais de 42 000 bolsas desta categoria. Nas décadas de sessenta e de oitenta o esforço financeiro permitiu que fosse atingida e ultrapassada a fronteira do milhar de estudantes anualmente apoiados financeiramente pela Fundação.

---

<sup>62</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 52, 12 de Outubro de 1959.

<sup>63</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 82, 7 de Dezembro de 1960.

<sup>64</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 469, 11 de Março de 1964.

<sup>65</sup> Ferrer Correia citado por José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 154.

**QUADRO I**  
**Bolsas para estudantes do ensino secundário e superior**

<b>Ano</b>	<b>N.º de Estudantes</b>
1956	100
1957	280
1958	360
1959	560
1960	660
1961	940
1962	980
1963	940
1964	1000
1965	1030
1966	1080
1967	1060
1968	1050
1969	1060
1970	1130
1971	1050
1972	1000
1973	750
1974	630
1975	625
1976	710
1977	785
1978	730
1979	790
1980	890
1981	727
1982	1176
1983	1047
1984	1059
1985	1091
1986	1186
1987	1067
1988	1235
1989	1058
1990	1181
1991	1163
1992	1042
1993	1029
1994	1023
1995	822
1996	780
1997	775
1998	813
1999	834
2000	754
2001	682
2002	571
2003	467
2004	356
2005	268
<b>Total</b>	<b>42 396</b>

Fonte: Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian.

A outra tipologia de bolsas – a chamada “2ª categoria” – centrou-se na formação, actualização e aperfeiçoamento de cientistas e profissionais qualificados. O objectivo da Fundação Calouste Gulbenkian era dar uma contribuição decisiva para a “formação das elites”, através de atribuição de bolsas e da concessão de subsídios para estudos em Portugal ou no estrangeiro. A par da acção do Instituto para a Alta Cultura, foi assim possível dar um impulso à preparação académica, científica e tecnológica de alto nível. Em 1958 foi aberto pela primeira vez um concurso anual, divulgado através da imprensa diária – primeiro em Lisboa, Porto e Coimbra e, mais tarde, também na Madeira e Açores –, prática que se manteve até aos dias de hoje, ultimamente acompanhada por uma divulgação *online*.

Na escolha dos candidatos a bolsas para estudos complementares de Ciências e Letras foi inicialmente dada preferência não só aos que possuíssem melhores classificações universitárias, mas também àqueles que tivessem já realizado, ou se encontrassem a preparar, trabalhos de comprovado valor ou interesse, aos que se propusessem fazer estudos de investigação científica, aos que se destinassem à carreira universitária e, ainda, aos que tivessem sido recomendados por estabelecimentos de ensino ou instituições científicas subsidiadas pela Fundação e fizessem parte dos respectivos quadros. Do exposto decorria que o Serviço de Bolsas, ao elaborar as suas propostas de concessão, já atendessem ao grau de possibilidade de, terminada a duração das mesmas, serem aproveitados, no interesse geral, conhecimentos adquiridos pelos bolseiros. Nestes termos, foi desde sempre considerado da maior conveniência que os bolseiros, depois de feitos os seus estudos complementares no estrangeiro ou no País, aqui encontrassem condições e meios para prosseguirem os seus trabalhos científicos. Por isso, numa sistematização dos critérios de atribuição de bolsas divulgada no início dos anos sessenta, a circunstância de o candidato pretender habilitar-se à carreira universitária, ou nela permanecer, bem como à carreira de investigador em qualquer instituto ou centro científico, aparecia como condição prioritária de selecção. Seguiu-se, por ordem decrescente, a importância dos estudos que o candidato se propusesse fazer com o auxílio da bolsa, o mérito dos trabalhos por ele realizados e, por fim, as suas classificações universitárias.

A hierarquização e selecção dos candidatos a bolsas de pós-graduação começaram por ser da responsabilidade do Conselho de Administração, mas a partir de 1961 houve necessidade de recorrer a pareceres dos Conselhos de Ciência ou de Educação – designados frequentemente por “Conselho Consultivo” –, construindo a decisão com base no juízo produzido por especialistas dos diversos ramos do saber<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Foram consultores da Fundação Gulbenkian para as bolsas de estudo, em diferentes períodos, os seguintes professores e investigadores: Adérito Sedas Nunes, Albano Cordeiro Estrela, Alberto Martins de Carvalho, Alberto Ralha, António Almeida Costa, António Costa Pinto, António Rendas, António Ribeiro, António Simões Lopes, António Vasconcelos Xavier, Armando Marques Guedes, Armando Pombeiro, Augusto Mesquitela Lima, Carlos Alves Martins, Carlos Borrego, Carlos Portas, Carlos Sá Furtado, Clara Crabbé Rocha, Cristina Robalo Cordeiro, Danilo Rodrigues Silva, Diogo Pires Aurélio,

Este procedimento, que se manteve ao longo do tempo, é uma marca relevante do modo de funcionamento e de decisão da Gulbenkian. Era competência daqueles organismos da Fundação discutir detalhadamente “os principais problemas relativos à concessão e renovação de bolsas de estudo para diplomados”, tendo surgido, desde muito cedo, a hipótese de uma orientação estratégica, dirigindo as bolsas para áreas consideradas de grande importância e pouco desenvolvidas em Portugal.

A questão revestia-se, segundo Ferrer Correia, “de uma grande delicadeza e complexidade”. Um esquema de prioridades não podia ser estabelecido ao acaso, mas havia “de resultar de um largo e aprofundado inquérito” em que se determinassem as actividades sectoriais mais ingentes, em função dos “caminhos de progresso escolhidos pela Nação”. Esta posição de princípio levaria naturalmente ao estabelecimento de contactos com estruturas externas à Fundação, tendo os Conselhos Consultivos recomendado a realização de um inquérito “junto das universidades, demais instituições científicas qualificadas e pessoas de reconhecida autoridade e competência” para a definição de um esquema de prioridades. Não se conhecem os resultados deste inquérito, caso se tenha efectivamente realizado, mas nem por isso os consultores deixaram de se pronunciar sobre áreas prioritárias. Nesses termos, a Fundação viria a instituir, em 1965, “três bolsas para estágios no estrangeiro em centros especializados em técnicas modernas de ensino de anormais e normais”, tendo sido ainda identificadas as seguintes “matérias” para o concurso de 1965: Astrofísica, Oceanografia, Psicologia, Epistemologia e História do Pensamento Científico, Direito Comparado, Filologia e Cultura Clássicas, Língua Árabe e Civilização Muçulmana<sup>67</sup>. No ano seguinte seria acrescentada a rubrica Biblioteconomia e Museologia. Em 1970, foi aberto concurso para três bolsas anuais no estrangeiro, numa especialização que despertou o maior interesse, a aprendizagem de Técnicas Modernas de Ensino, podendo candidatar-se professores de todos os níveis de ensino não superior – o sucesso deste programa permitiu a sua manutenção até 1990.

---

Eduardo Arantes e Oliveira, Eduardo Correia, Fernando Peres Gomes, Fernando Pinto Coelho, Francisco Pereira Coelho, Helena Santos, Henrique Leitão, Ilídio Amaral, Ilídio Moreira, Isabel Magalhães Collaço, Ivete Centeno, Jacinto Aragão Mata, João de Almeida, João Carlos Espada, João Cravinho, João Ferrão, João Marujo Lopes, João Miller Guerra, João Paulo Carvalho Dias, João Veríssimo Oliveira Lisboa, Joaquim Pantoja Nazaret, José Brandão, José Ferreira Marques, José Joaquim Teixeira Ribeiro, José Madureira Pinto, José Medeiros Ferreira, José Vitorino Pina Martins, Júlio Ferry Borges, Júlio Machado Vaz, Luís Guimarães Lobato, Luís Lindley Cintra, Luís de Matos, Luís Reis Torgal, Luís Valente de Oliveira, Luísa Morgado, Manuel Breda Simões, Manuel Lopes Porto, Manuel Nunes da Ponte, Manuel Seabra Pereira, Maria Helena da Rocha Pereira, Mário Figueiredo Nunes, Mário Mesquita, Mário Pereira, Martim Portugal Vasconcelos Ferreira, Miguel Baptista Pereira, Odete Valente, Orlando Ribeiro, Pedro Guerreiro, Renato Araújo, Rogério Fernandes, Rui Grácio, Sebastião Formosinho Sanches Simões, Teolinda Gersão, Tiago de Oliveira, Vasco Gama Lobo Xavier e Vitorino Nemésio (Fonte: Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian).

<sup>67</sup> José de Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1963 – 31 de Dezembro de 1965)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, pp. 147-148.

Contudo, muitas das áreas consideradas prioritárias não suscitam grande interesse dos candidatos. Em reunião conjunta de Janeiro de 1971, os Conselhos Consultivos de Educação e Ciência decidiram eliminar a lista e modificar os termos do edital, estipulando que a instituição destas bolsas tinha “sobretudo em vista permitir a realização de trabalhos de investigação ou adquirir uma formação superior nos vários domínios do saber ou a aquisição de uma formação de nível superior”<sup>68</sup>. O programa de bolsas teve um enorme impacto na “formação das elites” portuguesas, designadamente nas áreas das Ciências e das Artes.

A administração da Fundação defendeu, pelo menos desde meados dos anos sessenta, a existência de uma “coordenação de critérios” com as entidades públicas, “em ordem a evitar uma inflação de bolsas para os mesmo ramos do saber”<sup>69</sup>. Numa conversa havida entre Azeredo Perdigão e o ministro da Educação, Veiga Simão, ocorrida no Verão de 1970, foi reiterada a necessidade de uma efectiva conjugação de esforços entre as várias entidades, com o fim de “evitar duplicações, omissões e toda a dispersão possíveis, nomeadamente no caso da concessão de bolsas de estudo no estrangeiro”. Azeredo Perdigão defendeu que as relações entre a sua instituição e o Instituto para a Alta Cultura deveriam ser “de íntima colaboração”<sup>70</sup>.

A partir dos anos noventa, a Fundação tem-se preocupado em adequar os programas “à realidade social e educativa em rápida mutação”. A questão prende-se, uma vez mais, com o reforço da intervenção do Estado neste domínio, colocando a Fundação perante a necessidade de definir prioridades e estratégias próprias. Recorde-se apenas um número para ilustrar a mudança ocorrida nesta década: as bolsas de doutoramento apoiadas por fundos públicos e comunitários decuplicaram num período de dez anos, passando de cerca de 250 (em 1990) para mais de 2500 (em 2001)<sup>71</sup>. Não espanta, por isso, que logo em 1992 a Fundação refira a necessidade de encontrar parceiros sociais que “melhor e mais largamente” permitissem uma actuação de “maior largueza e profundidade”<sup>72</sup>.

Em síntese: a Fundação Gulbenkian subsidiou e prestou apoio significativo a actividades de pós-graduação, contribuindo fortemente para a internacionalização da cultura e ciência através da participação de docentes e investigadores portugueses em congressos e reuniões no estrangeiro. A par da concessão de bolsas, destinadas essencialmente a estudos em centros científicos de alto nível no estrangeiro, foram

---

<sup>68</sup> José de Azeredo Perdigão, *V Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1969 – 31 de Dezembro de 1971)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, p. 154.

<sup>69</sup> José de Azeredo Perdigão, *IV Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1966 – 31 de Dezembro de 1968)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, p. 167.

<sup>70</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 48, 3 de Setembro de 1970.

<sup>71</sup> Consultar [www.fct.mces.pt/pt/apoios/bolsas/estatisticas](http://www.fct.mces.pt/pt/apoios/bolsas/estatisticas)

<sup>72</sup> *Relatório Anual 1992*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 109.

atribuídos, desde os primeiros anos, subsídios de viagem destinados à participação em congressos ou outras reuniões científicas internacionais e a estágios de curta duração. Os cientistas portugueses dispuseram, por esta via, de formas de financiamento que lhes permitiam divulgar o seu trabalho, conhecer as realidades da ciência no plano internacional e estabelecer redes pessoais e institucionais de trabalho. A partir de 1991, as bolsas de pós-graduação ou de especialização com menos de três meses, que passaram a designar-se “bolsas de curta duração”, têm-se destinado “à familiarização, aperfeiçoamento e domínio de novas técnicas laboratoriais, cirúrgicas, computacionais, à recolha e consulta de bibliografia, à discussão e redacção de teses, artigos e comunicações”<sup>73</sup>.

Em cinquenta anos (desde 1956 até finais de 2005), a Fundação atribuiu 4038 bolsas de pós-graduação, para estudos em 38 países. Foram ainda concedidos 12 401 subsídios de viagem. No quinquénio de arranque do Serviço, entre 1956 e 1960, a Fundação concedeu 221 bolsas (verba global de 22 500 contos) enquanto o Estado financiou 1887, mas na sua larga maioria para estudos intramuros (verba global de 33 479 contos). A Fundação afirmou-se assim, desde logo, como uma entidade com um peso muito significativo face às disponibilidades financeiras que o Instituto para a Alta Cultura obtinha do Orçamento Geral do Estado. O decénio 1963-1972 foi aquele em que se registou a média anual mais alta de bolseiros da Gulbenkian (mais de uma centena), recaindo a mais baixa nos anos posteriores a 1990, quando este sector passou a obter financiamentos públicos de maior monta. Nos últimos dez anos, as bolsas de pós-graduação repartiram-se, de forma mais ou menos equitativa, por quatro áreas: Ciências Exactas (252), Ciências da Vida (155), Ciências Sociais (221) e Ciências Humanas (201).

---

<sup>73</sup> *Relatório Anual 1991*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 99.

**QUADRO II**  
**Bolsas de longa duração (pós-graduação)**

Ano	N.º de Bolsas
1956	22
1957	38
1958	56
1959	59
1960	52
1961	60
1962	58
1963	100
1964	116
1965	114
1966	128
1967	124
1968	120
1969	130
1970	98
1971	107
1972	104
1973	84
1974	72
1975	66
1976	76
1977	80
1978	79
1979	76
1980	88
1981	90
1982	90
1983	87
1984	89
1985	98
1986	93
1987	102
1988	97
1989	95
1990	83
1991	54
1992	53
1993	61
1994	91
1995	61
1996	62
1997	72
1998	69
1999	77
2000	61
2001	58
2002	56
2003	70
2004	81
2005	81
<b>Total</b>	<b>4038</b>

Fonte: Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian

Uma avaliação dos resultados do Serviço de Bolsas permite verificar que foram claramente alcançados os objectivos definidos, tendo a Fundação contribuído para a melhoria do nível cultural e científico do país, através do aumento da qualificação académica e profissional de especialistas de alto nível. As bolsas para licenciados portugueses que estudaram fora do país tiveram um grande impacto no meio universitário e científico, pelo menos até Portugal começar a usufruir dos fundos comunitários. Uma parte muito significativa do corpo docente das Universidades portuguesas foi beneficiária desta acção, que se revelou um dos principais eixos estratégicos da Fundação Calouste Gulbenkian durante os primeiros 50 anos da sua história.

## **Publicações**

O apoio sistemático da Fundação Calouste Gulbenkian à formação científica do estudante português não se esgotaria com a atribuição anual das bolsas de estudo e veio a prosseguir num projecto editorial próprio. A ideia de publicar obras nos domínios da ciência, da técnica e das humanidades, destinadas sobretudo aos alunos do ensino superior e a preços acessíveis, procurando desse modo colmatar as lacunas de uma quase inexistente imprensa universitária e do próprio meio editorial português, foi também lançada e concretizada nos primeiros anos.

Em Outubro de 1959, Ferrer Correia informou o Conselho de Administração que havia solicitado a Vitorino Nemésio a “elaboração de um plano de edições a patrocinar pela Fundação”, mas seria preciso esperar por Março de 1962 para a sua aprovação definitiva, aí ficando decidido que as colecções de monografias a publicar pela Fundação começariam por uma série intitulada “Manuais Universitários”, a completar “oportunamente com outras”. O responsável pelo pelouro da Educação começou por dizer que era “de todos conhecida a inexistência em Portugal, quer de originais de autores portugueses ou em traduções das obras básicas necessárias à formação cultural do estudante universitário”, referindo que o projecto editorial havia sido objecto “de um largo inquérito nos meios universitários do país, sobretudo Coimbra e Lisboa”. Ainda que a solução “ideal” fosse “publicar originais de autores portugueses”, havia que reconhecer a sua inexistência naquele momento, bem como a dificuldade de encontrar as pessoas que quisessem realizar essa obra. O Conselho de Administração optaria, pois, pela “solução das traduções de obras estrangeiras”, sem embargo de sugerir que se fizessem “oportunas diligências no sentido de estimular os autores portugueses a escrever as obras” que a Fundação e o seu Conselho Consultivo de Educação<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Compunham o primeiro Conselho Consultivo de Educação, aprovado em reunião da Comissão Delegada do Conselho de Administração de 31 de Maio de 1961, por sugestão de Ferrer Correia, as seguintes personalidades: João Alexandre Ferreira de Almeida, Alberto Martins de Carvalho, Eduardo Henriques da Silva Correia, Vitorino Nemésio, José Joaquim Teixeira Ribeiro e Delfim Santos.

entendiam dar à estampa, nas “várias especialidades”<sup>75</sup>. A Fundação estava desta forma a criar, de raiz, uma verdadeira editora e a concretizar um projecto que se iria paulatinamente diversificar em colecções e títulos os mais variados, cobrindo múltiplos campos do saber e procurando atingir diferentes tipos de leitores.

Tendo em conta “as necessidades mais urgentes do ensino superior” foram, ainda no decurso de 1962, iniciados os trabalhos de selecção dos livros, atendendo-se, em primeiro lugar, a obras sistemáticas e de conjunto, que iriam alternar, numa fase posterior, com outras de aprofundamento ou de carácter metodológico. Para além das traduções, surgia o convite a “mestres e cientistas nacionais a colaborar com a Fundação nesta complexa iniciativa, permitindo que na colecção figurassem obras da sua autoria, inéditas ou não”. Em 1963 estavam já em curso de tradução 15 obras estrangeiras e a realização de 7 originais de autores portugueses. Em Janeiro de 1965 viriam a lume os primeiros 4 livros da colecção “Manuais Universitários” e até Dezembro desse mesmo ano foram publicados mais 8 títulos (com uma tiragem total de 22 500 exemplares), encontrando-se em preparação mais 50 obras. O presidente da Fundação rapidamente se regozijou com “o êxito da iniciativa”:

“Com efeito, nenhum livro do Plano mostrou, quando publicado, comportamento inferior ao que se calculara. Mais: certas obras que, pela sua especialização, dependiam de sectores de público muito restritos e que, por isso, pareciam destinadas a permanecer longamente em depósito caminhavam para o esgotamento um ano depois de postas à venda. A primeira edição das *Lições de Propedêutica Médica* estava completamente vendida poucos meses depois de aparecer no mercado. Por forma um tanto inesperada foi surgindo um público com que não se contava antecipadamente, um interesse vindo donde não se suspeitava, verificando-se que os *Manuais Universitários* atingiram sectores muito mais vastos que o dos estudantes ou diplomados de cursos superiores. O baixo preço que a Fundação fixou para a sua venda não pode ser a razão exclusiva ou principal do êxito verificado; haverá que ter em conta, também, a sua qualidade, o cuidado que presidiu à sua escolha e, para lá de tudo isto, a apetência cultural da nossa época, que a Fundação soube sentir e procura satisfazer”<sup>76</sup>.

Animado com os primeiros resultados, o Conselho de Administração deliberou, logo em Dezembro de 1964, começar a publicar uma nova colecção, intitulada “Textos Clássicos”. De acordo com Alberto Martins de Carvalho, responsável pelo Plano, tratava-se de prosseguir em territórios novos, ou seja, já não somente no domínio da divulgação da ciência que era transmitida aos estudantes universitários, mas através das fontes desse mesmo saber, isto é, da obra dos “verdadeiros criadores”. A segunda colecção procurava valorizar o contacto com a “cultura original”, facultando o acesso directo às mensagens dos “grandes clássicos” e à capacidade para interpelarem o leitor

---

<sup>75</sup> Actas do Conselho de Administração, nº 52, 12 de Dezembro de 1959, e nº 123, 8 de Março de 1962.

<sup>76</sup> José de Azeredo Perdigão, *III Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1963 – 31 de Dezembro de 1965)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 150.

contemporâneo. O primeiro volume desta série, a *Didáctica Magna*, de Coménio, sairia a público em 1967.

Entretanto, durante o ano de 1965, haviam-se iniciado os estudos tendentes à criação de uma terceira colecção, denominada “Cultura Portuguesa”, a qual, visando a “estruturação de uma cultura nacional com características basilares e específicas”, já não se orientava para “as massas escolares” nem “procurava atingir amplos estratos sociais”, embora se defendesse que “todos os portugueses cultos” poderiam estar interessados nela. O seu objectivo principal era identificar as vozes singulares e os traços patrimoniais característicos da portugalidade. Tratava-se de “revelar e consciencializar os valores artísticos, intelectuais, morais e religiosos” que nos distinguiam dos outros povos. Nesta terceira grande frente de publicações teriam entrada todos os autores nacionais, vivos ou desaparecidos, que nos campos da “história, arqueologia, da literatura, da erudição, da etnografia, do pensamento” nos podiam “dignamente representar perante o resto do mundo, escritores tantas vezes mal conhecidos ou ignorados ou, quando famosos, nem sempre apresentados com a dignidade e o escrúpulo que a sua obra merece”<sup>77</sup>. Os trabalhos preparatórios continuariam nos anos seguintes, tendo o primeiro título da colecção, *Vidas e Feitos de Júlio César*, por Maria Helena Mira Mateus, surgido apenas no decurso de 1970.

No relatório sobre as actividades realizadas no ano de 1993 faz-se referência à passagem dos trinta anos das edições da Fundação e procura-se, em jeito de balanço, atestar “o alto valor” dos livros publicados, que passaram a servir um “leque cada vez mais alargado de pessoas”. Até àquela data foram publicadas 645 obras, distribuídas por diversas séries (ao longo dos anos foram sendo criadas novas séries, com destaque para “Textos de Educação”, “Temas Actuais”, “Descobrimientos Portugueses” e “Ciência Moderna”, para além da edição do *Guia de Portugal*). De todas, pela dimensão e sucesso junto do público, destaca-se a série “Manuais Universitários”: em três décadas aí se publica um gigantesco acervo de 239 títulos distribuídos pelas diversas áreas científicas. Terá sido em “resultado de toda esta actividade e no empenho em publicar livros úteis e edições correctas, tanto quanto possível perfeitas”, que o Estado, através da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica se dirigiu, nesse mesmo ano de 1993, à Fundação Calouste Gulbenkian, solicitando a sua colaboração para editar uma colecção de textos de carácter universitário. Essa nova série bibliográfica, intitulada “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”, tinha como objectivo publicar “obras importantes num domínio do conhecimento crítico moderno em que cabem também estudos valiosos de cultura clássica”, traduzindo o regresso às fontes de “um novo humanismo ao arrepio de tendências tecnocráticas contemporâneas”<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> *Idem*, pp. 150-152.

<sup>78</sup> *Relatório Anual 1993*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 118-119.

O *Catálogo de Edições 2005*, apresentando o fundo disponível de títulos do Plano de Edições da Fundação, traduz muito bem a concretização da ambição inicial de carácter essencialmente enciclopedista. Descobre-se ali um verdadeiro mapa temático de vocação generalista, em que se sucedem os vários saberes e respectivos domínios de especialização do espectro científico, ao mesmo tempo que vemos desdobrarem-se níveis de discurso acerca da mundividência social e dos seus artefactos literários e artísticos<sup>79</sup>. As séries mais importantes do fundo bibliográfico oferecem ao leitor de hoje um conjunto vastíssimo de volumes, havendo 20 títulos que já ultrapassaram a 5ª edição. E, contrariamente às reticências iniciais, a verdade é que a maioria das obras publicadas, com excepção dos “Textos Clássicos”, será assinada por portugueses. Neste sentido, pode afirmar-se que a Fundação não apenas cobriu uma ampla lacuna no espaço editorial português como criou as dinâmicas necessárias à emergência de novos autores.

Sendo embora necessariamente bastante gerais, as considerações que fazemos sobre as edições não podem deixar de mencionar uma das iniciativas a que a Fundação meteu ombros logo nos primeiros anos da sua existência. Referimo-nos à conclusão da obra *Guia de Portugal*, que Raul Proença iniciara em 1924 e de que tinham sido publicados até então o volume I (Lisboa e Arredores, 1924), o volume II (Estremadura, Alentejo e Algarve, 1927) e o volume III (Beira Litoral, tomo 1, 1941; Beira Baixa e Beira Alta, tomo 2, 1945), com “colaboração dos mais ilustres escritores portugueses”<sup>80</sup>. Os longos trabalhos de reedição do texto integral da 1ª edição publicada, assim como a preparação de novos volumes, estiveram a cargo de Sant’Anna Dionísio e concretizaram-se em mais 2 volumes, desdobrados em 4 tomos: volume IV sobre Entre Douro e Minho (Douro Litoral, tomo 1, 1964; Minho, tomo 2, 1965) e volume V sobre Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real, Chaves e Barroso, tomo 1, 1969; Lamego, Bragança e Miranda, tomo 2, 1970).

O *Guia de Portugal* é uma obra emblemática, assim apresentada por Sant’Anna Dionísio na reimpressão do primeiro volume: “Como poucas a sua discreta presença e consulta poderá ser reconfortante para os Portugueses de qualquer idade, condição, raiz, ideologia, cultura, estilo ou nível de viver. É uma obra simples e lhana, desataviada e séria, que fará bem aos novos e aos velhos, aos homens maturados e imaturos,

---

<sup>79</sup> Reproduzimos o índice de assuntos que indexa a bibliografia no *Catálogo de Edições 2005* da Fundação Calouste Gulbenkian: Administração Militar, Agronomia, Antropologia, Arquitectura, Arquivística, Arte, Arte Religiosa, Assistência, Astronomia; Biografias, Biologia, Bioquímica-Biofísica, Botânica; Ciência, Cinema, Coleccionismo, Cultura; Dança, Direito-Jurisprudência; Ecologia. Economia, Educação-Ensino-Pedagogia, Engenharia, Epistolografia, Estatística, Estética, Estudos Monográficos, Ética, Etnologia-Etnografia; Farmácia, Filologia, Filosofia, Física; Genealogia, Generalidades, Geografia, Geologia; Hidrologia, História, História do Livro, Historiografia; Indústria, Informática; Linguística, Literatura; Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Museologia; Oceanografia; Política, Psicologia, Psiquiatria; Química-Ciências Mineralógicas; Religião-Teologia; Sociologia, Sociologia da Comunicação; Teatro, Teoria da Arte, Têxteis, Trabalho-Emprego; União Europeia, Urbanismo; Zoologia.

<sup>80</sup> *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 [2ª reimpressão].

sedentários e erradios, remediados e pobres, isolados ou conviventes, adormecidos na penumbra do seu rincão rústico ou angustiados na lonjura do desterro”. Sant’Anna Dionísio chega mesmo a considerá-la “a obra-mestra de Raul Proença, o extraordinário bibliotecário e ideólogo pugnaz”. A obra é dedicada “a todos os que não desejam fazer perpetuamente justa a célebre frase de Montesquieu, ao dizer dos portugueses que tinham descoberto o mundo, mas desconheciam a terra em que nasceram”. Na verdade, o conjunto dos cinco volumes (em oito tomos) constitui um acervo de inequívoco interesse para o conhecimento de Portugal, uma espécie de “arquétipo de umas novas *Viagens na minha terra*, que um Garrett, ao mesmo tempo actual e ideal, nos pudesse dar através da pena, o mínimo subjectiva, de uma vintena de bons escritores portugueses deste século”<sup>81</sup>. Esta obra constitui uma “marca” da Fundação Calouste Gulbenkian e da sua capacidade para valorizar o património, a história e a cultura de Portugal, como afirma Sant’Anna Dionísio ao comparar o seu percurso pelas grutas e igrejas de Trás-os-Montes, para dar a conhecer este nosso *naco* de terra, com a caminhada, precisamente na mesma ocasião, que os dois primeiros homens enviados da Terra para a Lua fizeram na “superfície pedregosa do satélite”<sup>82</sup>.

E daqui faremos uma incursão ao campo literário, para verificar como o princípio da função supletiva da Fundação Calouste Gulbenkian deu ainda origem a uma outra importante publicação, a revista *Colóquio/Letras*, que acaba de assinalar os seus trinta e cinco anos de existência regular<sup>83</sup>. Aparecida em Março de 1971, vem cumprindo desde então uma função alternativa a outros periódicos, tanto aqueles com origem em diversos grupos de escritores, como os patrocinados por instituições universitárias, os quais, a maior parte das vezes, enfrentaram e enfrentam sérias dificuldades no plano financeiro, crises internas e uma circulação assaz restrita.

Cabe salientar que esta longevidade não terá sido alcançada por nenhuma outra revista literária portuguesa. Como sublinham todos os observadores, a longa história da *Colóquio/Letras* ficar-se-á a dever, antes do mais, a uma fidelidade constante ao espírito com que foi criada e que se expressou logo no editorial do seu primeiro número.

“*Colóquio/Letras* vem [...] preencher uma lacuna que se tornava sensível: será, em Portugal, a única revista especificamente literária – com textos de poesia e

---

<sup>81</sup> Sant’Anna Dionísio, *Guia de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. IV, tomo 1, 1964, p. XLII.

<sup>82</sup> *Idem*, vol. V, tomo 1, 1970, p. XXVII.

<sup>83</sup> Tal como a revista *Colóquio/Artes*, a *Colóquio/Letras* resultou da cisão da *Colóquio-Revista de Artes e Letras* que se publicou entre Janeiro de 1958 e Dezembro de 1970 num total de 61 números. As razões do desdobramento terão sido, no essencial, duas: a necessidade de focalizar com mais atenção práticas artísticas a que a Fundação vinha prestando especial e crescente atenção, como o teatro, o cinema, a música e o bailado; e a intenção de “acompanhar e estimular o dinamismo da nossa vida literária” (“Duas palavras de apresentação”, *Colóquio/Letras*, nº 1, Março de 1971, p. 5).

de ficção, mas, na maior parte, destinada ao estudo da literatura de modo não puramente erudito, não polémico, não meramente divulgativo, antes serenamente reflexivo, problemático, ensaístico [...]. Sem dependências de escolas, de sectarismos ou de proselitismos, apenas fará uma discriminação: a de *qualidade*; apenas imporá uma norma: a da *tolerância*, do *respeito mútuo*. Aberta assim a todos, procurará no entanto ser uma revista viva, em que o passado, como o presente, seja encarado à luz duma problemática de hoje, em que a literatura seja analisada e interpretada segundo perspectivas actuais, com métodos actuais. O pensamento dos seus directores busca os mais novos, aqueles onde germina o futuro, no estudo e na criação”<sup>84</sup>.

Na verdade, nunca estas directrizes gerais foram postas nos 166 números da revista dados à estampa até ao presente, pesem embora algumas alterações detectáveis na distribuição dos vários conteúdos e no grafismo, fruto em boa medida das quatro direcções que a revista conheceu. Se nela surge alguma poesia e ficção, a *Colóquio/Letras* permanece, no essencial, como uma publicação especificamente literária vocacionada para o estudo da literatura, assumindo uma linha reflexiva, problematizante e ensaística, nunca se pretendendo polémica, puramente erudita ou meramente divulgativa. A revista tem-se dedicado quase em exclusivo à divulgação das literaturas lusófonas, permitindo uma maior circulação de autores quer brasileiros e africanos de expressão portuguesa quer galegos.

Foi inicialmente dirigida por Hernâni Cidade e Jacinto do Prado Coelho. Com o desaparecimento de Hernâni Cidade, em 1975, manteve-se Prado Coelho na direcção até 1984, data do seu falecimento. A direcção foi em seguida confiada a David Mourão-Ferreira, que nela se manteve também até à morte, ocorrida em 1996, sendo substituído no cargo por Joana Varela – à época directora-adjunta –, funções que vem mantendo até hoje. Desde 1997, Abel Barros Baptista completa o quadro directivo.

A respeito “da continuidade, da vastidão e da minúcia desta empresa”, e como informa a sua directora, a *Colóquio/Letras* publicou “até hoje 22 934 páginas, distribuídas por 978 artigos ensaísticos, 481 notas e comentários”, além de centenas de cartas e notas de leitura, milhares de recensões críticas, vários conjuntos de apontamentos e documentos, na sua grande maioria de escritores portugueses. Para tanto, a revista soube reunir um leque muitíssimo vasto de colaboradores – num total que ultrapassa os 11 000 –, nomes que vão desde a chamada geração da *Presença* ou do segundo modernismo até a jovens ensaístas acabados de revelar, sendo certo que nas suas páginas têm escrito especialistas de outras nacionalidades que não a portuguesa<sup>85</sup>. Vale isto por dizer que a *Colóquio/Letras* é responsável tanto pela criação quanto pela manutenção de um fundo em absoluto fundamental para a construção e compreensão do

---

<sup>84</sup> Duas palavras de apresentação. *Colóquio/Letras*, nº1, Março de 1971, p.5

<sup>85</sup> Joana Varela, *Revista Colóquio/Letras (1971-2006)*. Texto inédito. **COMPLETAR CITAÇÃO ???**

campo literário do espaço da lusofonia<sup>86</sup>. Isto mesmo afirmou David Mourão-Ferreira, em 1987, no editorial que redigiu para o centésimo número:

“Pensamos que será decerto indispensável a consulta de tais milhares de páginas para doravante se compreender ou historiar não só a literatura portuguesa destas duas últimas décadas mas também a de boa parte das demais literaturas que em português igualmente se exprimem; e, nesse espaço de tempo, nesses vários quadrantes, não haverá autor mais ou menos representativo que não tenha encontrado aqui, uma vez que seja, ou a recensão a algum de seus livros, ou o registo da repercussão que eles foram alcançando, ou até a mais desenvolvida abordagem crítica deste ou daquele aspecto da globalidade da sua obra. De idêntico modo urgirá sem dúvida recorrer àqueles mesmos milhares de páginas para se entender ou avaliar, no mencionado período e nos aludidos domínios, ora a coexistência de diversificadas linguagens críticas, ora a reveladora evolução de perspectivas e métodos preponderantes. Por outra parte – e ainda que possa considerar-se *Colóquio/Letras*, como sempre de resto se tem sublinhado, mais uma revista sobre literatura que revista de literatura –, tão-pouco têm deixado de em suas páginas continuamente comparecer – sem distinção de tendências, de gerações, de ideologias, e desde os mais consagrados vultos a recentíssimas ‘revelações’ – inúmeros e contrastados exemplos da narrativa contemporânea, e sobretudo da poesia contemporânea, sem todavia se negligenciar a incessante publicação de textos inéditos de muitos autores já desaparecidos”<sup>87</sup>.

A partir de 1985 regista-se uma evolução no sentido da publicação de números temáticos, procurando-se por esta via incentivar ainda mais a investigação relativa aos estudos literários, ora promovendo o balanço e o “estado da arte”, ora revelando novas áreas de estudo e novos ensaístas. E é assim que, a título de comemoração ou de homenagem, a *Colóquio/Letras* vem dedicando alguns dos seus números a autores específicos – tendo-se sucedido Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa, Cesário Verde, Mário de Sá-Carneiro, Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, António Nobre, Irene Lisboa, David Mourão-Ferreira, Almada Negreiros e Mário de Andrade, José Saramago, Almeida Garrett e João Cabral de Melo Neto – ou a temáticas menos trabalhadas, como sejam, por exemplo, a literatura medieval portuguesa e a literatura galega. O seu acervo de artigos dá corpo a um património fundamental nos planos da informação e interpretação literária.

Não sofre qualquer contestação o papel ímpar desempenhado pela *Colóquio/Letras* no panorama editorial português. O capital de prestígio único que goza junto da comunidade de investigadores pôde ser avaliado recentemente quando, em

---

<sup>86</sup> À semelhança das demais publicações da Fundação Gulbenkian, também a *Colóquio/Letras* foi distribuída gratuitamente – por bibliotecas, universidades, especialistas, quer em Portugal quer no estrangeiro – e vendida nos seus balcões em condições altamente favoráveis tanto a estudantes como a professores.

<sup>87</sup> David Mourão-Ferreira, “Editorial”, *Colóquio/Letras*, nº 100, 1987. **COMPLETAR CITAÇÃO ???**

2000, a actual direcção, em consonância com o Conselho de Administração, decidiu lançar um inquérito sectorial, com o fim de “obter dados objectivos quanto à utilização da revista nos circuitos universitários tanto em termos de espaço preferencial de publicação de artigos quanto da sua aptidão para bibliografia de apoio”. O questionário foi então enviado a 95 professores do ensino superior “de letras”, trabalhando quer em Portugal quer no estrangeiro. Foram obtidas respostas de 64 inquiridos, e logo por essa elevada percentagem se pode avaliar da importância da publicação. A conclusão mais se reforça quando se verifica que ronda os 70% a percentagem de avaliação positiva da contribuição da revista para “a formação e o trabalho de investigação dos inquiridos”, “o apoio bibliográfico que dá aos cursos de graduação e à realização de teses” e “o papel que desempenha na divulgação de trabalhos académicos e na expansão, renovação e divulgação dos estudos literários”. Do conjunto de respostas obtidas, é possível concluir-se que a *Colóquio/Letras* é uma publicação “única, de referência, dotada de renome internacional, não jornalística, e vista como uma instituição”, que se ocupa “de todas as literaturas lusófonas, sobretudo dos dois últimos séculos, estuda ou já estudou todos os autores, fazendo trabalho de fundo, revelando documentação inédita, tendo em atenção o património, e inserindo recensões e noticiário”<sup>88</sup>.

### **3. PROMOVER E ENQUADRAR O UNIVERSO DA VIDA CULTURAL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO**

A acção da Fundação Calouste Gulbenkian em prol da formação do estudante universitário não descurou o patrocínio directo a iniciativas de carácter cultural, dando dessa forma cabal cumprimento ao objectivo de contribuir para a sua formação completa. O investimento sistemático e continuado nas chamadas actividades “circum-escolares” teve por base um diagnóstico, reiterado ano após ano desde o primeiro relatório do presidente, de que se caminhava para uma época saturada de ciência e técnica, em que a verdadeira dimensão e o sentido das coisas humanas se estariam a perder, tornando-se assim premente responder às necessidades de socialização plena dos jovens, em particular dos estudantes universitários.

O apoio atingiria uma série de grupos artísticos e literários, a fim de permitir que cada estudante inserisse a sua formação científica numa ideia de universalidade da ciência concebida no quadro de um todo cultural e social. Como se a prática continuada de actividades em domínios tão distintos como o teatro, a música, as artes plásticas, o bailado, o cinema ou a organização de bibliotecas e a produção de revistas fizesse emergir e cimentar uma visão totalizante do ser humano e do mundo. Firmar-se-ia assim

---

<sup>88</sup> Joana Varela, *Colóquio/Letras: Uma perspectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 4-5.

o axioma de toda a pedagogia moderna: só há verdadeira aprendizagem quando o aluno é o sujeito da sua própria educação.

A Fundação Calouste Gulbenkian enquadrou e apoiou, com regularidade, um conjunto de actividades de carácter cultural, conduzidas, com independência e autonomia, pelas organizações académicas. A Fundação incentivou, com grande generosidade, esta dinâmica estudantil. A ideia do “autogoverno” – tão presente em António Sérgio e nos homens da *Seara Nova* – traduzia-se agora numa representação do estudante como indivíduo autónomo, activo. O programa de apoio às práticas artísticas e culturais da juventude universitária portuguesa, entendidas como complemento fundamental da sua formação científica e técnica, tem tido continuidade ao longo dos 50 anos de vida da Fundação.

O discurso dos dirigentes da Gulbenkian visou as atitudes e os comportamentos juvenis, sendo o seu apoio aqui assumido numa perspectiva essencialmente educativa. Não havia como negar que a escola estava nesse tempo impossibilitada de estender a sua acção a “sectores como os artísticos, os sociais e os turísticos”, nos quais os jovens encontrassem “novas matérias essenciais a uma educação integral, novos motivos de reflexão quanto aos problemas essenciais da vida e à posição que perante eles o homem moderno” devia tomar<sup>89</sup>. Azeredo Perdigão começou por notar, ainda na segunda metade dos anos cinquenta, que a juventude universitária vivia entregue a si própria, no tocante à formação da sua cultura geral. Para ele, tal facto era “consequência inevitável da circunstância da Universidade, mercê das exigências do tempo, haver perdido a sua dimensão de *studium generale* para se transformar numa escola funcionalmente endereçada à preparação de técnicos destinados a desempenhar na sociedade moderna serviços precisos em domínios perfeitamente especializados”. Ora, parecia-lhe que também neste domínio a Fundação Gulbenkian poderia, “em colaboração com o Ministério da Educação Nacional, realizar uma obra de extraordinário alcance, estimulando e promovendo várias iniciativas em prol da educação e da cultura das massas estudantis universitárias”. Com esse propósito criou um fundo especial que anualmente recebia “uma importante doação” e que, quanto ao modo de o aplicar, configurava um grau de elevada democraticidade para o contexto político da época: eram não só consultados “os eminentes reitores das nossas universidades, mas também os dirigentes das associações académicas juridicamente erectas e dos grupos artísticos e literários universitários e em actividade”<sup>90</sup>.

Ferrer Correia foi, sem dúvida, e uma vez mais, o principal dinamizador e obreiro desta acção educativa da Fundação em favor da juventude universitária

---

<sup>89</sup> José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 173.

<sup>90</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, pp. 156-157.

portuguesa. Em 30 de Março de 1960 fez uma primeira exposição à Comissão Delegada do Conselho de Administração salientando a importância destas iniciativas e a adesão que suscitaram nas várias faculdades e mesmo junto dos reitores. No Relatório de balanço sobre as actividades circum-escolares da Fundação, no termo do ano lectivo seguinte, mostrava-se inteiramente satisfeito com os resultados globais obtidos e com as modalidades de diálogo com os estudantes. Ferrer Correia começou, então, por explicar “o entusiasmo surpreendente com que os núcleos universitários receberam e viveram as iniciativas culturais compreendidas no plano de apoio da Fundação”, demonstrando, sem margem para dúvida, que “a esperança numa renovação cultural profunda” não tinha sido minimamente iludida. Acrescentou que o patrocínio da Fundação se vinha realizando essencialmente por intermédio das associações de estudantes, cujo concurso reputava de “fundamental”. O sistema de apoios respeitava a “autonomia de organização” que os estudantes reivindicavam tão ciosamente, fazendo apelo à sua “participação efectiva e interessada”. Para o administrador da Gulbenkian, as ideias-base que tinham orientado a concessão destes subsídios eram duas: “proporcionar aos organismos culturais académicos os meios necessários ao seu trabalho e orientar este trabalho num sentido vincadamente formativo”<sup>91</sup>.

A Fundação assumiu o compromisso de subsidiar o maior número possível de organismos, procurando promover um conjunto de actividades culturais nas três academias. Uma listagem feita pelo punho de Azeredo Perdigão revela várias das agremiações estudantis que mais se destacariam na segunda metade do século XX, a provar que a ajuda continuada da Gulbenkian foi determinante para a sua acção. Os apoios mais importantes estavam assim distribuídos no termo dos anos cinquenta:

“Em Coimbra, o *Orfeão Académico*, que acaba de comemorar o 80º aniversário da sua fundação, a *Tuna Académica* e o *Coral dos Estudantes da Faculdade de Letras*, todos com uma brilhante folha de serviços prestados à cultura musical, o *Teatro dos Estudantes da Universidade*, a que se deve o desenvolvimento, entre nós, do gosto do teatro clássico, nacional e grego, e que tanto prestígio já alcançou não só no País, como no estrangeiro, o *Círculo de Iniciação Teatral*, este votado ao teatro moderno, e finalmente o novel *Círculo de Artes Plásticas*, que tanto entusiasmo despertou e que traz consigo a ambição e as virtualidades de se transformar numa autêntica escola de Belas-Artes; no Porto, desde a antiga *Associação dos Estudantes de Farmácia*, até aos organismos integrados na Universidade, como sejam o *Centro Universitário*, o *Teatro* e o *Orfeão*, todos têm despendido e desenvolvido na Academia um grande interesse pelas coisas do espírito; e, em Lisboa, não obstante as condições dispersivas do meio social, adversas à formação de um verdadeiro e íntimo sentimento colegial de nível universitário – para o que muito concorre a circunstância de o estudante poder educar-se, sem acréscimo de esforço pessoal, pelo contacto directo com as múltiplas e variadas manifestações culturais que a capital lhe oferece –, é já muito apreciável a obra levada a efeito, em matéria de actividades circum-escolares, pelas *Associações do Instituto Superior Técnico*, das *Faculdades de*

---

<sup>91</sup> José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 175.

*Direito e de Ciências, dos Institutos Superior de Ciências Económicas e Financeiras e de Agronomia e da Escola Superior de Medicina Veterinária*<sup>92</sup>.

Ao mesmo tempo que o patrocínio se enraizava foi-se afigurando como “altamente recomendável” o desenvolvimento de apoios às infra-estruturas da produção cultural. A administração da Fundação tomou a iniciativa de propor às associações de estudantes a organização e o financiamento de vários cursos de Teatro, Música e Artes Plásticas, de “feição universitária e regidos por professores qualificados”, à semelhança do que se fazia no estrangeiro. Essas verbas eram destinadas a custear o apetrechamento de escolas, grupos, estúdios, fosse para lhes permitir o seu regular funcionamento, fosse com o propósito de lhes facilitar a realização de espectáculos, concertos, exposições, conferências, seminários, colóquios...<sup>93</sup>

As actividades teatrais mereceram uma atenção especial, atendendo ao papel que poderiam “ter como embriões de escolas de teatro, pela revelação de vocações”, como aliás vinha acontecendo nos países de “superior nível cultural”, e, enfim, por se considerar que elas eram as que tinham “mais expressão como veículo educativo, cultural e artístico”<sup>94</sup>. E se é facto que a Fundação apoiou regularmente, por exemplo, cursos de pintura no Círculo de Artes Plásticas da Associação Académica de Coimbra, foi no campo das artes do palco que se verificaria uma aposta mais forte, através da distribuição da fatia maior dos orçamentos. Logo em 1959, Azeredo Perdigão sugeriu que, em vez de a Fundação custear a deslocação de companhias teatrais a Coimbra, se tentasse criar na cidade um “verdadeiro teatro académico, possivelmente por meio da promessa de concessão de um subsídio a fixar por cada peça posta em cena pelos próprios estudantes”<sup>95</sup>.

A Fundação Calouste Gulbenkian apoiou, de modo muito significativo, a contratação de encenadores tão prestigiados como Luís de Lima, António Pedro, Adolfo Gutkin, Vítor Garcia, Ricardo Salvador e Júlio Castronuovo, entre tantos outros, os quais, além de executarem a montagem e encenação das peças, deviam assegurar também “cursos de representação” dirigidos aos estudantes. A convicção de que esta intervenção ajudaria a revolucionar o teatro universitário em Portugal teve-a o administrador responsável pelo Pelouro da Educação quando, em 1961, viu o trabalho do Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC):

“O Senhor Prof. Ferrer Correia afirmou que a apresentação do CITAC em Coimbra e em Lisboa permitiu avaliar os reais progressos que o Grupo alcançou

---

<sup>92</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, pp. 157-158.

<sup>93</sup> *Idem*, p. 158.

<sup>94</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 200, 1 de Março de 1961; Acta do Conselho de Administração, nº 193, 2 de Julho de 1964.

<sup>95</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 105, 29 de Dezembro de 1959.

no período de cinco meses de trabalho sob a direcção de Luís de Lima. Os seus espectáculos conheceram um verdadeiro êxito: montagem impecável e encenação certíssima, a demonstrar a mão segura de um director com *métier*. O grupo tem uma personalidade surpreendente para um teatro de estudantes e os seus jovens actores, muito aplaudidos, passearam pelo palco uma qualidade que não se julgava ao seu alcance.

A sua participação num festival de teatro estudantil, permitindo o confronto com outros grupos académicos veio demonstrar o acertado do caminho seguido pela Fundação no seu apoio às actividades teatrais dos estudantes, pois tornou evidente que o plano do amadorismo divertido que caracterizou a actuação dos restantes só pode ser ultrapassado pondo ao seu alcance os meios facultados este ano ao de Coimbra, meios que se resumem, fundamentalmente, num curso de Arte Dramática, sob a direcção de um profissional competente.

O trabalho de Luís de Lima deixou a melhor impressão: indo além das obrigações que lhe impunha o contrato, dedicou-se inteiramente ao curso; não preparou apenas actores mas procurou ainda dar ao CITAC autonomia completa, ensinando a encenar e montar uma peça: na verdade, os estudantes trabalharam como actores, maquinistas, cenaristas, electricistas, directores de cena, etc. Só assim foi possível o apurado grau de perfeição técnica que caracterizou todos os pormenores do espectáculo, desde a encenação e representação à montagem e às luzes”<sup>96</sup>.

Em Fevereiro de 1960, Ferrer Correia faz a proposta de que as actividades circum-escolares passem a constituir uma secção autónoma do Serviço de Educação, a ser chefiada por Vítor Sá Machado, que ao tempo já desempenhava as funções de seu secretário. As razões eram as da natural evolução e operacionalidade do serviço, mas também se justificavam “pelo especial melindre” de que se revestiam as relações com o meio académico, o que determinava um “controlo directo” por parte do administrador do Pelouro da Educação no sentido de um permanente apolitismo. A crise académica de 1962, marcando um ponto alto do conflito das organizações estudantis universitárias com o regime autoritário, colocou a Fundação numa posição em que a equidistância obrigaria, na prática, à suspensão temporária dos financiamentos às associações. Ferrer Correia frisaria em reunião do Conselho de Administração de Setembro daquele ano que, “devido aos acontecimentos que perturbaram a vida académica nos fins do último ano lectivo, as actividades tinham sido consideravelmente reduzidas, de forma a não imiscuir a Fundação em problemas políticos”<sup>97</sup>. Daí para a frente não mais se assistiria a uma situação da mesma gravidade, mas, na documentação consultada, assinalam-se situações de conflito até ao final do regime, bem como uma especial cautela nos apoios à imprensa académica, a fim de evitar problemas com a Censura.

Uma outra linha de financiamento incentivou o intercâmbio entre estudantes, tendo sido subsidiadas, fundamentalmente nas primeiras décadas, viagens de finalistas das várias universidades, desde que elas se traduzissem em “acções informativas e formativas”. As actividades científicas realizadas fora do âmbito escolar foram

---

<sup>96</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, n° 213, 16 de Maio de 1961.

<sup>97</sup> Acta do Conselho de Administração, n° 137, 28 de Setembro de 1962.

igualmente apoiadas, através, por exemplo, da participação na “London International Youth Science Fortnight” ou em Encontros Europeus Universitários, designadamente os Encontros Juvenis de Ciência.

Mas a Fundação não apoiaria apenas as iniciativas estudantis de natureza cultural, artística e de intercâmbio. A experiência levaria a tornar cada vez mais maleável o seu plano de acção, adaptando-se às lacunas deixadas em aberto pelo Estado. Assim, passou igualmente a dar o seu contributo para a resolução de problemas de ordem assistencial que foram “trazidos pelos estudantes à sua consideração”, destacando-se, “pela sua transcendência”, os relativos à alimentação, ao alojamento e à vida em comum. O primeiro deles “pôde prover-se imediatamente”, esclareceu Azeredo Perdigão, com o apoio dado a partir de 1961 às cantinas da Universidade de Lisboa e da Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, estendendo-se depois a outras, sempre com o propósito de lhes “tornar possível não só um funcionamento mais eficiente, mas também e sobretudo fornecimento de maior número de refeições a baixo preço”<sup>98</sup>.

O problema das residências universitárias foi colocado por Ferrer Correia à consideração do Conselho de Administração em Dezembro de 1962, mas a sua resolução seria protelada nos anos seguintes, essencialmente devido às hesitações e ambiguidades que marcaram as relações dos últimos governos do Estado Novo com a academia. A Fundação não tencionava “resolver o problema do estudante universitário português”, mas sim, e apenas, realizar “em cada uma das três cidades universitárias um projecto-piloto” que viesse “a incitar o Estado e as instituições educativas particulares a ocuparem-se do assunto”. Evidentemente que, fosse qual fosse a decisão face ao modelo a ser adoptado (por exemplo, a opção pela separação de sexos ou por um regime de coabitação), ela teria de merecer a concordância do Ministério da Educação Nacional<sup>99</sup>.

Nesta altura, contudo, a ideia de encontrar uma solução para os estudantes deslocados em Lisboa, Porto e Coimbra parecia também ser partilhada pelas autoridades educativas. O decreto-lei nº 44632, de 15 de Outubro de 1962, criou na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes a Comissão Permanente das Organizações Circum-Escolares do Ensino Superior, e nele se viria a estabelecer um primeiro “regime transitório” das organizações e associações dos alunos, na sequência da crise académica. Ora, no acto de posse da Comissão o então ministro da Educação Nacional, Galvão Teles, proferiu um discurso que muito agradou a Azeredo Perdigão, especialmente neste trecho relativo ao alojamento dos estudantes:

---

<sup>98</sup> José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 - 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 176.

<sup>99</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 144, 20 de Dezembro de 1962.

“Entre o muito que tereis de estudar, seja-me lícito destacar aqui, pela importância que ligo à matéria, o referente ao problema habitacional do estudante. Desde sempre vi nesse problema um dos mais graves que se apresentam no domínio da vida circum-escolar, e por isso foi para ele um dos meus primeiros pensamentos, logo que assumi as minhas actuais funções. Tenho agora a satisfação de poder anunciar que esse problema irá ser atacado com decidida vontade de o resolver, não evidentemente duma só vez, mas dentro de um plano que permita, com a possível celeridade, a sua resolução gradual, e em que este Ministério conta com a imprescindível e assegurada colaboração dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas”<sup>100</sup>.

As residências-piloto que a Fundação Gulbenkian se propunha projectar, construir e instalar, ao lado das que o Estado viesse a fazer, deviam poder alojar entre 80 e 100 estudantes, situando-se o seu custo, a preços de 1962, em cerca de 10 000 contos. No ano seguinte, o projecto não entrara ainda na fase de execução, prosseguindo os trabalhos preparatórios. Nessa perspectiva, e a fim de conhecer “a importante contribuição” que, para a solução deste problema, representava a experiência espanhola, Ferrer Correia visitou, acompanhado do arquitecto Sotto-Mayor, as Residências Universitárias de Pamplona, Saragoça e Madrid. Procurara aí documentar-se acerca dos fins, características gerais e modo de funcionamento desses espaços, assim como das actividades circum-escolares que neles decorriam ou deles dependiam. Deixou expresso em reunião do Conselho de Administração, de 24 de Maio de 1964, que as residências, “principalmente as do Opus Dei”, correspondiam “mais ou menos às suas próprias ideias” acerca do que deverá ser uma residência de estudantes universitários, “como centro educativo e cultural”, aspecto que de longe devia “sobrelavar a todos os outros”. Ferrer Correia referiu-se, depois, às possibilidades de aquisição de terreno para as residências universitárias, e aí começaram as dificuldades: explicou que se tinham “malgrado as negociações em Coimbra, que não se tinham iniciado no Porto e que esperava que, em Lisboa, não fosse difícil obter um dos terrenos reservados a residências de estudantes na área de Cidade Universitária”. Acrescentou ainda que se aguardava a publicação de um diploma em que o Governo deveria fixar a sua política nesta matéria, um diploma que seria “uma espécie de estatuto geral das residências universitárias”. Ora como esta intervenção governamental suscitava “certas apreensões” parecia-lhe preferível conhecer primeiro as disposições do Executivo “e só depois entrar a fundo – se acaso isso ainda interessar – na resolução do plano”<sup>101</sup>.

O diploma atrás mencionado seria publicado apenas em 11 de Janeiro de 1966 (decreto-lei nº 46 834). Nele se previa, ao lado de residências académicas construídas pelo Estado, a existência de “residências académicas não estaduais”, cuja criação se procurava estimular através da concessão de determinadas vantagens (isenções fiscais e

---

<sup>100</sup> Galvão Teles citado em José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 - 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 177.

<sup>101</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 154, 24 de Junho de 1963.

concessão de empréstimos). O referido decreto-lei, segundo Ferrer Correia, não coarctava a possibilidade de a Fundação Calouste Gulbenkian levar por diante o seu projecto, embora pudesse “levantar alguns problemas, nomeadamente de natureza fiscal”, que ele não julgava, porém, insolúveis. Em face do exposto, a Comissão Delegada do Conselho de Administração, reconhecendo, uma vez mais, “o incontestável valor educativo do projecto em causa”, deliberou encarregar Ferrer Correia de “reiniciar os múltiplos e complexos estudos e diligências necessárias para a respectiva concretização”, que numa primeira fase, deveria “ser limitada à construção, a título experimental, de uma residência académica em Coimbra”, cidade em que os problemas de alojamento de estudantes universitários eram mais prementes<sup>102</sup>. Os estudos e a escolha do terreno prosseguiram ao longo de 1967 e no ano seguinte avançar-se-ia para a maquete da futura “Residência de Estudantes Universitários de Coimbra” e de outros trabalhos directamente relacionados com ela.

No Outono de 1970 chegou enfim o momento de a Fundação assumir uma posição quanto à parte organizacional e educativa desta intervenção. Ferrer Correia afirmou nessa ocasião que trazia de novo o assunto ao Conselho de Administração, dado tornar-se “desde já” fundamental definir dois aspectos fundamentais: “em primeiro lugar, a questão de saber qual o destino a dar à Residência, uma vez construída; em segundo lugar, a de saber se a Residência deve destinar-se só a um sexo ou ser mista”. O Conselho analisou o assunto nas suas diversas implicações, “tendo todos os Administradores presentes participado no debate”. A deliberação tomada revela bem o posicionamento da Fundação face ao Estado, bem como as soluções de compromisso que a natureza autoritária do regime obrigava a adoptar:

“Quanto à primeira questão:

Considerando que, de acordo com o que vem sendo firme orientação do Conselho, a Fundação deve evitar, a todo o custo, a assunção de novos encargos de natureza permanente;

Considerando que, à luz da recente experiência adquirida, não parece aconselhável que a Fundação assuma, ela própria, responsabilidade directa pela gestão de uma Residência deste tipo;

Considerando, todavia, que se torna indispensável averiguar junto do Ministro da Educação Nacional se o Estado se encontra disposto a assegurar, financeiramente, a futura manutenção da Residência, o Conselho, por proposta do Senhor Prof. Doutor Ferrer Correia, deliberou, unanimemente, revogar a primitiva decisão sobre o destino a dar à Residência. Assim, esta, uma vez construída, deverá ser cedida a uma entidade pública – que, no caso concreto, tudo indica dever ser a Universidade de Coimbra – quer em propriedade, quer em uso, de harmonia com uma fórmula a estudar oportunamente mas sempre depois de previamente se estabelecer, por acordo entre a Fundação e as entidades oficiais competentes, o regulamento que assegure no tempo a realização das finalidades educativas que presidiram à sua criação. A necessária garantia do financiamento da Residência por parte de outrem, que não a

---

<sup>102</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 703, 23 de Janeiro de 1966.

Fundação, não impedirá que esta, a título eventual, venha a conceder subsídios para a realização daquelas finalidades. Por outro lado, a Fundação deverá ter um ou alguns representantes permanentes no conselho de administração da Residência.

Quanto à segunda questão:

Considerando que a Residência a construir em Coimbra não será apenas o elemento piloto que orientará a Fundação no decidir quanto à continuidade de uma acção que poderá ser uma das mais fecundas a desenvolver junto da Universidade, mas será também exemplo para todos os outros – Estado e particulares – interessados na resolução de um problema tão importante;

Considerando que, como tal, deverão envidar-se todos os esforços para que o edifício a construir possa servir de base a uma experiência válida neste domínio, sem esquecer o espírito de economia que deve presidir à elaboração do projecto, o Conselho, por proposta do Senhor Prof. Doutor Ferrer Correia, deliberou que a Residência seja programada para alojar estudantes de ambos os sexos, em dois blocos completamente separados: um para rapazes e outro para raparigas. Deverá a Residência possuir ainda um terceiro bloco para instalações comuns – incluindo restaurante, biblioteca e instalações culturais de apoio. Deverá também prever-se a construção de um campo polivalente para basquete e voleibol.

O Conselho deliberou, por fim, pedir ao Senhor Prof. Doutor Ferrer Correia que continue a dirigir e orientar superiormente todas as diligências e trabalhos necessários à realização deste projecto”<sup>103</sup>.

As residências de estudantes do ensino superior viriam realmente a ser apoiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian, mas apenas durante o regime democrático. As considerações anteriormente aduzidas sobre o experimentalismo pedagógico das residências-piloto foram abandonadas, retomando-se o princípio clássico de suprir as lacunas do Estado. Pode facilmente documentar-se uma forte participação na criação de residências no conjunto das universidades portuguesas – numa fase de enorme expansão geográfica do ensino superior público – e também nos novos institutos politécnicos que se iam criando. Em 2000, o valor do apoio concedido pela Fundação atingiu quase um milhão e meio de contos. Foram igualmente canalizadas verbas, a partir de 1983, para residências universitárias destinadas a estudantes africanos em Portugal.

#### **4. PROCURAR E CONSTRUIR O LEITOR, O MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE LEITORES**

A rede de bibliotecas, primeiro itinerantes e depois fixas, iniciada na Primavera de 1958, foi porventura a maior demonstração da força concretizadora da Fundação Calouste Gulbenkian. O seu impacto fez-se sentir em todo o território nacional. Dir-se-á, sem exagero, que foi determinante para a imagem de proximidade que a Fundação conquistou junto dos portugueses. Esta obra, destinada a transportar o livro a

---

<sup>103</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 51, 29 de Setembro de 1970.

populações culturalmente isoladas, foi levada a cabo através de um plano persistentemente executado durante mais de quatro décadas. A instituição respondia, assim, a um problema estrutural da então denominada “educação pós-escolar”, dirigindo-se sobretudo aos adultos com poucos estudos e às crianças e jovens em idade escolar. A missão era despertar e desenvolver o gosto pela leitura.

Um despacho do presidente, datado de 21 de Janeiro de 1961, revela bem a importância desta realização: “continuo a considerar o Serviço de Bibliotecas Itinerantes uma das mais felizes, se não a mais feliz, iniciativa da Fundação Gulbenkian”<sup>104</sup>. No relatório referente ao triénio 1960-1962, Azeredo Perdigão reafirmou idêntica convicção, deixando escrito que se estava a realizar no sector da leitura pública “uma obra de manifesta utilidade nacional”, posto que dela dependia “a elevação do nível de educação e da cultura do povo português”. Todos os dados quantitativos e qualitativos disponíveis mostravam que a iniciativa correspondera, com efeito, a uma “necessidade pública, de tal maneira os habitantes das localidades visitadas corriam a aceitar a oferta dos livros para leitura que a Fundação regularmente lhes oferecia”. No domínio da difusão da cultura geral aqui se continha o que “de mais profundo e válido” tinha a instituição realizado em Portugal. Segundo Azeredo Perdigão, o êxito das bibliotecas itinerantes excedera “tudo o que se podia ter esperado”, o que obrigava a Fundação a investir ainda mais, efectuando “um grande esforço financeiro e de organização”<sup>105</sup>.

A decisão tomada pelo Conselho de Administração, a 1 de Março de 1957, de criar o Serviço de Bibliotecas Itinerantes encontrava a sua justificação em caminhos que já haviam sido, senão “trilhados”, ao menos amiúde tentados pelas autoridades públicas. Foi, aliás, a experiência de uma longa “herança” que o presidente invocou explicando que os dirigentes da Fundação Calouste Gulbenkian não desejavam apresentar-se como “precursores e muito menos como inventores”<sup>106</sup>.

As considerações sobre as ideias do Estado neste domínio levam Azeredo Perdigão a recuar quase um século, citando um relatório de 1870 do Duque de Saldanha, reproduzido no *Diário do Governo*, no qual se falava já da necessidade de os “poderes públicos, de acordo com a acção municipal”, mitigarem a “sede de leitura” de boa parte dos portugueses através da “biblioteca popular”. Havida “entre os povos cultos por uma das mais abençoadas instituições”, ela deveria completar a “escola popular”. “A boa leitura” – prosseguia o documento – “moraliza, eleva a alma e aperfeiçoa o trabalho de

---

<sup>104</sup> Despacho de 21 de Janeiro de 1961 de Azeredo Perdigão (Arquivo – cota AP130). O Serviço de Bibliotecas Itinerantes passou a designar-se Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, em 1983, e Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, em 1993.

<sup>105</sup> José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 - 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, pp. 143 e 148.

<sup>106</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 - 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 151.

todos em geral e de cada indústria ou ofício em particular”. A biblioteca popular deveria possuir um fundo bibliográfico muito variado, abrangendo tanto os “conhecimentos gerais” quanto os “profissionais”, e, ao mesmo tempo, promover a “leitura nos domicílios”<sup>107</sup>. Propondo-se “operar nos espíritos um imenso melhoramento”, a biblioteca popular seria mesmo legalmente instituída alguns meses mais tarde, em diploma assinado por D. António, Bispo de Viseu<sup>108</sup>.

Transcorridas quase nove décadas, para Azeredo Perdigão esta legislação não estava desatualizada; pelo contrário, a sua necessidade subsistia, “agravada” no presente, apesar de algumas iniciativas recentes<sup>109</sup>. Na verdade, desde o final da II Guerra Mundial, época de importantes reformas do ensino liceal (1947) e do ensino técnico (1948), que os governos de Oliveira Salazar dedicavam alguma atenção à “leitura para o povo”. No Secretariado Nacional da Informação, dirigido por António Ferro, no Ministério da Educação Nacional e em vários departamentos da administração central desenvolviam-se iniciativas importantes, como por exemplo: a criação das Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular do SNI, entre 1945 e 1949; a instalação de fundos bibliográficos nas Escolas Primárias e Casas do Povo das freguesias rurais, da responsabilidade do Ministério da Educação Nacional, a partir de 1947; a organização de bibliotecas específicas para os meios rurais, urbanos e industriais, no âmbito da Campanha Nacional de Educação de Adultos/Plano de Educação Popular, programa conjunto de vários ministérios lançado em 1952<sup>110</sup>.

Todavia, os responsáveis da Fundação Calouste Gulbenkian chamaram a atenção para o diminuto alcance das acções governamentais. Numa entrevista concedida a 24 de Abril de 1974, ao jornalista Augusto de Castro do *Diário de Notícias*, Domingos Monteiro, um dos pioneiros e dirigentes máximos do Serviço de Bibliotecas Itinerantes, afirmou, em jeito de balanço e “sem receio de qualquer desmentido, que quando foi criado o Serviço de Bibliotecas, pouco ou nada estava feito”, concluindo: “era preciso começar tudo de novo, o que realmente fizemos”. Na sua opinião, o fracasso das bibliotecas estatais devia-se à ausência de uma intenção estratégica e, sobretudo, de uma “infra-estrutura preparada”. Na verdade, “vítimas de desinteresse e indiferença das pessoas que as tinham a seu cargo”, as bibliotecas populares e escolares não se

---

<sup>107</sup> Decreto de 2 de Agosto de 1870.

<sup>108</sup> Decreto de 20 de Janeiro de 1871.

<sup>109</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, pp. 151-152.

<sup>110</sup> Ver Decreto-lei nº 36147, de 5/2/1947. Consultar Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro: O dispositivo cultural nos anos da “Política do Espírito” (1933-1949)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 134-152. Consultar também Daniel Melo, *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 151-169.

apresentavam como mais do que “um conjunto de livros devidamente escolhidos e catalogados”<sup>111</sup>.

Branquinho da Fonseca, responsável pela ideia da rede de bibliotecas itinerantes na orgânica da Fundação, seu principal entusiasta e director desde o início até 1974<sup>112</sup>, ano em que viria a falecer, fizera a mesma leitura num documento interno de 1960, produzido para conhecimento de Azeredo Perdigão:

“Na realidade existiam, e existem no país, numerosas bibliotecas, mas todas elas, ou quase todas, em funcionamento irregular e imperfeito, quer por estarem mal apetrechadas e deficientemente organizadas, quer porque não conseguiram despertar o interesse do público, o que bem se prova pela sua baixa frequência, em alguns casos quase nula, como acontece com as 2000 bibliotecas escolares do Ministério da Educação. A defeituosa organização, os horários mal estabelecidos, a má escolha dos livros, a dificuldade de acesso, o desinteresse dos funcionários responsáveis, explicam em parte este insucesso, a que há a acrescentar o não terem encontrado o processo que as transformasse de arquivos mortos em instrumentos vivos de actuação cultural. Foi essa lacuna gravíssima para o desenvolvimento intelectual e espiritual do país que veio ser preenchida pela criação das Bibliotecas Itinerantes, cujo sucesso extraordinário é hoje indiscutível e unanimemente reconhecido. Esse sucesso deve-se em grande parte ao facto de ter sido cumprida a palavra de ordem expressa no discurso da inauguração oficial pelo Sr. Dr. Azeredo Perdigão. Essa palavra de ordem que se traduz pela ideia de que “quando o homem não procura o livro, o livro tem que procurar o homem”, constitui de facto o elemento psicológico, ou melhor psicossocial, que, faltando às bibliotecas oficiais, explica de certa maneira o êxito acima referido, que se deve também à sua cuidadosa e reflectida organização e ao entusiasmo com que a tarefa tem sido realizada”<sup>113</sup>.

No quadro de uma importante missão que o Estado recorrentemente se vinha atribuindo, mas que nunca encontrara meios de concretizar, cumpre verificar que a rede de bibliotecas itinerantes arrancou com o beneplácito dos organismos oficiais que detinham atribuições e competências no domínio da leitura pública. Devemos interpretar a cerimónia da sua inauguração, carregada aliás do maior simbolismo, como correspondendo a uma passagem de testemunho e ao reconhecimento público de uma incapacidade estrutural do Estado Novo?

A 23 de Maio de 1958, a Fundação Calouste Gulbenkian expôs 15 bibliotecas itinerantes, alojadas noutras tantas *camionetas Citroën*, ao redor da Praça Luís de Camões, em Lisboa. Daí, seguiriam viagem, de Norte a Sul do país, dentro de uma faixa compreendida entre o litoral e a linha Caminha-Lagos. Tomamos como fonte de informação o *Notícias de Portugal*, jornal editado pelo SNI, que descreveu

---

<sup>111</sup> Documento dactilografado guardado no Serviço de Educação e Bolsas.

<sup>112</sup> O Serviço seria depois, sucessivamente, dirigido por Domingos Monteiro (1974-1980), António Quadros (1980-1981), David Mourão-Ferreira (1981-1996), Vasco Graça Moura (1996-1999) e Maria Helena Melim Borges interinamente (1999-2002).

<sup>113</sup> Relatório de Branquinho da Fonseca para Azeredo Perdigão, 22 de Abril de 1960 (Arquivo - cota 130).

cuidadosamente o acontecimento. A “visita prévia” esteve a cargo do presidente do Conselho – que aparece fotografado no interior de uma das viaturas-biblioteca ouvindo as explicações de um Azeredo Perdigão rodeado de livros –, que se mostrou, como sempre, “atento e delineador das actividades culturais da Nação e especialmente à difusão da cultura entre as camadas populares”. A cerimónia de abertura das “modelares instalações das bibliotecas” foi feita pelo ministro da Educação Nacional, Leite Pinto, acompanhado de “altas individualidades” – designadamente os presidentes do Instituto para a Alta Cultura e da Câmara Municipal de Lisboa e o director-geral do Ensino Primário – que surgiam enquadradas pela direcção da Fundação Calouste Gulbenkian. No seu discurso, o titular da pasta da Educação, após tecer várias considerações sobre a forma como a “educação popular” poderia “elear o nível social” dos portugueses, declararia que a tarefa do Governo se podia centrar, tão somente, no combate ao analfabetismo, manifestando a sua satisfação pelo facto de as “crianças em idade escolar” estarem já “todas na escola” e felicitando a Fundação por “vir solucionar em parte” o problema maior de “manter os ex-analfabetos em contacto com a leitura e a escrita”<sup>114</sup>.

A Gulbenkian partiu praticamente sozinha para o empreendimento das bibliotecas itinerantes e nessa posição terá permanecido até aos primeiros anos da década de setenta quando se começou a operar uma mudança de ciclo. Vários governos foram dando sinais, tímidos é certo, de querer definir uma política nacional de leitura pública. E, nesses momentos, quase sempre se realizaram contactos tendentes à transferência e à posse dos fundos documentais, desenlace que viria a dar-se formalmente em 2002 com a extinção do então designado Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura.

As conversações que se realizaram, entre Janeiro e Maio de 1958, com as autarquias locais, cedo levaram à conclusão que, “embora a ideia fosse recebida por elas com boa vontade”, não podiam prestar “qualquer auxílio económico”, ficando assim inteiramente a cargo da Fundação “a organização, o funcionamento, a assistência técnica e os encargos financeiros” das bibliotecas itinerantes<sup>115</sup>. A Gulbenkian definiu como orientação que se impunha, primeiro, cobrir todo o país com bibliotecas itinerantes para, então, pouco a pouco, se dar início a um processo de instalação de bibliotecas fixas. A dinâmica foi tão forte que no final de 1960 já estavam em funcionamento, a par de 29 bibliotecas itinerantes, 28 bibliotecas fixas. O número destas últimas não cessou de crescer, aumentando para 168 uma década mais tarde.

---

<sup>114</sup> *Notícias de Portugal*, 31 de Maio de 1958.

<sup>115</sup> Entrevista de Domingos Monteiro concedida em 24 de Abril de 1974 ao *Diário de Notícias* (Documento dactilografado guardado no Serviço de Educação e Bolsas).

**QUADRO III**  
**Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian (1958-1989)**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Itinerantes</b>	<b>Fixas</b>
1958	15	15	0
1959	28	18	10
1960	57	29	28
1961	83	47	36
1962	92	47	45
1963	108	50	58
1964	135	52	83
1965	159	52	107
1966	186	57	129
1967	205	61	144
1968	217	61	156
1969	221	61	160
1970			
1971	230	62	168
1972	226	60	166
1973	231		
1974			
1975	230	62	168
1976			
1977			
1978	229	62	167
1979	228	62	166
1980	228	62	166
1981	229	62	167
1982	228	62	166
1983	227	58	169
1984	225	59	166
1985	226	59	167
1986	229	59	170
1987	238	59	179
1988		58	
1989		57	

Fonte: Daniel Melo, *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 334 e 335 [transcrito com pequenas correcções].

A “necessidade de descongestionar” o serviço das bibliotecas itinerantes e o desejo de corresponder aos “pedidos das mais diversas instituições, nomeadamente das Câmaras Municipais”, levou a Fundação a diversificar a sua oferta de leitura, instalando-se em centros urbanos onde o número de leitores o justificasse<sup>116</sup>. O contrato era apresentado como de colaboração, ainda que a Fundação assumisse grande parte dos encargos, nomeadamente a aquisição dos livros. A entidade de acolhimento devia “tomar à sua conta os encargos de instalação e de remuneração dos empregados”<sup>117</sup>. Pela “ampliação adquirida e pelo conhecimento unânime do benefício prestado à cultura portuguesa”, o Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian tornara-se um “serviço à escala nacional”, facto que o próprio Estado “tacitamente” admitia, posto que nessa altura “desistiu de montar bibliotecas escolares, por considerá-las supérfluas, nas localidades visitadas pelas Bibliotecas Itinerantes” ou onde “existiam bibliotecas fixas da Fundação”<sup>118</sup>.

Não haveria alterações no panorama da leitura pública em Portugal até ao momento em que, pelo decreto-lei nº 490, de 2 de Outubro de 1973, o ministro da Educação, Veiga Simão, decidiu criar uma rede de “bibliotecas populares”, “fixas e móveis”, sob a tutela da nova Direcção-Geral da Educação Permanente, destinadas a “contribuir para a educação extra-escolar dos portugueses” e para o “progresso social” dos meios em que se inseriam, nomeadamente através da divulgação generalizada de obras literárias, científicas, artísticas e técnicas preferentemente entre as populações que “mais dificilmente” tinham acesso à cultura<sup>119</sup>. O Conselho de Administração da Fundação Gulbenkian sentiu de imediato que se estava perante uma duplicação de esforços e, uma semana mais tarde, ouviu Ferrer Correia apresentar “uma longa exposição” acerca da situação em que ficaria o Serviço de Bibliotecas Itinerantes no quadro da nova iniciativa governamental. O problema transitaria para outra sessão, a fim de que os membros do Conselho de Administração pudessem melhor “reflectir sobre ele”<sup>120</sup>. Nas conversações que se sucederam com diversos membros do Governo, a Fundação não deixou de valorizar devidamente a sua obra:

“O Senhor Presidente deu conhecimento ao Conselho de Administração da conversa que havia tido com o Senhor Ministro das Corporações e Segurança Social [Joaquim Dias da Silva Pinto] acerca da eventualidade de o seu Ministério absorver, no todo ou em parte, para as integrar nas Casas do Povo, as Bibliotecas Itinerantes ou Fixas da Fundação, tudo em ordem a evitar que possa haver três redes de bibliotecas, uma, a mais antiga e sem dúvida a mais

---

<sup>116</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 144.

<sup>117</sup> *Boletim Informativo*, nº 2, 1961, p. 53.

<sup>118</sup> José de Azeredo Perdigão, *V Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1969 – 31 de Dezembro de 1971)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, p. 151.

<sup>119</sup> Decreto-lei nº 490, de 2 de Outubro de 1973.

<sup>120</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 65, 9 de Outubro de 1973.

importante, pertencente à Fundação Calouste Gulbenkian, outra projectada pelo Ministério da Educação Nacional para funcionar junto das Escolas Primárias, e outra, planeada pelo Ministério da Corporações, a instalar nas actuais Casas do Povo que ainda as não possuem e nas novas a criar de acordo com um largo programa já em começo de execução. O Senhor Presidente tivera ocasião de referir, nessa conferência com o Ministro das Corporações, como aliás o Senhor Administrador Prof. Doutor Ferrer Correia havia tido oportunidade de fazer quando tratara do assunto com o Ministro da Educação Nacional, o que era a obra da Fundação Calouste Gulbenkian em matéria de cultura popular por intermédio da rede das suas Bibliotecas, Itinerantes e Fixas, iniciada em 1 de Março de 1957 [...]. Apresentou-lhe diversos elementos estatísticos comprovativos da extensão e movimento da rede das Bibliotecas Gulbenkian e, por consequência, do seu valor cultural e educativo”<sup>121</sup>.

Azeredo Perdigão terá escrito ao ministro Silva Pinto a 17 de Abril de 1974<sup>122</sup> expondo-lhe a posição da Fundação, mas o golpe militar que dias depois derrubou o Estado Novo colocaria o assunto definitivamente fora da agenda política. Anos volvidos, o regime democrático criaria, em 1980, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Instituto Português do Livro<sup>123</sup>, organismo cujas atribuições iniciais se dirigiam para a definição de uma política de apoio à edição, mas que viria a centrar a sua acção sobretudo no reforço dos hábitos de leitura. Nesse sentido instituiu, em 1987, o Programa *Rede Nacional de Bibliotecas Públicas* com o objectivo de construir e desenvolver as bibliotecas municipais segundo os princípios preconizados no Manifesto da UNESCO. De novo voltariam os contactos da Fundação com o Governo. As relações com aquele Instituto seriam enquadradas por um convénio, já mencionado no Relatório de 1990, no qual se estabelece o princípio de que serão doados às bibliotecas públicas criadas em localidades servidas pelas bibliotecas fixas da Fundação os fundos bibliográficos existentes (no todo ou em parte)<sup>124</sup>.

Ante a efectiva assunção pelo Estado da responsabilidade de instalar e modernizar as bibliotecas públicas, o Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Gulbenkian foi conhecendo “adaptações sucessivas” no sentido de se retirar gradualmente do terreno. A nova “realidade sócio-cultural do País” determinou a transferência para as Câmaras Municipais, lê-se no balanço de actividades da Fundação referente ao exercício de 1996, “da maior parte das nossas bibliotecas itinerantes, tendo do mesmo passo alastrado significativamente a rede das bibliotecas fixas”<sup>125</sup>. Os fundos bibliográficos elevavam-se a cerca de cinco milhões de exemplares espalhados por todo o país, constituindo um património fundamental para o desenvolvimento das dinâmicas institucionais de promoção da leitura prosseguidas pelo Estado. O fundo bibliográfico

---

<sup>121</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 12, 20 de Fevereiro de 1974.

<sup>122</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 28, 17 de Abril de 1974.

<sup>123</sup> Hoje Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

<sup>124</sup> *Relatório Anual 1994*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 120.

<sup>125</sup> *Relatório, Balanço de Contas 1996*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 119.

médio que servia cada Biblioteca Itinerante era de 30 000 volumes enquanto que o de uma Biblioteca Fixa era de 5 000 volumes. A partir de 1999, a Fundação adoptou e tem mantido uma nova política, a de dar apoio a “projectos inovadores” apresentados pelas bibliotecas públicas, tendo decidido extinguir o seu Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura em 2002. Parte substancial das actividades deste Serviço vem-se desenvolvendo, desde Janeiro de 2003, através do Programa Gulbenkian de Língua Portuguesa (PGLP), criado com o objectivo de incentivar a promoção e o desenvolvimento da língua portuguesa, mediante a concessão de apoios a entidades externas ou através de iniciativas próprias.

Uma análise da organização do Serviço de Bibliotecas Itinerantes mostra como foi concebido e executado um plano de acção de grande complexidade, bem revelador das resistências e adesões, das intensidades e limites próprios de um processo de divulgação cultural sem paralelo no Portugal daquele tempo. Tratou-se de sistematizar e erguer uma política de leitura nunca antes seriamente tentada, ainda mais no contexto de um regime autoritário, fazendo incidir o essencial da intervenção nas zonas mais periféricas do país. A acção das bibliotecas itinerantes fez-se sentir, de modo muito particular, no mundo rural, de tão difíceis acessibilidades há cinquenta anos atrás, e no qual, para lá da escola primária, também ela em muitas localidades recentemente chegada, nenhuma outra instituição cultural conseguia penetrar. A concretização dos princípios da itinerância e da procura do leitor supôs a montagem de um dispositivo pioneiro que importa conhecer nas suas grandes linhas.

O relatório de Branquinho da Fonseca, intitulado *Breve justificação das bibliotecas itinerantes e algumas informações acerca do seu funcionamento*, contém os elementos centrais do modelo organizacional que a Fundação Calouste Gulbenkian adoptaria a partir de 1958. Na sequência do que ele mesmo vinha praticando enquanto conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em Cascais – cargo que exercia desde 1942, tendo introduzido o empréstimo domiciliário e lançado, em 1953, um “serviço circulante” destinado a servir os públicos que mais distavam da biblioteca-sede –, o escritor defendia neste documento a tese de uma relação activa com os utilizadores. A biblioteca devia cumprir, simultaneamente, funções de “cultura geral, de educação e de recreio”, tendo como aspectos principais a “mobilidade”, realizada através de “um biblio-carro” transportando entre “1500 e 2000 volumes”, e um “perfeito contacto com o público”, cujas características, necessidades e gostos importava conhecer. Como nota Daniel Melo, este projecto bibliotecário “incorporava os princípios básicos da leitura pública moderna”<sup>126</sup>. A ideia colheu junto do Conselho de Administração e, entre Janeiro e Maio de 1958, realizaram-se os trabalhos preliminares que compreenderam não apenas o estabelecimento das áreas onde as bibliotecas iriam

---

<sup>126</sup> Daniel Melo, *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 282.

funcionar, mas igualmente o estudo pormenorizado dos respectivos meios de comunicação, das circunstâncias demográficas, humanas, económicas e sociais; além disso, procedeu-se à escolha do primeiro fundo bibliográfico, à respectiva catalogação e organização dos ficheiros.

O acesso directo aos livros, a simplicidade dos procedimentos formais (desde a inscrição e identificação dos leitores até à requisição e à devolução das obras), o cumprimento dos itinerários e horários previstos e o regular reabastecimento das estantes formaram a base de uma bem sucedida e prolongada relação entre a Fundação e os utilizadores das suas bibliotecas itinerantes. A eloquência dos números, seja qual for o ângulo de análise – leitores atendidos, livros requisitados, concelhos e localidades servidas – revela um crescimento regular, não se verificando períodos de decréscimo da actividade (apenas o número dos volumes adquiridos diminui a partir do início dos anos setenta).

**QUADRO IV**  
**Leitores e livros**

<b>Ano</b>	<b>Leitores inscritos</b>	<b>Leitores adultos inscritos</b>	<b>Total de leitores Atendidos</b>	<b>Total de livros requisitados</b>	<b>Nº de livros adquiridos anualmente</b>	<b>Concelhos servidos</b>	<b>Povoações servidas</b>
1958	33 055	16 160	94 200	263 759	82 963	68	404
1959	81 348	36 494	367 413	1 038 169	68 547	118	882
1960	151 051	61 780	481 929	1 445 787	293 705	168	1463
1961	251 994	97 972	702 828	2 459 901	325 514		1938
1962	348 950	131 308	924 842	3 468 158	321 319		2293
1963	421 865	155 048	1 002 663	3 761 389	271 217	278	2523
1964	515 897	186 621	1 246 707	4 415 447	230 454	282	2787
1965	275 305	95 796	1 280 474	4 427 424	295 642		3028
1966	376 753		1345 460	4 509 756	321 251		3408
1967	469 073	155 418	1 427 687	4 767 782	341 712		3555
1968			1 477 615	4 927 526	385 453		3611
1969			1 540 584	5 242 675	309 283		3767
1970			1 548 795	5 311 155	395 933		
1971	475 853	110 330	1 641 478	5 789 916	374 688		3831
1972	475 853	110 330	1 682 607	5 919 978	353 227		3871
1973	475 853	110 330	1 679 198	6 002 478	196 235		3897
1974			1 600 545	5 539 598	128 562		
1975			1 598 200	5 111 335	270 090		3946
1976			1 386 246	4 387 720	244 855		3907
1977			1 501 856	4 669 831	166 817		3921
1978			1 490 784	4 615 535	162 433		3930
1979			1 513 338	4 740 337	177 696		
1980			1 455 142	4 447 080	194 175		3927
1981			1 453 205	4 467 813	184 655		3928
1982	694 179		1 434 104	4 273 135	204 257		3940
1983			1 583 539	4 590 227	207 090		3951
1984			1 723 982	4 922 142	208 619		3789
1985			1 835 202	5 151 211	231 982		3812
1986			1 891 751	5 177 524	203 787		
1987			1 871 967	5 060 680	234 819		3809
1988			1 869 213	4 974 865	203 787		
1989			1 886 551	4 951 915	503 237		

Fonte: Daniel Melo, *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 334 e 335.

De todas as formas, a dimensão do empreendimento e as contrariedades resultantes da inserção num meio marcado por sociabilidades e relações de poder que haviam sobrevivido na longa duração sem a presença desta oferta cultural, ou que dela explicitamente prescindiam, conduziram o Serviço de Bibliotecas a organizar-se com grande rigor e prudência, avaliando passo a passo os seus procedimentos. Foram desenvolvidas estruturas próprias de comunicação e de informação – por meio de circulares aos seus funcionários e através de um *Boletim Informativo* largamente difundido –, de escolha dos títulos que integrariam as colecções e de controlo e avaliação dos resultados, com sectores específicos para a inspecção e a estatística. Nos vários documentos sobre princípios e normas afirmou-se sempre que os serviços só poderiam “atingir a sua melhor eficiência quando executados rigorosamente de acordo com os regulamentos e as instruções da Direcção”, pois estes resultavam da “experiência” e de um “pormenorizado estudo”<sup>127</sup>.

A importância da missão e as dificuldades, por vezes extremas, não escapavam ao presidente da Fundação que, no início de 1961, apelava ao Serviço de Bibliotecas Itinerantes para redobrar a atenção e os cuidados com as elites locais, mostrando-se ele próprio capaz de reagir com firmeza aos ataques dirigidos contra esta iniciativa de difusão cultural e de promoção da leitura em Portugal:

“Sigo o desenvolvimento [do Serviço de Bibliotecas Itinerantes] com o maior interesse e carinho, mas não oculto que ele me causa algumas preocupações. Essas preocupações resultam, por um lado, da responsabilidade que assumimos ao dar leitura ao nosso povo, pelo risco que se corre de lhe não fornecer o alimento espiritual e cultural de que ele mais carece, e, por outro, da desconfiança com que a nossa acção está a ser encarada em certos sectores menos bem informados ou deliberadamente menos bem intencionados. Há, pois, que ter uma cautela especial, quer no que respeita à escolha dos livros que formam as nossas bibliotecas, quer no que se refere à maneira de tratar, *principalmente nos meios rurais*, com as pessoas das localidades visitadas pelas bibliotecas itinerantes que têm prestígio ou influência nas camadas onde recrutamos os nossos leitores. Conviria, por isso, que, antes de inaugurar qualquer nova biblioteca, o respectivo encarregado, ou mesmo um inspector, estabelecesse contacto pessoal e directo com as pessoas gradas das respectivas terras – presidentes das Juntas de Freguesia, párocos, delegados de saúde, etc. – explicando-lhes os fins e a organização das nossas bibliotecas. [...] Pelo que toca ao incidente ocorrido em Parada do Bouro, sou de parecer que se deve dar imediato conhecimento dos factos à respectiva autoridade diocesana, fazendo-lhe sentir o que é a obra das nossas bibliotecas, que ela merece o incondicional auxílio da Igreja, dado o grande cuidado que a Fundação tem na escolha dos livros que as formam, e que o procedimento do pároco de Parada do Bouro constitui um acto revoltante, punível pelo Código Penal, que nos causou dano e

---

<sup>127</sup> *Princípios gerais e normas de serviço* (documento dactilografado, sem data, guardado no Serviço de Educação e Bolsas).

que só não procedemos criminalmente contra o autor do dano por consideração e respeito pela Igreja e pelas pessoas que superiormente a dirigem”<sup>128</sup>.

Dificuldades à parte, próprias de um país que pela primeira vez recebia uma infra-estrutura cultural desta natureza, atente-se a partir de agora na forma como se estruturou, na prática, o original encontro da Biblioteca Itinerante com o leitor do mundo rural. A nota mais saliente é a de uma invariável simplicidade de processos, tendo em conta as características das populações, e num extremo cuidado na relação pessoal, orientando mas tendo sempre presente a liberdade de movimentos, a autonomia e o interesse individual de cada utilizador.

Uma vez cumpridas as formalidades de inscrição e requisição, os livros eram emprestados por um prazo de 15 a 30 dias, podendo chegar até cinco o número máximo volumes emprestados. Os leitores podiam escolhê-los de entre os que se encontravam no carro-biblioteca. A arrumação dos volumes que viajavam na Biblioteca Itinerante obedecia a um critério original, de rapidez e facilidade, todo ele concebido para atender às diferenças de idades e de habilitações literárias dos utilizadores, definindo lógicas de acessibilidade e de interdição. Nas prateleiras inferiores encontravam-se os livros para crianças, nas do meio a ficção, a literatura de viagens e as biografias, nas do topo a filosofia, a poesia, a ciência e técnica, estes “menos procurados”. Branquinho da Fonseca construiu uma classificação por géneros, muito fácil de perceber por qualquer leitor, através de uma fita autocolante com uma cor simbólica aposta em cada lombada, exceptuando-se os livros de generalidades e os que se destinavam à leitura na própria biblioteca.

Os livros com a fita verde destinavam-se a crianças e adolescentes, ainda que o grupo “C” fosse mais próprio para as crianças e o grupo “A” para os adolescentes. A fita verde colocar-se-ia “em baixo” quando fossem considerados acessíveis a crianças de 7 anos ou menos, “a 3/4” para crianças dos 7 aos 12 anos, “a meio” para adolescentes dos 12 aos 16 anos e, por fim, “em cima” para adolescentes com 16 anos ou mais. As idades indicadas não constituíam limites rigorosos, mas apenas “uma indicação aproximativa”, destinada a orientar a escolha para que uma criança não levasse um livro sem interesse para ela ou que não fosse acessível “ao seu grau de desenvolvimento intelectual”. Na literatura (fita cor-de-laranja) a hierarquia estava relacionada com a dificuldade de leitura: nas obras consideradas “muito fáceis” a fita era colocada em baixo, nas “fáceis” a meio e em cima nas “difíceis”<sup>129</sup>. A circular nº 7 do Serviço de Bibliotecas Itinerantes, que tem a data de Maio de 1959, determinava que às crianças seriam apenas facultadas obras com a fita verde e que aos adolescentes podiam ainda ser

---

<sup>128</sup> Despacho do Senhor Presidente relativo a uma informação do Serviço de Bibliotecas Itinerantes, 21 de Janeiro de 1961 (Arquivo – cota AP 130).

<sup>129</sup> *Instruções para a utilização dos impressos e outro material* (documento dactilografado, sem data, guardado no Serviço de Educação e Bolsas).

emprestados os que, seleccionados para adultos (fita vermelha), estivessem classificados como “muito fáceis” ou “fáceis”. A tira vermelha, colocada obliquamente nas capas, indicava que se tratava de um livro “difícil e para adultos”. Esta sinalização identificava obras que, pelo seu conteúdo, só poderiam ser emprestadas a leitores “com formação moral e desenvolvimento intelectual averiguados”. Os volumes assim marcados não podiam estar visíveis nas estantes a que se tinha livre acesso, ficando em “depósito reservado”. O “subtil cuidado” posto na organização hierárquica do fundo, com a gradual “elevação do género de leituras”, deixa perceber que a grande intenção do serviço era a do “aperfeiçoamento do gosto de cada um” e a transformação do “simples recreio” que o livro oferecia numa “necessidade cultural e espiritual” duradoura<sup>130</sup>.

A Fundação deu particular atenção à escolha dos encarregados das bibliotecas itinerantes e fixas, à definição e ao controlo das suas atribuições, tendo procurado igualmente fornecer-lhes uma formação cultural condizente com a natureza da sua missão. De início, ainda se pensou em recrutar bibliotecários, escritores e outros criadores culturais<sup>131</sup>, mas cedo a solução encontrada foi a de recorrer, “de preferência, a pessoas residentes na localidade sede da biblioteca” que mostrassem “possuir as condições necessárias para o bom desempenho”, ou seja, “uma suficiente cultura geral e conhecimentos literários”. A função principal do encarregado seria a de “orientar a leitura”, em cada caso particular, “com a maior atenção e solicitude” que lhe fosse possível, de modo a que a acção da biblioteca correspondesse aos fins simultaneamente educativos, culturais e recreativos. Ficou estabelecida uma regra de base pedagógica: a vontade de seduzir ou persuadir o utilizador respeitando escrupulosamente o universo dos seus interesses pessoais, como salienta Maria Helena Melim Borges num trabalho recente sobre as Bibliotecas da Fundação<sup>132</sup>.

Nesses termos, e mesmo que fosse então lícito admitir que determinado leitor podia não ter “cultura bastante para escolher os livros” que mais lhe conviriam, devia o encarregado “aconselhá-lo, mas nunca tentar impor-lhe a leitura de qualquer obra, nem recusar o empréstimo” das que ele pretendesse requisitar, com excepção das obras “mais difíceis” identificadas com a fita vermelha. As “preferências”, a “vocação” e as “necessidades” dos leitores seriam sempre respeitadas. Ainda assim, e na esfera da recomendação persuasiva, o encarregado podia “envidar todos os esforços” para que em cada pedido figurasse “pelo menos um autor português clássico ou contemporâneo”, sem que tal se traduzisse numa “imposição, que não seria logicamente desejável”. Por outro lado, quando se verificasse que um utilizador escolhia “apenas obras de ficção”

---

<sup>130</sup> “O carro-biblioteca”, *Boletim Informativo*, série I, nº 6, 1962, p. 220.

<sup>131</sup> Durante algum tempo estiveram de facto à sua frente poetas como Alexandre O’Neil, Herberto Helder, Henrique Tavares, Máximo Lisboa, Carlos Loures, Saldanha da Gama e António José Forte, o pintor Júlio Ferreira, o novelista José Ferreira Monte e o jornalista Afonso Cautela.

<sup>132</sup> Maria Helena Melim Borges, *Leitura: o exercício da sedução*, 22 de Abril de 2004 (documento dactilografado guardado no Serviço de Educação e Bolsas).

devia ser-lhe sugerida a leitura de biografias e de História, sem insistir na importância de “aprender” estes temas, mas antes mencionando o seu “interesse romanesco e aventureiro”.

A acção do encarregado estava longe de se limitar a uma “função burocrática e estática”. A direcção do Serviço de Bibliotecas Itinerantes nunca deixou de procurar que os encarregados promovessem, “com entusiasmo e espírito de iniciativa”, a expansão e a propaganda das bibliotecas da Fundação, esforçando-se por angariar novos leitores e elucidando-os sobre a natureza das leituras. A formação profissional foi-lhes ministrada pelos directores e inspectores dos serviços, através de “Cursos por correspondência sobre língua e literatura portuguesas”<sup>133</sup>.

A organização de um sector de inspecção no quadro do Serviço de Bibliotecas Itinerantes tornou-se uma exigência natural face ao crescimento da rede de bibliotecas itinerantes e fixas. Os inspectores (um inspector-geral e cinco inspectores regionais, para as áreas do Norte, do Centro e do Sul, Açores e Madeira) podiam surgir em qualquer localidade “sem aviso prévio”, inteirando-se, designadamente, da pontualidade e do cumprimento dos trajectos previamente determinados, da arrumação das estantes e do movimento de leitura. Uma atenção particular era dedicada ao contacto humano com o leitor e ao seu aconselhamento, como se lê no ponto 2º das *Normas e fins dos serviços de inspecção*: “observar detidamente a forma como os funcionários tratam com os leitores, circunstância da maior importância para se estabelecer a atmosfera de interesse, cordialidade e simpatia que é necessário criar – bem como a maneira como são fornecidos os livros, e dados os conselhos sobre a sua leitura, pelo encarregado aos leitores que lhos solicitem ou aos que pela sua idade ou incultura deles necessitem”.

No Outono de 1960 saiu o primeiro número do *Boletim Informativo* do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, publicação periódica que passaria a chamar-se, a partir de 1984, *Boletim Cultural*, convertendo-se, desde 1997, em *HALP – História e Antologia da Literatura Portuguesa*. Como o seu nome inicial indica, correspondeu à necessidade de auxiliar os leitores e os funcionários das Bibliotecas, versando por isso sobre vários autores e temas de literatura e de cultura geral, além de apresentar o catálogo dos livros disponíveis. Importava reforçar a eficácia e a eficiência do serviço, sugerindo pistas de leitura e despertando motivos de interesse. Por isso, notava Branquinho da Fonseca numa primeira informação geral acerca do *Boletim*, os encarregados deviam encontrar aí “todos os elementos necessários ao bom êxito do seu trabalho orientador, tanto no ponto de vista teórico como no prático”. Bastaria ler a série dos seus pequenos artigos, de carácter muito “genérico” e redigidos com um “fim elucidativo” e logo se descobria o fim da publicação: “amparar o leitor, e dar aos que

---

<sup>133</sup> *Bibliotecas Itinerantes - Condições de admissão dos encarregados e Circulares* nº 7 (Maio de 1959), nº 17 (Setembro de 1960), nº 32 (Junho de 1961), nº 33 (Julho de 1961) e nº 62 (Janeiro de 1964).

estão, por dever do cargo, em contacto directo com ele um instrumento acessível capaz de os ajudar na sua delicada missão”. Um conjunto de “notas práticas, intencionalmente destacadas”, explicava a maneira de consultar a lista dos livros ou a utilidade dos textos publicados no *Boletim*. Graças a essas notas avulsas, o encarregado ficaria “habilitado a conduzir o leitor, ainda incipiente, através de um mundo, novo para ele”, onde tudo lhe parecia “primeiro estranho e, depois, cada vez mais luminoso”. Para Branquinho da Fonseca, no momento em que o leitor começava a “conhecer-se e a desvendar a vida em toda a sua plenitude”, o esforço orientador entrava no seu “momento decisivo”, podendo contribuir para a “formação de um carácter ou revelar a imensa riqueza de uma inteligência até aí contraída ou atrofiada”. Um exemplar do último número do *Boletim* estaria exposto nas Bibliotecas Itinerantes e Fixas, “em lugar visível, de modo a chamar a atenção dos leitores”. No momento em que fizesse a entrega, o encarregado indicaria ao leitor “as passagens” onde se explicava a “maneira de procurar no catálogo os livros, bem como as referências literárias, biográficas, científicas, históricas e outras susceptíveis de provocar curiosidade ou esclarecer dúvidas”<sup>134</sup>.

A construção do acervo bibliográfico das bibliotecas fixas e itinerantes foi, sem dúvida alguma, um dos problemas “mais agudos e melindrosos”, como reconhecia Azeredo Perdigão em 1964. Como escolher as obras que deviam ser lidas “por crianças, adolescentes e adultos de nível cultural pouco desenvolvido”, no quadro de uma fraca oferta editorial e mantendo, ao mesmo tempo, a obrigação de considerar não apenas a qualidade literária, mas “também e principalmente o aspecto pedagógico social e moral”, sempre no quadro de um apolitismo essencial? Pese a sua formação cívica, marcada pelo humanismo maçónico e uma prática ficcional no universo *psicologizante* do modernismo que marcara a revista literária coimbrã *Presença* (1927-1940), experiências que o tornavam avesso a quaisquer restrições à liberdade de pensamento, Branquinho da Fonseca não teve outra saída senão preconizar que os livros das bibliotecas da Fundação fossem apreciados, classificados e escolhidos por uma Comissão de Leitura<sup>135</sup>. Por esta via, o Serviço de Bibliotecas Itinerantes procurava validar a tese de que o conteúdo de uma peça literária poderia ser apreciado a partir de um conjunto de critérios, conduzindo a um consenso que legitimasse este juízo como imparcial, tornando a escolha dos livros inatacável por quaisquer poderes e autoridades.

De acordo com o relato do presidente da Fundação, a Comissão viria a ser composta por pessoas que “há muito se impuseram não só pelo valor e pela sua cultura, mas também pelo equilíbrio das suas ideias”, embora, como convinha, “para eliminar todo o risco de proselitismo literário, filosófico, social ou político”, representassem várias “correntes ou tendências do pensamento contemporâneo”. As primeiras

---

<sup>134</sup> *Circular* nº 19 (18 de Outubro de 1960).

<sup>135</sup> Denominada também Conselho de Leitura, Comissão de Apreciação de Livros (a partir de 1980) e Comissão Consultiva de Apreciação de Livros (a partir de 1988).

comissões juntavam dirigentes da Fundação e membros externos, mas a partir dos anos oitenta, as decisões passaram a reunir unicamente personalidades exteriores à Fundação<sup>136</sup>. Exceptuadas as obras “já há muito consagradas”, em relação às quais a inclusão nas bibliotecas não podia suscitar quaisquer dúvidas, “nenhum livro era admitido sem que fosse lido por um membro do Conselho, o qual dava, “por escrito, em ficha, a sua opinião a respeito de todos os elementos de apreciação” que pudessem interessar à sua admissão e classificação. O juízo que cada membro fazia das obras era, depois, objecto de “análise crítica” em reuniões plenárias, ficando as opiniões emitidas registadas em acta. Quando a admissão de uma obra não reunisse os votos favoráveis de todos os membros do Conselho, qualquer deles podia pedir que a dúvida fosse submetida à apreciação do Conselho de Administração da Fundação, aí se tomando a deliberação final<sup>137</sup>.

As fichas foram-se acumulando aos milhares ao longo dos anos. Só em 1960 terão sido apreciadas 839 obras, das quais se aprovaram 725 e se rejeitaram 114<sup>138</sup>. A Fundação disponibiliza actualmente esta série documental num sítio da Internet, onde se encontra também o *Boletim*, que contém a transcrição de 29 643 resenhas<sup>139</sup>. É evidente que as apreciações produzidas pelas sucessivas Comissões revelam sobretudo a organização de uma mentalidade crítica centrada na interpretação, assimilação e racionalização do que seria a miríade de constrangimentos à leitura pública então existente. Uma série de intelectuais surgem-nos aqui na improvável função de juizes do gosto, mas a distância que nos separa de algumas das apreciações e dos respectivos critérios, que a seguir transcrevemos a título meramente ilustrativo, leva-nos a chamar a atenção para o contexto histórico do regime autoritário e para os limites então existentes.

Sobre *O Patriota* de Pearl S. Buck escreveu António Quadros: “É um bom romance, clássico desta excelente escritora. Relata episódios de guerra entre a China e o Japão. A existência de personagens, especialmente um dos principais, que fazem parte do exército comunista, momentaneamente aliado de Chang-Chek, com forte aura de

---

<sup>136</sup> De acordo com Daniel Melo (*A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 319) dela fizeram parte, até 2002: Orlando Vitorino, António Quadros, Almeida Langhans, Breda Simões, Antero Cochofel de Miranda Mendes, Joaquim Monteiro Grillo/Tomaz Kim, Patrícia Joyce, Maria João Allen de Vasconcelos, Maria de Lourdes Belchior, Natércia Freire, José Palla e Carmo, Maria Alzira Seixo, Matilde Rosa Araújo, Mário Braga, João Maia, David Mourão-Ferreira, Adolfo Simões Müller, Álvaro Manuel Machado, Guilherme de Castilho, Natércia Rocha, Álvaro Salema, Joana Varela, Fernanda Botelho, Luís Forjaz Trigueiros e António Manuel Couto Viana, José Manuel Garcia, Margarida Menezes Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues.

<sup>137</sup> José de Azeredo Perdigão, *Relatório do Presidente (20 de Julho de 1955 – 31 de Dezembro de 1959)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 155; José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1920 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, pp. 144-145.

<sup>138</sup> José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 145.

<sup>139</sup> [www.leitura.gulbenkian.pt](http://www.leitura.gulbenkian.pt)

simpatia, *pode constituir obstáculo à livre circulação do livro*. Não há todavia inconveniente em dá-lo a pessoas de boa formação, pois a estrutura do livro gira sobretudo em volta do povo chinês” (19 de Janeiro de 1960).

Sobre o *Crime do Padre Amaro* de Eça de Queiroz, que seria recomendado por Domingos Monteiro para “maiores de 21 anos com formação moral e intelectual”, foram feitas as seguintes observações: “O facto de se tratar de um dos romances mais significativos da obra do nosso grande Escritor, e que circula livremente, leva-me, por razões culturais, a propor a sua inclusão nas Bibliotecas Itinerantes. Entretanto, embora neste livro não haja nada contra os dogmas essenciais da Religião Católica, essa inclusão terá de ser feita cautelosamente e de maneira diversa segundo as diferentes regiões do país, para não ferir susceptibilidades, visto tratar-se da história dum padre que não é colocado em boa situação moral. A este respeito, o Director de Serviços decidirá o que achar conveniente” (1 de Maio de 1961).

Sobre a *Obra Completa de Cesário Verde* começou por observar Monteiro Grillo: “O prefácio de Joel Serrão é eruditamente elucidativo. A p. 23 insinua o homossexualismo de C. Verde, mas esta não é impedimento. A edição do texto é crítica. Segue-se a correspondência do poeta” (20 de Abril de 1964).

Sobre o *Véu Pintado*, de Somerset Maugham, escreveu António Quadros: “Neste romance, o autor narra com mestria o fracasso de um casamento, a traição da mulher e a vingança do marido, médico que a leva para uma aldeia chinesa, durante uma epidemia de cólera. Aqui, a rapariga compreende o valor da vida e a seriedade da existência, reencontrando-se na sua verdadeira dimensão. O marido morre durante a epidemia e ela regressa à sua Inglaterra natal, transformada a sua futilidade em autenticidade e dignidade. Um esplêndido romance, que encerra uma lição moral. O episódio do adultério, logo no início, torna o livro recomendável para mais de 18 anos, de sólida formação moral e intelectual” (8 de Março de 1965).

Sobre *Os Lusíadas Contados às Crianças e Lembrados ao Povo*, numa adaptação em prosa de João de Barros, escreveu Maria João Allen Vasconcelos: “Da difícil tarefa de escrever *Os Lusíadas* em prosa se encarregou João de Barros com amor e respeito. Objectivo: dar a ler às crianças portuguesas o grande poema em singela adaptação, porque os Lusíadas só são lidos (e mal!) a meio do curso dos liceus. O objectivo e a justeza da observação impõem a recomendação do livro. No entanto, julgo que ainda não é esta a adaptação ideal de *Os Lusíadas*, aquela que incite os pequenos leitores a lerem, mais tarde, o original. Não seria mais útil uma adaptação livre, sem preocupações de fidelidade ao pormenor e em que o Heroísmo e a Aventura fossem presentes, tal como no Poema?” (2 de Dezembro de 1968).

Tanto o perfil do utilizador como a procura das bibliotecas itinerantes e fixas mantiveram-se, ao longo dos anos, relativamente estáveis. Os leitores escolhiam a classe de literatura que era, aliás, a grande aposta da Fundação: se o fundo inicial era composto por cerca de 60% de livros de literatura, os movimentos de requisições revelam que foi aí que recaiu também a larga maioria dos pedidos de leitura. E, dentro dela, o grande destaque foi sempre para a literatura para crianças, primeiro, e para adolescentes, depois.

**QUADRO V**  
**Bibliotecas Itinerantes e Fixas**  
**Livros Requisitados (1958-1990)**

<b>Classificação das obras</b>	<b>Total de Requisições 1958-1990</b>	<b>Em percentagem</b>
Generalidades	1 152 661	0,8%
Filosofia	1 339 244	0,9%
Religião	434 860	0,3%
Ciências sociais	1 379 914	1%
Filologia, Linguística	326 029	0,2%
Ciências puras	2 533 295	1,8%
Ciências aplicadas	1 937 666	1,3%
Belas-Artes	934 151	0,7%
Literatura	22 926 689	15,7%
História, Biografia e Geografia	4 721 806	3,2%
Literatura para crianças	62 743 212	43%
Informação para crianças	4 395 207	3%
Literatura para adolescentes	36 413 394	25%
Informação para adolescentes	2 930 407	2%
Livros escolares	1 627 482	1,1%
Biblioteca Central de Empréstimo	5 396	-
<b>Total</b>	<b>145 801 413</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Boletim Cultural*, série VII, nº 5, Dezembro de 1991, p. 74.

O movimento dos leitores mostra que os grupos etários quase não conheceram oscilações no período de 1958 a 1990, sendo a base da pirâmide constituída pelas crianças (cerca de 42% dos leitores), seguindo-se os adolescentes (rondando os 36%) e terminando com os adultos (pouco acima dos 20%).

**QUADRO VI**  
**Movimento de leitores atendidos nas bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian por idades (1958-1990)**

Data	Crianças	Adolescentes	Adultos	Percentagem			Total de leitores
				Crianças	Adolescentes	Adultos	
1958-1962	1 097 904	641 108	532 200	42,7	36,6	20,7	2 571 212
1963-1967	2 691 377	2 306 894	1 304 720	42,7	36,6	20,7	6 302 991
1968-1972	3 369 406	2 888 062	1 633 411	42,7	36,6	20,7	7 890 879
1973-1977	3 316 102	2 842 372	1 607 571	42,7	36,6	20,7	7 766 045
1978-1982	3 139 310	2 695 476	1 511 787	42,7	36,7	20,6	7 346 573
1983-1987	3 762 317	3 179 310	1 964 814	42,2	35,7	22,1	8 906 441
1988-1990	2 354 050	1 967 975	1 317 715	41,7	34,9	23,4	5 639 740
1958-1990	19 730 466	16 821 197	9 872 218	42,5	36,2	21,3	46 423 881

Fonte: Daniel Melo, *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 343.

A Fundação investiria no seu público preferencial de várias maneiras, ora assinalando falhas no meio editorial na oferta de literatura para crianças, ora animando o debate entre a comunidade, através da organização anual, desde 1980, de um Encontro sobre Literatura para Crianças e da criação de prémios de estímulo à produção.

O imaginário cultural português da segunda metade do século XX está definitivamente povoado pela representação do carro-biblioteca, movimentando-se adentro da paisagem rural ou estacionado numa praça deixando-se invadir sobretudo de crianças e jovens sequiosas dos seus livros:

“[As bibliotecas itinerantes] sobem à montanha, descem ao vale, bordejam o litoral. Por estradas boas e por caminhos pouco menos que impraticáveis. Ao sol e à chuva. No mais quente do Verão e no mais frio do Inverno. Pontuais e já habituais, detêm-se na cidade como na aldeia, na vila como no lugarejo onde há por vezes apenas dois ou três leitores. E contam histórias, e dizem versos, e dão conselhos e ensinamentos... Os livros são as suas vozes – e que vozes! Os melhores escritores de Portugal e de todo o mundo estão ao serviço do povo, dos leitores dos oito aos oitenta anos, sem distinção de classe ou de profissões. As Bibliotecas têm uma vida própria e evocar os pequenos acontecimentos e factos do seu existir quotidiano, seria uma outra – uma maravilhosa história. Lembramos uma velhinha de oitenta anos: resolveu ler toda a colecção de Júlio Verne, conscienciosamente, do primeiro ao último volume. É extraordinário como se pode ter oitenta anos e um coração de jovem! Nunca é tarde para que a nossa imaginação acorde e, subitamente, descubra um mundo novo. Lembramos esse alentejano que nunca tinha lido um livro, cavador rude, homem de enxada,

que dois anos depois de iniciada a obra das Bibliotecas Itinerantes, discutia desenvoltamente connosco os romances de Camilo Castelo Branco e Balzac. Lembramos aquele outro trabalhador rural que descobriu connosco essa maravilha moderna, a electricidade, e é hoje um operário especializado [...]. E há imagens que ficam na retina para sempre... Centenas de garotos acolhendo com vivas a Biblioteca à sua chegada... o desgosto de algumas crianças que ainda não sabem ler e cujos olhos se enchem de lágrimas... a expressão extasiada do pequeno que leu o seu primeiro conto de fadas... o grupo de pescadores da Nazaré correndo do barco para a Biblioteca, escorrendo água, cheirando a peixe, trazendo ainda no olhar a labuta da faina e o infinito azul do oceano... Tantas, tantas imagens deste género! Não são funcionários os que levam as Bibliotecas até junto do povo: são missionários, missionários da cultura, missionários do espírito. Uma grande obra que se expande e está a vencer a sua batalha. Obra de amor e de poesia. As Bibliotecas Itinerantes! Um facho vivo de luz, percorrendo as estradas de Portugal”<sup>140</sup>.

“Quem escreve este artigo é um inspector das bibliotecas itinerantes. Regularmente, sai ele da cidade onde vive – que pode ser Lisboa, Porto ou Coimbra – e faz uma viagem de alguns dias por uma região do País, o Alentejo ou Trás-os-Montes, por exemplo. É frequente, chegando ao largo principal de uma pequena cidade de província, esperar num café a hora em que o carro-biblioteca há-de vir. Em volta do largo, numerosas crianças esperam também. Sabe-se que esperam porque todas elas trazem livros e, geralmente, em vez de correr e brincar, conversam tranquilamente sentados nas soleiras das portas. Quem se aproximar delas poderá escutar conversas que o farão pasmar, caso se trate de alguém que tenha conhecido a vida da província há mais de três ou quatro anos. As crianças falam de livros! As crianças recomendam livros umas às outras! Mas o inspector pode ir esperar o carro-biblioteca na sua visita a uma aldeia. Há uma igreja, um adro, uma escola, uma taberna com televisão. E há as mesmas crianças com os mesmos livros e as mesmas conversas. O inspector que chega é um motivo de curiosidade; e transposto o primeiro momento de estranheza, as confidências são mais abertas e francas. Esta jovem, por exemplo, chama-se Neca e é filha de lavradores. Tem um problema: estamos no Alentejo, e há pastores, boieiros e porqueiros todo o dia perdidos nos montados, alguns que andaram com ela na escola, e também gostariam de ler. Mas o carro-biblioteca parte da aldeia antes de eles regressarem com o gado, já noite fechada. Pois vamos resolver o problema da miúda e combinamos que será ela a orgulhosa depositária de algumas dezenas de livros que emprestará aos seus amigos pastores e renovará periodicamente em cada visita da biblioteca. Na aldeia os leitores só são diferentes dos da pequena cidade de província naquelas idades que estão entre a puberdade e a maioridade. É que, nessas idades, os leitores da aldeia são pastores ou como os pastores, e na pequena cidade há já muitos que são alunos da escola técnica ou do liceu. Estes vêm já pedir livros de autores que designam: Eça de Queirós, Alexandre Herculano, Júlio Dinis. Os da aldeia começam por olhar aqueles dois milhares de volumes e ficam parados. Se são já homens, atrevem-se: *Eu quero ler Os Lusíadas!*”<sup>141</sup>.

Estas duas descrições, particularmente felizes, que desenham um retrato do Portugal dos anos sessenta e da importância do trabalho de promoção da leitura então

---

<sup>140</sup> “Bibliotecas itinerantes! Um facho de luz percorrendo as estradas de Portugal”, *Boletim Informativo*, série I, nº 2, Janeiro de 1961, pp. 54-55.

<sup>141</sup> “O carro-biblioteca”, *Boletim Informativo*, série I, nº 6, 1962, pp. 218-219.

iniciado, permitem-nos concluir esta digressão por um domínio de intervenção cultural, inteiramente concebido, estruturado e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, mas que fora amiúde reclamado pelas autoridades públicas desde finais do século XIX. A partir dos últimos anos do século XX, o Estado coloca-se na posição de herdeiro de um imenso património cultural, talvez o mais importante que a Fundação deixou ao país.

## **5. DUAS ORIENTAÇÕES CENTRAIS DA FUNDAÇÃO: INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO**

No livro dos 25 anos da Fundação Calouste Gulbenkian explica-se que o Serviço de Educação tem tido a preocupação “de estar atento à evolução da educação no País e às grandes linhas de orientação que, nos diversos campos que integra, vêm internacionalmente a impor-se como mais adequadas”<sup>142</sup>. Ora, é esta preocupação que tem levado a alterações diversas, tanto no que respeita à organização interna como à definição das prioridades de apoio e de intervenção.

No conjunto, a acção da Fundação revela duas marcas essenciais, que importa destacar desde já: por um lado, um esforço de acompanhamento das tendências internacionais, particularmente no domínio da investigação científica, o que se traduz na criação do Centro de Investigação Pedagógica e no apoio a um conjunto de projectos de referência; por outro lado, uma tentativa de privilegiar áreas que, ao estarem menos cobertas pela intervenção governamental, permitem à Fundação cumprir uma “missão supletiva” e, ao mesmo tempo, usufruir de uma maior liberdade de actuação e de inovação. São estes os dois pólos – investigação e inovação – que organizam a nossa interpretação das diversas actividades fundacionais que estão sob a alçada do Serviço de Educação<sup>143</sup>.

A questão das relações com o Estado é, de novo, essencial para compreender a estratégia seguida pela Fundação de investimento em áreas carenciadas e de apoio inicial a actividades ou projectos a serem continuados com apoios oficiais. Mas, logo em 1960, se compreendeu que este *modelo* não seria fácil de concretizar. Na reunião de 26 de Fevereiro o Conselho de Administração tomou conhecimento “de estar a esgotar-se o prazo pelo qual a Fundação assegurou a diversas instituições o subsídio por três anos para permitir o desenvolvimento da sua actividade”, sem que houvesse qualquer garantia de continuidade por parte do Governo. Referiam-se as negociações com o

---

<sup>142</sup> *Fundação Calouste Gulbenkian 1956/1981 – 25 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 249.

<sup>143</sup> Ferrer Correia foi Administrador do Serviço de Educação até 1999. Sucederam-lhe no cargo Diogo de Lucena (1999-2002) e Marçal Grilo (a partir de 2002). Nos últimos 25 anos, o Serviço foi dirigido por José V. Pina Martins (1982-1998) e por Manuel Carmelo Rosa (a partir de 1999). Recorde-se que, em 2000, houve a fusão dos serviços de Educação e de Bolsas.

ministro Leite Pinto e a sua atitude de compreensão perante os problemas expostos, mas também “a dificuldade, ao menos imediata, de lhes dar solução”, porque essa dependia “das diligências em curso entre os Ministérios da Educação Nacional e das Finanças”<sup>144</sup>.

A Fundação tinha a consciência clara de que não lhe era possível, sobretudo durante o período do Estado Novo, lançar programas que não colhessem o apoio ou, pelo menos, o consentimento dos responsáveis governativos. Mas, ao mesmo tempo, jamais deixou de afirmar o princípio da sua autonomia e independência. Foi assim que, apesar do assunto ter sido aventado em diversas ocasiões, nunca incluiu, formalmente, representantes ministeriais nas suas comissões ou órgãos deliberativos<sup>145</sup>. Houve, é certo, relações frequentes e grupos de contacto, por exemplo durante o lançamento do Centro de Investigação Pedagógica ou na colaboração na área da Telescola, mas sempre numa perspectiva de cooperação interinstitucional.

Na área da Educação tem sido grande a proximidade entre os principais responsáveis governativos e a Fundação. Estes cinquenta anos da história portuguesa foram marcados, no campo das políticas educativas, por quatro ministros de referência: Leite Pinto (1955-1961), Veiga Simão (1970-1974), Roberto Carneiro (1987-1991) e Marçal Grilo (1995-1999)<sup>146</sup>. Sem surpresa, todos eles estão ligados à vida da Fundação: Leite Pinto<sup>147</sup> e Marçal Grilo como administradores, Veiga Simão e Roberto Carneiro como membros e responsáveis de diversas missões, designadamente como vogais do Conselho Consultivo Geral criado em 1995<sup>148</sup>. Esta permeabilidade ilustra bem a capacidade da Fundação de atrair para a sua esfera de influência políticos com relevante intervenção na área da Educação.

---

<sup>144</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 139, 26 de Fevereiro de 1960.

<sup>145</sup> Veja-se, por exemplo, a nota do presidente Azeredo Perdigão, na sequência de “uma longa conversa com o Ministro da Educação Nacional”, durante a qual foram passados “em revista os problemas fundamentais da educação que, tanto no plano nacional como no internacional”, interessavam, “em comum, ao Ministério da Educação Nacional e à Fundação Calouste Gulbenkian”. Ali se afirmava, a propósito do Centro de Investigação Pedagógica: “Assentámos em que não haveria qualquer representação do Ministério, nem na Direcção, nem no Conselho do Centro. Do mesmo modo, também não haverá qualquer membro ou vogal, no Conselho, de escolha do Ministro” (Apontamento – Nota ditada pelo Senhor Presidente, 28 de Março de 1963: Arquivo – Pasta não identificada).

<sup>146</sup> Durante este período, estes foram, igualmente, os quatro mandatos mais longos, com excepção do ministério liderado por Inocêncio Galvão Teles (1962-1968). De todos os outros ministros que assumiram a pasta da Educação (cerca de três dezenas), apenas quatro desempenharam funções durante um período de tempo ligeiramente superior a dois anos: Mário Sottomayor Cardia (1976-1978), Vítor Crespo (1980-1982), João de Deus Pinheiro (1985-1987) e José David Justino (2002-2004).

<sup>147</sup> Leite Pinto terá sido o único administrador da história da Fundação a pedir a demissão deste cargo. Fê-lo em 1969 invocando motivos pessoais, “dedicar grande parte do seu tempo à publicação dos trabalhos elaborados no decorrer da sua actividade docente e académica”, mas referindo também a “necessidade imperiosa de se repensar a estrutura de toda a Instituição, que atingiu a grandeza de um enorme e complexo organismo, polifacetado nas suas finalidades estatutárias” (Acta do Conselho de Administração, nº 1006, 9 de Outubro de 1969).

<sup>148</sup> Acta do Conselho Consultivo Geral, nº 1, 5 de Julho de 1995.

Algumas grandes fundações internacionais, nomeadamente norte-americanas, tiveram um papel central em certas reformas educacionais ou na introdução e difusão de um conjunto de inovações, como, por exemplo, os testes psicopedagógicos e mais recentemente as tecnologias de informação e comunicação. Não foi o caso da Fundação Calouste Gulbenkian. Na verdade é impossível identificar, ao longo destes cinquenta anos, uma reforma ou uma inovação que tenha sido concretizada em Portugal sob a sua égide. A razão é simples e já se adivinha: em vez de marcar uma *agenda* própria, a Fundação procurou, desde sempre, apoiar e estimular programas em curso no ensino e na educação, fornecendo-lhes melhores meios e condições de desenvolvimento.

Para além da investigação pedagógica, é o que se verifica num conjunto de intervenções nas áreas do ensino especial ou da educação pré-escolar, do ensino preparatório ou da educação artística. Ainda assim, a presença da Fundação Gulbenkian é nítida nos dois principais momentos de reforma das últimas décadas: no início dos anos setenta, graças à organização de uma grande conferência internacional que se destinava a estudar e fundamentar as mudanças que o ministro Veiga Simão então promovia no sector educativo; em meados da década de oitenta, apoiando diversos estudos e trabalhos preparatórios da comissão de reforma do sistema educativo. Mas é sempre no registo do acompanhamento ou do apoio, e não tanto na perspectiva de desencadear e de promover uma determinada iniciativa política ou reformadora, que se traduz a intervenção da Fundação.

Documentos recentes sugerem uma mudança de rumo, marcada pela vontade de dar uma orientação mais precisa ao esforço fundacional, através de um conjunto de projectos ou programas especiais identificados com o objectivo de construir um conhecimento informado e uma capacidade de intervenção programática em áreas consideradas vitais para o futuro da educação, tanto no ensino básico e secundário como no ensino superior. Mas, do ponto de vista do historiador, ainda é cedo para tecer considerações sobre esta matéria. O que importa, sim, é sublinhar que, apesar do seu carácter dispersivo, a actividade da Fundação influenciou profundamente o sistema educativo português ao longo destes cinquenta anos, sobretudo em áreas que, de outro modo, teriam ficado quase inexploradas.

### **Investigação Pedagógica: o Centro e os Projectos**

Desde os primeiros anos que a Fundação Calouste Gulbenkian, seguindo aliás uma das orientações mais sistemáticas de outras grandes congéneres internacionais, se propôs levar a cabo um programa de apoio à investigação científica, em particular no âmbito das Ciências Sociais. Tratava-se, por um lado, de contribuir para o processo de modernização social, através do reforço de práticas de investigação que elaborassem um conhecimento informado e útil para as decisões institucionais e políticas. E, por outro lado, de preencher uma lacuna que era bem patente num país como Portugal, onde as

Ciências Sociais não tinham espaço nem possibilidade de expansão dentro das universidades.

A ideia começou a ganhar corpo em 1960, com a autonomização do sector da Ciência face ao da Educação. Passou a entender-se que os problemas da investigação científica em Portugal eram já “de tal importância e amplitude” que importava à Fundação passar “a trabalhar, em relação a alguns desses problemas, com um mais perfeito conhecimento de causa”<sup>149</sup>. De novo se fazia referência à necessidade de um inquérito – “assunto que, de há muito, preocupa o Senhor Presidente” – com o objectivo de ajudar a Fundação a definir as suas orientações neste domínio.

Nesse mesmo ano, a propósito de um pedido de subsídio formulado pela Associação de Serviço Social para o seu Centro de Estudos Sociológicos, que viria a ser considerado inoportuno, o Conselho de Administração reconheceu que “nós não temos praticamente em Portugal investigação científica nos domínios da Sociologia” e que, por isso, “nem vale a pena gastar palavras a encarecer o interesse que teria a criação no nosso país de um Centro de Estudos Sociológicos”<sup>150</sup>. Mas a Fundação, e particularmente Ferrer Correia, pretendiam uma iniciativa de maior fôlego: “Não se entreveja, contudo, nestas palavras – note-se bem – que quem as escreve não considera desejável que a Fundação venha a patrocinar algum dia a criação em Portugal de um Centro de Estudos de Ciências Sociais. Pelo contrário, crê-se que é justamente essa uma das mais importantes iniciativas que ela pode vir a tomar no futuro. Simplesmente, preconiza-se que esse Centro de Estudos, quando as circunstâncias permitirem a sua instituição, seja criado pela própria Fundação Gulbenkian, devendo funcionar, quer no quadro dos seus serviços permanentes – à semelhança do Centro de Estudos de Economia Agrária – quer nas instalações e no enquadramento de uma das nossas Faculdades, em ligação com a sua actividade científica e a sua vida administrativa”<sup>151</sup>.

Este texto merece uma referência especial. Desde logo, pela importância que nele se concede à investigação em “ciências sociais” e à intervenção da Fundação na área. Mas também pela forma como levanta uma questão, que se tornaria recorrente nos debates internos, sobre o papel da Fundação e das Universidades enquanto entidades de acolhimento de centros de investigação. Os mesmos temas regressariam, pouco tempo depois, ao Conselho de Administração, a propósito da criação de um Centro de Estudos Biológicos. O assunto foi longamente debatido durante o ano de 1962. Ferrer levantou sérias reversas ao projecto, lamentando que ele não se baseasse num inquérito sobre o estado da investigação científica em Portugal, *maxime* nas Universidades, de forma a

---

<sup>149</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 163, 5 de Julho de 1960.

<sup>150</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 178, 8 de Setembro de 1960.

<sup>151</sup> Idem.

compreender se a Fundação devia criar os seus centros próprios ou enveredar pelo caminho da colaboração com os institutos ou centros científicos já existentes:

“Valho-me da ocasião para dizer aqui que, a meu ver, é naqueles domínios científicos onde a acção dos organismos oficiais se não faz sentir que sobretudo (senão unicamente) se justifica a intervenção da Fundação Gulbenkian. Assim, por exemplo, todos sabemos que não existe em Portugal um Instituto de Estudos Pedagógicos, como não existe um Centro de Estudos de Sociologia: pois se a Fundação criasse, ela própria, tais Institutos, certo prestaria ao país um serviço inestimável”<sup>152</sup>.

O assunto voltaria ao Conselho de Administração, a 28 de Junho de 1962. Ferrer Correia explicou que a sua sugestão de criar um Instituto de Pedagogia não era formulada em alternativa ao Centro de Estudos de Biologia e reagiu ao seguinte comentário do Conselho Consultivo de Ciência: “não é das suas atribuições a organização de um Instituto de Pedagogia [...] por haver na Fundação um Serviço de Educação no qual lhe parece naturalmente inserir-se o que neste campo a Fundação entenda dever fazer”. Vale a pena transcrever as suas palavras:

“Direi ainda a este respeito, e já que o Conselho Consultivo tocou nisso, o seguinte:

1) A pedagogia não pode reduzir-se a um conjunto de técnicas com base científica, como não poderá ser pensada na sua essência e na sua estrutura científica, a partir de um dos seus aspectos – a Pedagogia Escolar – que, sendo de todos o mais conhecido, não será decerto o mais significativo.

É evidente que a Pedagogia Escolar, como aplicação que é da ciência pedagógica à organização geral do ensino, tem apenas a dignidade menor de ciência aplicada. Mas, mesmo assim, e em consequência dos múltiplos problemas de Antropologia Pedagógica que uma tal aplicação suscita, não é legítimo nem científico reduzi-la a mero conjunto de técnicas com base científica.

Mas, na sua perspectiva integral, a Pedagogia é hoje entendida e praticada, nos países de sólida tradição científica (Alemanha e França, etc.), como ciência experimental, ligada embora, pelas técnicas de investigação que utiliza, bem como pela tipicidade do seu objecto próprio – o acto de aprendizagem – às Ciências do Espírito, ou, se quisermos, às Ciências Humanas. Ora, assim entendida, a Pedagogia não será, decerto, *ciência fundamental*, mas apenas porque é ciência fundamentante, dado que o acto de aprendizagem (seu objecto próprio) é fundamento ou ponto de partida de e para toda a investigação científica, qualquer que seja a região da realidade em que esta se exerça.

2) Frisarei, em segundo lugar, que existe realmente um propósito de criação de um Instituto de Estudos Pedagógicos pelo Ministério da Educação Nacional – circunstância esta que por si só faz ver a extrema importância do assunto –, mas infelizmente não há, de momento, a mais remota possibilidade se levar avante esse projecto, conforme ainda há muito pouco tempo foi declarado, numa reunião do Conselho Consultivo de Educação, pelo próprio Director-Geral do Ensino Superior e de Belas-Artes”<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 278, 9 de Abril de 1962.

<sup>153</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 128, 28 de Junho de 1962.

Na parte final da reunião, Ferrer Correia tornaria à questão de saber se a investigação científica se devia realizar prevalentemente no âmbito da Universidade ou em organizações existentes fora dela, mas, desta vez, com o propósito de lhe dar uma resposta mais concreta:

“As diferentes razões que tenho visto aduzidas em apoio da 2ª posição – investigação fora da Universidade – podem sem esforço reduzir-se a um denominador comum: à Universidade não tem sido dado corresponder ao que dela poderia e deveria esperar-se, neste campo da investigação científica (quanto a mim uma das suas três finalidades primárias), apenas porque lhe têm sido negadas as bases financeiras necessárias não apenas ao conveniente apetrechamento dos Centros de pesquisa, mas também (e talvez sobretudo) à manutenção de quadros de investigadores desvinculados das responsabilidades docentes. Removido que seja este obstáculo, eu creio que não poderá pôr-se em dúvida que é na própria Universidade que a tarefa da investigação científica encontra melhores condições para se cumprir”<sup>154</sup>.

A intervenção final do presidente Azeredo Perdigão, agradecendo todos os contributos, encerraria o debate nestes termos:

“Para que a investigação científica pudesse ser feita prevalentemente no âmbito da Universidade, como o Senhor Prof. Ferrer Correia parece desejar, seria necessário, antes de mais nada, modificar estruturalmente a orgânica da Universidade, o que a Fundação não pode fazer e, nessas circunstâncias, a aceitar-se o ponto de vista do Senhor Prof. Ferrer Correia, a Fundação, em matéria de investigação científica, teria somente de cruzar os braços e aguardar que o Estado realizasse a reforma da orgânica dos nossos estabelecimentos de ensino superior”<sup>155</sup>.

Esta discussão é, para nós, extraordinariamente importante. Travada durante o ano de 1962, permite tomar consciência de duas questões que não mais abandonarão a sociedade portuguesa.

A primeira respeita ao estatuto da Pedagogia: de um lado, o Conselho Consultivo da Ciência, negando qualquer cientificidade às questões pedagógicas, remetendo-as, em consonância, para as actividades regulares que o Serviço de Educação devesse entender fazer neste campo; do outro, Ferrer Correia, argumentando pela necessidade de enquadrar a Pedagogia no âmbito das Ciências Humanas, não a reduzindo assim “a mero conjunto de técnicas com base científica”. Com estas ou com outras palavras, as discussões de carácter epistemológico sobre a Pedagogia – ou, mais tarde, as Ciências da Educação – tornaram-se assunto recorrente ao longo das últimas décadas. Para além dos aspectos teóricos e metodológicos, elas encerram, como bem se percebe nas actas do Conselho de Administração da Gulbenkian, importantes questões de poder, de influência e de luta pela obtenção de recursos.

---

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Idem.

A segunda questão prende-se com o lugar institucional da investigação científica: de um lado, aqueles que se batem pela criação de estruturas e centros científicos autónomos, organizados segundo critérios e modos de funcionamento que as universidades não estão preparadas para adoptar; do outro, aqueles que entendem ser necessário promover reformas e adaptações, nos espaços universitários, de modo a que estes possam acolher, como é sua vocação, os centros de estudos e os institutos de ciência. Eis uma questão que, mais de quatro décadas passadas, está ainda por resolver na sociedade portuguesa, com constantes argumentos e mudanças políticas, numa ou noutra direcção.

Subsidiariamente, o debate de 1962 recolocou a questão de saber se a Fundação devia ter os seus centros próprios ou se deveria privilegiar o apoio a iniciativas de outras instituições, em particular das universidades. E suscitou uma outra dúvida que regressaria, com regularidade, às reuniões da Fundação: é mais útil orientar os investimentos para iniciar actividades em certos domínios (como seria o caso, em 1962, da investigação pedagógica ou sociológica) ou, pelo contrário, para reforçar instituições já existentes em áreas consideradas prioritárias (como era o caso da Biologia)?

Como aconteceu frequentemente no seio da Fundação Calouste Gulbenkian, a oposição entre forças e correntes conduziu a uma espécie de repartição de esforços e de investimentos, com o presidente Azeredo Perdigão a exercer uma função de equilíbrio interno e externo. Assim, depois de tomar a decisão de avançar com o projecto do Centro de Estudos de Biologia, a 26 de Junho, o ano de 1962 não terminaria sem que o Conselho de Administração aprovasse, na generalidade, o projecto de criação de um Centro de Estudos Psicopedagógicos, assim definido por Ferrer Correia:

“O Centro de Estudos Psicopedagógicos terá, na sua primeira fase, um aspecto predominantemente especulativo, mas, mais tarde, deverá forçosamente ter características experimentais. Além do mais, poderá vir a prestar ao governo uma ajuda inestimável na definição de uma política geral de educação que, forçoso é reconhecê-lo, tem sido empírica até agora, sem tomar em conta as realidades específicas da nossa população escolar”<sup>156</sup>.

O presidente Azeredo Perdigão levantou algumas preocupações a este propósito, uma vez que o Centro teria necessariamente de colaborar com o Ministério da Educação Nacional, não tendo pois o estatuto de independência do Centro de Estudos de Economia Agrária e do Centro de Cálculo Científico, mas acabou por dar o seu aval à proposta<sup>157</sup>. No ano seguinte, o Centro de Investigação Pedagógica seria formalmente constituído, tendo como director Delfim Santos e como director-adjunto Manuel Breda Simões<sup>158</sup>. A organização interna do Centro, aprovada em 1964, definiu a existência de

---

<sup>156</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 144, 20 de Dezembro de 1962.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 376, 3 de Abril de 1963.

dois grandes Serviços, marcando com clareza os seus propósitos e modalidades de actuação:

“No que respeita ao *Serviço de Psicopedagogia, Psicologia e Orientação Vocacional*, os plurais e intensivos aspectos da investigação planeada e iniciada (investigação de técnicas psicológicas adequadas à criança e ao adolescente portugueses; investigação de campo tendente ao aferimento das referidas técnicas; apoio psicológico e psicopedagógico a escolas técnicas e colégios [...]; início do inquérito internacional sobre a fadiga escolar; início dos seminários de sensibilização de grupo, para estudos das técnicas de grupo e sua aplicação à formação de educadores; consulta psicológica e psicopedagógica a escolares de Lisboa e Évora; etc.) impõe, como inadiável, a constituição e formação de uma equipa de técnicos capazes de assegurarem a continuidade dos trabalhos de campo e de gabinete em curso. [...] No referente ao *Serviço de Pedagogia, Didáctica e Educação Permanente*, torna-se urgente dar plena realização à investigação prevista no plano de trabalhos para 1964, a saber: inquérito sobre os atrasos escolares; inquérito sobre a formação dos professores do ensino secundário; sondagem aos interesses e gostos artísticos de alunos do ensino secundário na zona de Lisboa; recolha de legislação portuguesa sobre educação e ensino; orientação pedagógica escolar e extra-escolar”<sup>159</sup>.

No decurso dos dezasseis anos da sua existência, entre 1963 e 1979, o Centro de Investigação Pedagógica poderia ter tido uma intervenção muito importante na sociedade portuguesa, numa altura em que eram inexistentes os recursos humanos e materiais para a pesquisa em educação, num período histórico em que outros países procediam a importantes investimentos nesta área. Dizemos “poderia” porque o Centro de Investigação Pedagógica teve uma existência muito atribulada, não permitindo cumprir cabalmente as finalidades que lhe haviam sido fixadas.

Logo em 1965 foi nomeado um Conselho Consultivo para ajudar o Centro a encontrar um rumo<sup>160</sup>. Dois anos mais tarde, em 1967, a morte de Delfim Santos obrigou a mudanças na direcção, com a nomeação de Alberto Martins de Carvalho para director<sup>161</sup>. Neste mesmo ano, Ferrer Correia informava que o C.I.P. se encontrava “em fase de reestruturação”<sup>162</sup>. No ano seguinte, retomou-se a discussão sobre o enquadramento do Centro no pelouro da Educação ou da Ciência, tendo ficado decidido que, embora enquadrado no Instituto Gulbenkian de Ciência, ele continuava a depender

---

<sup>159</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 501, 26 de Junho de 1964. O segundo volume do *Boletim Bibliográfico e Informativo*, publicado pelo Centro de Investigação Pedagógica, em 1965, apresenta o organograma da C.I.P., bem como as suas finalidades, competências e actividades.

<sup>160</sup> O Conselho Consultivo foi constituído por João de Almeida, Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (representante do Conselho Consultivo de Educação), Henrique Barahona Fernandes (representante do ensino superior), Alberto Martins de Carvalho (representante do ensino liceal), António Henriques (representante do ensino técnico e profissional) e Correia da Silva (representante do ensino primário).

<sup>161</sup> Acta da Comissão Delegada do Conselho de Administração, nº 785, 23 de Janeiro de 1967.

<sup>162</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 270, 7 de Abril de 1967.

do administrador do pelouro da Educação<sup>163</sup>. Finalmente, em 1969, na sequência de longas discussões, o presidente Azeredo Perdigão propôs a transferência do C.I.P. para o pelouro da Ciência, por lhe parecer que era um organismo de investigação científica, “exactamente como os restantes Centros” que constituíam o Instituto Gulbenkian de Ciência e haver, por isso, “necessidade de uma direcção superior comum a todos eles”<sup>164</sup>. Desde esta data e até 1974, quando o C.I.P. mudou para as instalações do Instituto Gulbenkian de Ciência, decorreu o período de maior produtividade do Centro. Mas a transferência para Oeiras, onde sempre foi visto como um “corpo estranho”, e a situação pós-revolucionária, com muitos dos dirigentes e investigadores a serem chamados a funções governativas e ao desempenho de cargos de responsabilidade noutros projectos e instituições, conduziram o C.I.P. a uma situação de crise prolongada. Em 1977, ainda se tentou a nomeação de uma Comissão que deveria dirigir o seu trabalho “no sentido do esclarecimento de uma situação de crise particularmente grave, de molde a apontar as soluções institucionais capazes de restituir ao Centro de Investigação Pedagógica as condições mínimas de funcionamento útil”<sup>165</sup>. Mas já pouco havia a fazer e, três anos mais tarde, o Conselho de Administração decidiu-se pela sua extinção<sup>166</sup>.

Que balanço fazer da actividade do C.I.P.? Parece-nos justo assinalar que a ideia original do Centro era muito interessante, integrando-se num processo de mudança do próprio sistema educativo português. A concretização de uma escolaridade obrigatória de quatro anos para os dois sexos, o lançamento da Telescola, a criação do Ciclo Preparatório e os trabalhos de discussão do Estatuto da Educação Nacional coincidiram, no tempo, com os primeiros anos do C.I.P. e anunciavam um conjunto de mudanças de grande alcance que viriam a ter lugar, essencialmente, na década de setenta. Era evidente, para todos, a importância de construir um *conhecimento especializado* que pudesse reflectir sobre estes processos e avaliá-los. É justo também reconhecer que o C.I.P. teve investigadores e colaboradores de grande qualidade, que deixaram trabalhos de referência nos seus domínios de especialidade. Mas, num balanço global, resulta evidente que este projecto ficou bastante aquém das expectativas iniciais. Nos primeiros anos, a falta de meios e a indecisão interna no seio da Fundação dificultaram a sua acção; nos últimos anos, a realidade do país e a expansão da Pedagogia nas universidades provocaram hesitações que não foi possível ultrapassar<sup>167</sup>.

---

<sup>163</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 291, 28 de Março de 1968.

<sup>164</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 963, 28 de Janeiro de 1969.

<sup>165</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 31, 24 de Maio de 1977.

<sup>166</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 29, 13 de Maio de 1980.

<sup>167</sup> Não deixa de ser significativo que a extinção do Centro de Investigação Pedagógica coincida com o ano de criação das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto.

O Centro de Investigação Pedagógica deixou uma série de títulos importantes, merecendo destaque o *Boletim Bibliográfico e Informativo*, publicado entre 1964 e 1973<sup>168</sup>. Aí ficaram registadas as principais actividades realizadas, com destaque para o sector da documentação e informação, provavelmente aquele que revelou maior continuidade e consistência. Mas é importante mencionar igualmente os trabalhos realizados no campo psicopedagógico, na construção de instrumentos de observação e de avaliação psicológica, bem como nos diagnósticos de orientação vocacional, domínios estes que, num certo sentido, estiveram na génese do Centro de Investigação Pedagógica<sup>169</sup>.

O Centro desenvolveu várias actividades de sistematização de informação (legislação, estatística, etc.), bem como de reflexão histórica, sociológica e filosófica sobre temas de ensino e educação. Foram também realizados trabalhos sobre a fadiga e o rendimento escolar, a leitura e os tempos livres, a pedagogia e a educação artística, entre tantos outros. Não obstante, grande parte da atenção do C.I.P. dirigiu-se para estudos e para programas de formação de professores, nos campos do ensino da Matemática e da Língua materna. Num e noutro caso, verificou-se uma preocupação com as consequências do “ensino de massa” e a necessidade de adoptar procedimentos pedagógicos que permitissem responder a esta nova realidade.

Há um conjunto de trabalhos sobre a modernização do ensino da língua materna, em particular da autoria de Óscar Lopes e de Dulce Rebelo, que revelam claramente esta preocupação. Ela surge, igualmente, num longo artigo da autoria de Filomena Pinto Coelho, que produz uma síntese psicológica, antropológica e sociológica de estudos sobre a adolescência, retomando um debate francês sobre a “cultura escolar” e a “cultura de massa” no qual surge a interrogação sobre se não “será realmente possível (e desejável) ensinar, paralelamente aos programas clássicos, Aznavour ou Halliday, o *Paris Match* ou o *Ben-Hur*”,<sup>170</sup>. As pesquisas sobre a modernização da iniciação matemática no ensino primário revelavam, igualmente, a vontade de encontrar as respostas pedagógicas mais adequadas para os novos grupos de alunos. Elas mereceram um parecer positivo de J. Sebastião e Silva: “Verifico que se trata de um trabalho sério que, procurando adaptar e testar no nosso meio diversos métodos de iniciação

---

<sup>168</sup> Foram publicados 18 números deste boletim, com ligeiras alterações no título e na atribuição de responsabilidade. Título: nº 1 (*Boletim Bibliográfico*), nº 2 a nº 14 (*Boletim Bibliográfico e Informativo*), nº 15 a nº 18 (*Bibliografia e Informação*). Atribuição de responsabilidade: nº 1 a nº 14 (Centro de Investigação Pedagógica – Fundação Calouste Gulbenkian); nº 15 a nº 18 (Boletim do Centro de Investigação Pedagógica – Instituto Gulbenkian de Ciência).

<sup>169</sup> Refira-se que, no segundo relatório do Presidente, a criação do C.I.P. aparece associada à necessidade de obter “o concurso de pessoas altamente especializadas na ciência pedagógica e bem assim a possibilidade de utilização das técnicas da psicopedagogia” para proceder a uma correcta selecção e orientação dos bolseiros (José de Azeredo Perdigão, *II Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1960 – 31 de Dezembro de 1962)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, pp. 154-155).

<sup>170</sup> Filomena Pinto Coelho, “Os adolescentes e os tempos livres”, *Boletim Bibliográfico e Informativo*, nº 12, 1970, p. 114.

matemática utilizados no estrangeiro – principalmente o método Suppes e o método Dienes –, revela uma preocupação de originalidade que permite classificá-lo como actividade de investigação”<sup>171</sup>.

Refira-se, por último, que um dos aspectos mais relevantes da acção do Centro de Investigação Pedagógica foi a constituição de uma biblioteca especializada, sem dúvida a mais importante existente no país até ao princípio da década de oitenta. Esta biblioteca, que viria a ser instalada no prédio da Av. de Berna situado em frente à sede da Gulbenkian, em 1985-1986, seria doada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, onde se encontra desde 1993<sup>172</sup>.

Após a extinção do Centro, viveu-se um período de certa hesitação na política da Fundação Calouste Gulbenkian. É certo que continuou a verificar-se a concessão de subsídios e o apoio pontual a iniciativas de investigação educacional. Mas tornava-se evidente a dificuldade de passar de uma situação de “iniciativa directa”, enquanto entidade responsável pelo C.I.P., para uma situação de apoio a outras instituições. Uma vez mais, a Fundação adaptava-se mal à multiplicidade de grupos que nasciam nas universidades, no âmbito das Ciências da Educação ou da formação de professores, não conseguindo definir uma linha clara de actuação. Entretanto, procura-se renovar o Conselho Consultivo, através do convite a personalidades que pudessem ajudar a pensar a sua actividade nesta área<sup>173</sup>. Mas seria necessário esperar pelo final da década de oitenta para que se tomasse a opção de abrir uma linha específica de financiamento de projectos de investigação em educação, apresentados do exterior e mediante concurso.

A partir de 1989, a Fundação passa a dispor de um programa que tinha como objectivo contribuir para a inovação e para a qualidade do sistema educativo em Portugal, sendo que as áreas prioritárias não deveriam afastar-se muito das que tinham sido recomendadas pelo Conselho Consultivo da Educação: ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, da Matemática e da História; Educação Tecnológica; Ligação Escola-Meio<sup>174</sup>. É impossível registar aqui as largas dezenas de projectos que foram apoiados, nos últimos quinze anos, ao abrigo deste programa. Na sua grande maioria, eles situam-se entre a investigação e a inovação, privilegiando, para além dos temas

---

<sup>171</sup> J. Sebastião e Silva, “Parecer sobre os trabalhos da modernização da iniciação matemática no ensino primário”, *Bibliografia e Informação – Boletim do Centro de Investigação Pedagógica*, nº 15, 1972, p. 23.

<sup>172</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 29, 13 de Julho de 1993.

<sup>173</sup> Em 1984, Ferrer Correia indica ao Conselho de Administração que já aceitaram integrar o Conselho Consultivo para os assuntos de Educação em geral as seguintes individualidades: José V. de Pina Martins (Director do Serviço, que presidirá), Marçal Grilo, Aldónio Gomes e Bairrão Ruivo (ver Acta do Conselho de Administração, nº 30, 15 de Maio de 1984). Em 1991, este Conselho será alargado com mais três professores: Bártolo Paiva Campos, Albano Estrela e Nicolau Raposo (ver Acta do Conselho de Administração, nº 7, 19 de Dezembro de 1991).

<sup>174</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 11, 7 de Março de 1989.

acima mencionados, o estudo das problemáticas do ensino experimental, das necessidades educativas especiais, do insucesso escolar, da avaliação institucional das escolas, da administração educacional e das novas tecnologias<sup>175</sup>.

No decurso da última década (1995 - 2005), coincidindo com uma reflexão interna sobre o modelo mais adequado de intervenção fundacional, tem-se verificado uma mudança de orientação no sector educativo. Há três aspectos que merecem realce. Em primeiro lugar, a progressiva delimitação do âmbito dos concursos, com uma identificação mais precisa dos seus objectivos; é uma mudança importante na medida em que tem conduzido a Fundação a definir uma *agenda* própria, não se limitando a financiar projectos da livre iniciativa das instituições ou dos grupos de investigação. Em segundo lugar, a escolha de um conjunto de “projectos especiais”, contratualizados através de uma negociação directa com determinadas equipas de investigação; neste caso, encomendaram-se estudos que procuram analisar problemas identificados pela Fundação e pelos seus consultores, os quais puderam usufruir de financiamentos mais consideráveis. Em terceiro lugar, o estabelecimento de procedimentos de avaliação externa dos projectos financiados.

Estas evoluções, recentes, inserem-se numa reflexão interna que surge com clareza no texto do *Orçamento e plano de actividades para 2003*, nomeadamente na apresentação dos projectos especiais:

“O Serviço de Educação e Bolsas tem vindo, desde 1999 e de forma proactiva, a organizar e concretizar projectos especiais em áreas prioritárias do desenvolvimento educativo como sejam os de apoio à língua portuguesa (através do projecto “LITTERA” – Programa Gulbenkian de Melhoria do Ensino da Língua Portuguesa e da elaboração da Nova Gramática da Língua Portuguesa); de apoio a ciências de base (através do projecto “REANIMAT” – Projecto Gulbenkian de Reanimação Científica da Matemática no Ensino Secundário, do Projecto “FARADAY” – Projecto Gulbenkian de Intervenção no Ensino da Física no Secundário e do Projecto Gulbenkian *exi@mat*); de apoio à educação estética (através do “IDE” – Projecto Gulbenkian de Investigação em Desenvolvimento Estético); e de apoio ao reforço das redes de recursos educativos locais na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico (através do Projecto Gulbenkian R<sup>3</sup> – Reforçar a Rede de Recursos Educativos Locais)”<sup>176</sup>.

Esta lista não esgota os projectos especiais promovidos pela Gulbenkian. Talvez valha a pena referir ainda, pelo seu carácter simbólico, o estudo sobre *A literacia em Portugal*, dirigido por Ana Benavente, a partir de 1993, com base num protocolo entre o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o Conselho Nacional de

---

<sup>175</sup> Nos relatórios anuais da Fundação Calouste Gulbenkian, publicados a partir de 1979, em substituição dos relatórios do Presidente, encontra-se a lista dos projectos apoiados.

<sup>176</sup> *Orçamento e plano de actividades para 2003*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 93.

Educação e a Fundação Calouste Gulbenkian<sup>177</sup>, e o estudo sobre *A governação das Universidades*, iniciado em 2003 sob a direcção de Júlio Pedrosa (Universidade de Aveiro) e de João Filipe Queiroz (Universidade de Coimbra)<sup>178</sup>. Estes dois projectos ilustram bem o desejo de uma maior “proactividade” da Fundação, para recorrer a uma expressão utilizada no documento anteriormente citado, revelando uma importante mudança de orientação no seu sector educativo.

Grande parte destas iniciativas, tanto as que são financiadas no âmbito do programa de apoio a projectos de pesquisa no domínio educativo<sup>179</sup> como as que são objecto de um contrato especial, desenvolveu-se numa lógica de investigação, de investigação-acção e de inovação. A Fundação favoreceu projectos que revelassem rigor científico e que procurassem encontrar respostas para problemas concretos, contribuindo “para a melhoria da qualidade e da eficiência do sistema educativo”<sup>180</sup>. Neste sentido, é difícil separar, como nos propomos fazer, a *investigação da inovação*. Mas, ainda assim, esta distinção parece-nos útil para analisar um tipo de intervenções da Fundação que, sobretudo na primeira fase da sua existência, deu contributos muito importantes para a renovação do sistema educativo português.

### **O apoio da Fundação à inovação: da compensação à qualidade**

Ao longo dos seus cinquenta anos, a Fundação Calouste Gulbenkian apoiou um conjunto impressionante de iniciativas e de instituições. Frequentemente, na impossibilidade de obter outros financiamentos, aparecia como a única oportunidade para desenvolver certos projectos. Este facto é bem visível em sectores menos cobertos pela acção estatal que, durante algum tempo, iriam estar dependentes do seu suporte. É o caso, por exemplo, da educação pré-escolar ou do ensino especial. Já explicámos que, contrariamente a outras fundações, a Gulbenkian não organizou os seus apoios em torno de uma *agenda* própria de intervenção ou de reforma, mas antes através de uma lógica de substituição ou, melhor dizendo, de compensação, num primeiro tempo, e de uma estratégia de promoção de iniciativas de qualidade portadoras de um potencial de inovação, num segundo.

Ainda que não sejam estanques, é possível argumentar, pelo menos no esforço de procurar uma interpretação da história da Fundação Calouste Gulbenkian, que a primeira fase da sua existência (1956-1981) é marcada por uma *lógica de compensação*, enquanto que a segunda se define por um esforço de *promoção da qualidade* (1981-

---

<sup>177</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 46, 21 de Dezembro de 1993.

<sup>178</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 7, 27 de Fevereiro de 2003.

<sup>179</sup> Desde 2005, o concurso passou a ter um objectivo concreto dentro de uma área temática considerada prioritária para o enquadramento das questões educativas em Portugal (ver [www.gulbenkian.pt](http://www.gulbenkian.pt) – Programa de apoio a projectos de pesquisa no domínio educativo).

<sup>180</sup> *Relatório anual da Fundação Calouste Gulbenkian de 1999*, Lisboa, 1999, p. 78.

2006). Esta periodização, que adoptamos com as necessárias precauções, servir-nos-á para referir algumas das suas áreas principais de intervenção.

Nos primeiros vinte e cinco anos de vida, a Fundação Calouste Gulbenkian revelou um grande cuidado na atribuição dos subsídios, procurando ganhar um maior espaço de actuação, desde logo no plano político, mas também na relação com as forças sociais e religiosas. Regista-se um equilíbrio entre instituições públicas e privadas, entre grupos mais próximos do regime e outros que se situavam nas margens da oposição. As entidades ligadas à Igreja, desde os colégios e seminários até às dioceses e à Universidade Católica, mereceram-lhe uma atenção especial. Para além destes subsídios a entidades e iniciativas, é ainda possível mencionar quatro sectores que foram objecto de um financiamento regular<sup>181</sup>.

Em primeiro lugar, a *educação pré-escolar* que recebeu apoios desde a primeira hora. A Fundação Gulbenkian teve a clara percepção das insuficiências do país nesta matéria, num período em que a realidade do trabalho feminino e os movimentos migratórios para as cidades colocavam as famílias perante novas necessidades de acolhimento dos seus filhos mais pequenos<sup>182</sup>. Apoiou diversas entidades, muito em particular a Associação dos Jardins-Escolas João de Deus, compensando assim a inexistência de uma rede pública de jardins-de-infância. Em 1968, no âmbito das discussões anuais sobre as actividades do pelouro da Educação, ficou registada em acta do Conselho de Administração a seguinte intervenção: “O Senhor Roberto Gulbenkian apresentou uma sugestão no sentido de a Fundação generalizar a sua ajuda, em escala nacional, aos jardins-escolas, por se tratar de um sector – o do ensino pré-primário – em que a Fundação poderá desempenhar um papel de relevante importância para o País”<sup>183</sup>. Decorridos três anos, Ferrer Correia apresentou ao Conselho de Administração os problemas com que se debatia a educação infantil, “matéria cuja importância disse ser desnecessário encarecer e para a resolução dos quais a contribuição da Fundação tem sido frequentemente solicitada”<sup>184</sup>, reforçando o plano da sua intervenção. Esta política manteve-se ao longo das décadas seguintes, através do apoio a diversas instituições, programas e projectos, de investigação e de intervenção, verificando-se uma progressiva diminuição da presença fundacional à medida que o Estado foi reforçando a sua acção neste campo.

---

<sup>181</sup> Um outro sector, a educação artística, apenas será afluído no nosso texto, tendo em conta que há um capítulo deste livro dedicado à Arte, da autoria de António Pinto Ribeiro.

<sup>182</sup> Ver António Nóvoa, “Educação Infantil”, in *Dicionário de História de Portugal - VII* (coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 603-605.

<sup>183</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 291, 28 de Março de 1968.

<sup>184</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 11, 16 de Fevereiro de 1971. Ver também José de Azeredo Perdigão, *V Relatório do Presidente (1 de Janeiro de 1969 – 31 de Dezembro de 1971)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, pp. 134-135.

Em segundo lugar, o *ensino especial*, outro sector importante nos apoios da Fundação. Neste campo, havia algumas importantes intervenções de entidades públicas, com destaque para o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, mas também para o trabalho realizado, a partir de meados da década de sessenta, no Instituto de Assistência aos Menores, no Centro de Saúde Mental Infantil ou no Centro de Observação e de Orientação Médico-Pedagógica<sup>185</sup>. Não obstante, o incentivo da Fundação, tanto aos movimentos associativos neste campo (Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, Cooperativas para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, etc.) como à realização de estudos e experiências de integração de crianças e jovens com “necessidades educativas especiais”, revelou-se essencial. Na verdade, grande parte da reflexão sobre educação especial no nosso país, em particular nas décadas de setenta e de oitenta, foi produzida a partir de grupos apoiados pela Fundação. Nessa perspectiva, o que se escreveu no Relatório Anual de 1982 resume bem o sentido da intervenção fundacional nesta área: “No âmbito da acção do Serviço de Educação, assume particular relevo o apoio que continuou a ser prestado à educação e integração da criança e jovens deficientes. Em resultado da experiência recolhida e de acordo com o movimento que se vem gerando a nível mundial, tem interessado ao Serviço apoiar todas as experiências nascentes ou em curso que se orientam pelos princípios da integração das crianças deficientes, que podem encontrar no jardim de infância, nas escolas primária, preparatória ou secundária, o ambiente adequado ao seu mais completo desenvolvimento pessoal e à sua natural socialização”<sup>186</sup>.

Em terceiro lugar, o apoio a *processos de reforma do sistema escolar*, política que será iniciada logo nos primeiros anos e que se tem mantido até ao presente. São inúmeras as acções neste domínio: financiamento de infra-estruturas, formação de pessoal especializado, produção de materiais de suporte, estudos de acompanhamento e de divulgação, etc. A título meramente exemplificativo, referiremos a telescola e o ensino preparatório, duas iniciativas políticas da década de sessenta que contribuíram fortemente para a expansão e “massificação” do sistema educativo português. Desde 1963 que terá havido negociações com vista à abertura, pela Radiotelevisão Portuguesa, de uma “televisão educativa”; todavia, a Fundação não se mostrou muito disponível para este projecto, que se interessava “acima de tudo pelo combate ao analfabetismo originário [cuja] solução é função especificamente do Estado”<sup>187</sup>. Contudo, a partir de 1967, a Fundação iniciou um processo de apoio aos postos de telescola, colaboração que se aprofundaria dois anos mais tarde por intermédio de uma ligação entre o Centro de Investigação Pedagógica e o Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino. O Conselho de

---

<sup>185</sup> Ver António Nóvoa, David Rodrigues e Sérgio Niza, “Ensino Especial”, in *Dicionário de História de Portugal - VII* (coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 630-631.

<sup>186</sup> *Relatório Anual 1982*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 49.

<sup>187</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 156, 25 de Junho de 1963.

Administração deu o seu acordo, ainda que tenha ficado registada em acta uma interessante observação: “O Senhor Prof. Eng. Leite Pinto pediu a palavra para dizer que, embora, em seu entender, pudessem pôr-se reservas à estruturação do IMAVE, sobretudo por se tratar de uma experiência muito dispendiosa e por a criação daquele Instituto ter partido da ideia de que a Telescola poderia ser uma escola independente e não meramente supletiva e complementar da escola viva, a Fundação não poderá alhear-se deste projecto precursor, tanto mais que lhe vem prestando o seu apoio há já dois anos lectivos”<sup>188</sup>. Num outro plano, é interessante assinalar a ajuda prestada ao lançamento do ensino preparatório<sup>189</sup>, igualmente depois de 1967, tendo mesmo sido criado um fundo específico, “destinado à concessão de participações no custo de instalação de Escolas do Ciclo Preparatório, quer através da construção de edifícios próprios”<sup>190</sup>. Estes dois exemplos, a telescola e o ensino preparatório, escolhidos entre tantos outros, revelam um esforço para acompanhar e apoiar mudanças em curso no sistema educativo. Mas torna-se evidente que a Fundação não assumia o papel de promover e, muito menos, de liderar estes processos. Estamos perante uma característica importante da sua história, que a distingue de grande parte das suas congéneres internacionais.

Em quarto lugar, a preocupação com a *formação e actualização dos professores*. Também aqui se regista uma grande permanência na actividade da Fundação, pois os programas que têm merecido o seu apoio dedicam, regra geral, uma atenção muito significativa ao pessoal docente. Este traço está presente desde a década de sessenta com os estágios para professores de Línguas Vivas (a partir de 1968), com o esforço de qualificação dos regentes escolares e com a atenção consagrada ao ensino da Biologia (a partir de 1971) e da Física (a partir de 1973). Ferrer Correia explicava ao Conselho de Administração, em 1971, a importância desta actuação, que tinha “como objectivo prestar um contributo, ainda que modesto, ao vasto e cada vez mais necessitado campo da formação e reciclagem do pessoal docente”, na convicção de que se tratava “de casos de intervenção prioritária não cobertos pela iniciativa oficial”<sup>191</sup>. É impossível, no âmbito deste capítulo, apresentar, mesmo sumariamente, um relato do trabalho da Fundação nesta área. Mas é importante sublinhar devidamente a preocupação, sempre presente, tanto na concessão pontual de subsídios como no apoio a programas de investigação ou de inovação, de integrar aspectos de aperfeiçoamento dos professores. Neste plano, as prioridades da Fundação dirigiram-se para as línguas, tanto para a

---

<sup>188</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 967, 11 de Fevereiro de 1969.

<sup>189</sup> António Nóvoa e João Barroso, “Ensino Preparatório”, in *Dicionário de História de Portugal - VII* (coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 634-636.

<sup>190</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 11, 16 de Fevereiro de 1971.

<sup>191</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 11, 16 de Fevereiro de 1971.

Língua Portuguesa como as Línguas Estrangeiras, para as ciências experimentais (Biologia, Física, etc.) e, mais tarde, para a Matemática.

Aqui ficam alguns registos, parcelares, da actividade da Fundação na primeira fase da sua existência. Eles servem para explicar um estilo de intervenção muito próprio, marcado pela vontade de suprir as deficiências das políticas governamentais. Em 1981, um dos mais emblemáticos projectos promovidos pela Gulbenkian, o *Projecto Alcácer*, antecipava uma redefinição dos seus modos de intervenção, num período histórico caracterizado por uma maior presença do Estado. Através de uma parceria com a Fundação Bernard Van Leer, o projecto decorreu entre 1981 e 1985 tendo-se centrado “na melhoria da qualidade de vida proporcionada às crianças através da transformação dos centros e da interacção destes com as famílias e as comunidades”. Realizado num momento de preparação da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986, trouxe contributos muito importantes que viriam a influenciar a filosofia de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian na área educativa. Vale a pena citar, até pela sua actualidade, a reflexão avançada pelo director do projecto, Bártolo Paiva Campos, que começava por dois reparos à reforma educativa iniciada nessa época:

“Dois reparos me merece para já este processo: por um lado, o papel principal que cabe ao poder central e o secundário atribuído aos centros locais de ensino na elaboração, implementação e avaliação da reforma; por outro, a consequente prioridade dada ao desenvolvimento curricular sobre a formação de professores, a separação entre este e a produção de inovação curricular e a função marginal e paralela atribuída à estrutura e à organização dos centros locais de ensino, reduzida, aliás, aos aspectos relacionados com os órgãos e regras de gestão destes. No Projecto Alcácer, porque se trata de educação de infância e de instituições privadas de solidariedade social, não havia uma reforma educativa definida centralmente para os centros locais de educação, nem a equipa de apoio externo assumia o papel de um qualquer poder central: os centros foram considerados os locais de produção de reforma educativa e as pessoas a eles pertencentes, os agentes principais da mesma, ainda que apoiados externamente. Não se estava perante uma Reforma, mas diante de um processo permanente de renovação da dinâmica educativa”<sup>192</sup>.

A referência é útil para compreender as políticas da Fundação nos segundos vinte e cinco anos de vida (1981-2006), que passaram a ser definidas menos por uma “lógica de compensação” e mais por um “incentivo à qualidade”. Esta intenção começou a aparecer com clareza em vários documentos de orientação, encontrando também acolhimento no *Orçamento e plano de actividades para 2003* quando se refere que o Serviço de Educação e Bolsas prosseguia “na via do reforço de uma atitude proactiva estimulando o desenvolvimento de programas e projectos especiais de

---

<sup>192</sup> Bártolo Paiva Campos, “Prefácio”, in *Projecto Alcácer*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. viii.

natureza experimental e com efeito de demonstração”, em áreas cuja promoção se considerava “importante e prioritária no vasto quadro do desenvolvimento humano”<sup>193</sup>.

Na impossibilidade de descrever o conjunto das iniciativas apoiadas nos últimos anos, recordaremos alguns dos programas e projectos mencionados no sítio da Fundação Gulbenkian na Internet<sup>194</sup>, na medida em que eles ilustram não só as prioridades actuais mas também o tipo de intervenção adoptado:

- Projecto *Diversidade linguística* que visa estudar este tema e desenvolver materiais que permitam melhorar a competência linguística em português dos alunos que não têm o português como língua materna;
- Projecto *A casa da leitura* que tem como objectivo capacitar os mediadores de leitura com ferramentas teóricas e práticas susceptíveis de construir uma rede nacional de promotores de leitura;
- Projecto *Theka* no âmbito do qual se organizam cursos de formação para docentes responsáveis pela criação e organização de bibliotecas escolares/centros educativos em estabelecimentos de ensino;
- Projecto *Arte e cultura na escola* que tem como principal finalidade caracterizar e analisar diferentes obras de arte que possam ser usadas por professores do 3º ciclo do ensino básico e, eventualmente, do ensino secundário na sua actividade lectiva.

Juntando, a estas linhas de actuação, o apoio regular a actividades no ensino especial, na educação pré-escolar e básica, no ensino secundário e profissionalizante, no ensino superior e nas novas tecnologias educativas fica-se com um panorama bastante completo da intervenção da Fundação na área da Educação<sup>195</sup>. O propósito declarado para o fim estatutário *Educação* no sítio da Fundação é intencionalmente amplo: “Contribuir para o desenvolvimento educativo em Portugal e para o debate sobre o progresso da educação no mundo, quer no quadro da Escola quer no âmbito da sociedade, são algumas linhas orientadoras da acção da Fundação no campo da Educação, área estatutária em que se investe um pouco mais de um terço do seu orçamento anual”<sup>196</sup>. Assim sendo, não é de estranhar o carácter extensivo, abrangente, das suas actividades e apoios. Mas, nos últimos anos, verifica-se um esforço de reflexão

---

<sup>193</sup> *Orçamento e plano de actividades para 2003*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 95-96. Esta orientação está já presente no *Relatório Anual 1992*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 77-80.

<sup>194</sup> [www.gulbenkian.org](http://www.gulbenkian.org) (Educação).

<sup>195</sup> *Orçamento e plano de actividades para 2003*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 98-110.

<sup>196</sup> [www.gulbenkian.org](http://www.gulbenkian.org) (Educação).

interna que tem conduzido a uma orientação mais intensiva, isto é, menos difusa e mais direccionada para determinadas áreas de estudo e de intervenção. A publicação da revista *Colóquio – Educação e Sociedade* e, posteriormente, o lançamento de Conferências Internacionais insere-se nesta procura de um rumo para as políticas da Fundação no sector educativo.

### ***Colóquio – Educação e Sociedade e Conferências Internacionais***

Em 1992, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu lançar um projecto editorial de grande envergadura, a revista *Colóquio – Educação e Sociedade*, procurando assim repetir o sucesso das outras séries Colóquio (Artes, Ciências e Letras)<sup>197</sup>. A. Ferrer Correia apresentava assim o primeiro número:

“Esta quarta revista Colóquio da Fundação Gulbenkian não pretende vir a ser mais uma revista de Educação, visando as questões pedagógicas, didácticas ou administrativas dos sistemas de ensino. Pretende-se, sim, que seja uma Revista onde possam ser equacionados os grandes temas do mundo actual nas suas relações e implicações com a Educação, que seja uma Revista sobre as Sociedades, do passado, do presente e do futuro, sobre a forma como a Educação as moldou ou foi por elas moldada, que seja, enfim, uma Revista que reflecta o diálogo do Homem com os homens, nas suas diferentes dimensões e preocupações de natureza cultural, histórica, filosófica, ética ou política. Por esta razão, nos corpos directivos e editoriais da Revista não se encontram especialistas das chamadas Ciências da Educação, ainda que todos os que nela colaboram estejam profissionalmente ligados ao ensino, à investigação ou à administração no âmbito do sistema educativo”<sup>198</sup>.

Como se depreende destas palavras de Ferrer Correia, a intenção da Fundação Gulbenkian era muito diferente da que, três décadas antes, a conduzira à criação do Centro de Investigação Pedagógica. Naquela época, o objectivo era construir um conhecimento especializado, valorizando a tradição científica da Pedagogia, como explicou Ferrer Correia ao Conselho de Administração<sup>199</sup>; agora, tratava-se de pensar as questões da educação fora do âmbito científico, mobilizando um olhar exterior, produzido por “personalidades polifacetadas com interesse múltiplos e pensamento original”<sup>200</sup>. A direcção da revista foi confiada a J.J. Fraústo da Silva, tendo como director-adjunto E. Marçal Grilo e como coordenador M. Tavares Emídio<sup>201</sup>. São

---

<sup>197</sup> O assunto foi apresentado, inicialmente, por Ferrer Correia ao Conselho de Administração, em 1989 (Acta do Conselho de Administração, nº 11, 7 de Março de 1989). A deliberação quanto à criação da revista foi tomada em 1991 (Acta do Conselho de Administração, nº 22, 18 de Junho de 1991).

<sup>198</sup> A. Ferrer Correia, “Editorial”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, Outubro de 1992, p. 8.

<sup>199</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 128, 28 de Junho de 1962.

<sup>200</sup> A. Ferrer Correia, “Editorial”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, Outubro de 1992, p. 8.

<sup>201</sup> Para além destes três responsáveis, havia um Conselho de Redacção constituído pelos seguintes especialistas: Guilherme d’Oliveira Martins, Joaquim Aguiar, Jorge Calado, José Mariano Gago, José Pedro Martins Barata, Manuel Maria Carrilho, Maria Filomena Mónica, Maria de Sousa, Roberto Carneiro e Rogério Fernandes.

justamente estes três autores que assinam o primeiro artigo da revista, intitulado “Algumas considerações sobre as reformas da educação”, que segue de perto um texto de 1987 que tinham escrito como introdução à proposta de reforma curricular dos ensinos básico e secundário<sup>202</sup>.

Este facto é interessante, pois revela a proximidade com as políticas educativas que então se desenhavam na sociedade portuguesa e que iriam perdurar até ao final do século XX, designadamente nos mandatos ministeriais de Roberto Carneiro (1987-1991) e de Marçal Grilo (1995-1999)<sup>203</sup>. A primeira série da revista prolongou-se até Dezembro de 1995, tendo sido publicados dez números sob a coordenação de diferentes autores. Em 1997 iniciava-se uma nova série que Ferrer Correia justificava pelo facto das personalidades da direcção e conselho de redacção terem sido “quase todas chamadas recentemente a responsabilidades na Administração do Estado”<sup>204</sup>. Doravante, a revista seria dirigida pelo “Senhor Engenheiro Roberto Carneiro, antigo Ministro da Educação e figura de reconhecido prestígio nacional e internacional na área educativa”<sup>205</sup>, organizando-se segundo uma nova metodologia:

“A Revista inicia este novo ciclo com uma renovada ambição, a qual se compatibiliza plenamente com a vocação editorial para que foi criada: a de propiciar um espaço regular de debate qualificado e independente em Portugal sobre as grandes questões contemporâneas da Educação, na sua relação diversificada com a Sociedade, contribuindo assim para conferir profundidade estratégica e visão estável, a prazo, às políticas educativas. Na verdade, para que a Educação reocupe, de pleno direito, a sua função estabilizadora das sociedades, é indispensável que ela seja resgatada da pulsão cronofágica que domina o pensamento conjunturalista dominante”<sup>206</sup>.

Os seis volumes da nova série, publicados na sequência de colóquios realizados em parceria com o Conselho Nacional de Educação, seriam dedicados aos seguintes temas: *Interculturalidade e coesão social na intervenção educativa* (nº 1, Outubro de 1997), *Reinventar a universidade* (nº 2, Março de 1998), *Valores e educação numa sociedade em mudança* (nº 3, Junho de 1998), *Escola e parcerias educativas* (nº 4, Outubro de 1998), *Ensino secundário: desafios e alternativas* (nº 5, Março de 1999) e *Aprender ao longo da vida* (nº 6, Dezembro de 2000).

---

<sup>202</sup> E. Marçal Grilo, M. Tavares Emídio e J.J. Fraústo da Silva, “Algumas considerações sobre as reformas da educação”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, Outubro de 1992, pp. 12-27.

<sup>203</sup> Registe-se que cerca de metade das personalidades ligadas à orientação da revista desempenharam cargos ministeriais na área da Educação (Fraústo da Silva, Roberto Carneiro, Marçal Grilo, Guilherme d’Oliveira Martins), da Ciência (José Mariano Gago) e da Cultura (Manuel Maria Carrilho).

<sup>204</sup> A. Ferrer Correia, “Nota prévia”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, nova série, Outubro de 1997, p. 5.

<sup>205</sup> A. Ferrer Correia, “Nota prévia”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, nova série, Outubro de 1997, p. 5.

<sup>206</sup> Roberto Carneiro, “Editorial”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, nova série, Outubro de 1997, p. 7.

Infelizmente, a nova série também não conheceu o sucesso editorial que os seus responsáveis desejavam. Com uma tiragem de 1500 exemplares, em média não conseguiu vender mais do que 100 exemplares, ficando muito aquém dos objectivos fixados. Com custos da ordem dos 50 000 euros por número (cerca de metade para a organização do Colóquio e a outra metade para a produção da revista), este projecto editorial tornara-se insustentável<sup>207</sup>. Em 1999, o Conselho de Administração resolveu suspender a publicação da revista, após a saída do nº 6, tendo em conta o reduzido interesse do público e “reconhecendo que os objectivos estabelecidos com esta edição não foram atingidos da forma como se pretendia”<sup>208</sup>.

As dificuldades da revista não se deveram à menor qualidade dos seus artigos, escritos por autores de grande prestígio, mas antes a uma incorrecta definição da sua linha editorial e dos seus públicos de referência. A finalidade da Fundação era acertada, como explica Roberto Carneiro no editorial do primeiro número: suscitar um amplo debate na sociedade portuguesa, sobre as relações Educação e Sociedade, “com independência de espírito, fora dos constrangimentos da vida política ou dos acidentes da conjuntura”<sup>209</sup>. Porém, a revista permaneceu apenas num círculo restrito de leitores, não conseguindo construir-se nem como espaço de diálogo entre a educação e a sociedade, o que necessitaria de um formato mais simples e de maior divulgação, nem como referência para a reflexão científica em educação, o que na verdade ela nunca procurou ser, nem como lugar de apoio à decisão política, o que teria obrigado a escolher outro tipo de temáticas e abordagens, nem como publicação útil para os professores e outros profissionais da educação, o que só teria sido possível caso tivesse havido um esforço de orientação editorial nesse sentido.

A Fundação tencionava, a partir desta publicação periódica, construir pontes entre os vários mundos da educação, colocando o debate num espaço social mais amplo. É uma missão importante que, em grande medida, está ainda por cumprir na sociedade portuguesa. Na mesma reunião em que decidiu suspender a revista, o Conselho de Administração esclareceu que a Fundação não deveria alhear-se do papel que lhe cabia “assumir no debate e consolidação de ideias na área educativa, proporcionando um espaço de discussão e reflexão ao mais alto nível, com protagonistas da maior qualidade” que pudessem “contribuir para o renovar das ideias e das práticas em que se baseia o processo educativo”<sup>210</sup>. Com esta intenção foi decidido realizar anualmente

---

<sup>207</sup> Proc. Revista - Informação interna nº 307/99, 7 de Junho de 1999.

<sup>208</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 26, 13 de Junho de 1999.

<sup>209</sup> Roberto Carneiro, “Editorial”, *Colóquio – Educação e Sociedade*, nº 1, nova série, Outubro de 1997, p. 9.

<sup>210</sup> Acta do Conselho de Administração, nº 26, 13 de Julho de 1999.

uma Conferência Internacional, sobre um tema de grande relevância na área da Educação, reunindo especialistas nacionais e internacionais<sup>211</sup>.

A abertura das conferências aos professores e profissionais da educação, mas também ao público em geral, permitiu lançar as bases de um debate informado. A Fundação compreendeu a necessidade de instaurar um *lugar* para discutir, com profundidade e rigor, temas que se tornaram inadiáveis, um território no qual fosse possível construir um pensamento informado, baseado na interpretação dos factos e na discussão das ideias. Mas, para atingir este objectivo, os encontros anuais são insuficientes, por mais importantes que eles sejam. Parece-nos fundamental que sejam alimentadas redes permanentes de trabalho e de reflexão, de estudo e de análise dos problemas.

\*

\*

\*

A sociedade portuguesa adquiriu, hoje, uma consciência nítida das insuficiências e das dificuldades, não só da sua escola, num plano institucional, mas também dos seus processos de educação, num plano social. Entrámos no século XXI ainda sem termos resolvido alguns problemas básicos da escolarização e da formação dos portugueses. Mas o debate resvala, frequentemente, para um *excesso de passado* – a nostalgia de uma escola que, de facto, nunca existiu e que, mesmo que tivesse existido, seria inútil para resolver os problemas do presente – ou para um *excesso de futuro* – a projecção de ideias, produzidas no registo da prospectiva ou da utopia, que alimentam a vaguidade de muitas conversas e relatórios. Falta-nos um conhecimento informado, construído a partir de um esforço de investigação e de inovação, assente num estudo paciente e continuado.

A Fundação Gulbenkian é, provavelmente, a única instituição portuguesa que poderá promover a estruturação deste *lugar* de encontro e de estudo, que nos permitirá sair do indesejável impasse em que nos encontramos. A longa experiência que detém

---

<sup>211</sup> Foram os seguintes os temas e os comissários das Conferências realizadas até agora: 2000 – Novo conhecimento, Nova aprendizagem (Roberto Carneiro); 2001 - Espaços de educação, Tempos de formação (António Nóvoa); 2002 – Cruzamento de saberes, Aprendizagens sustentáveis (João Ferreira de Almeida); 2003 – Direitos e responsabilidades na sociedade educativa (Diogo Pires Aurélio); 2004 – A Língua portuguesa: presente e futuro (Eduardo Prado Coelho); 2005 – A autonomia das escolas (José Neves Adelino).

nesta área, bem como a sua capacidade de mobilizar diferentes grupos e pessoas, concedem-lhe a independência e a credibilidade necessárias a uma intervenção deste tipo. Não se trata de substituir o trabalho a realizar nas instituições de ensino superior ou nas escolas, nos centros de investigação ou em órgãos como o Conselho Nacional de Educação, em espaços associativos ou no debate junto do grande público. Trata-se, sim, de articular formas de pensamento mais amplas, tarefas que exigem redes permanentes de estudo, de ensaio e de avaliação. Em nossa opinião aqui se encontra um dos contributos mais importantes que a Fundação poderá dar à sociedade portuguesa. Mas isso são contas de um rosário futuro e, neste momento, é sobre a história que nos estamos a debruçar.

No texto que produzimos ficam alguns registos de uma Fundação que mudou o país. Na área da Educação, é difícil imaginar o que teria sido Portugal sem a sua excepcional contribuição. Muito do que se fez no plano das pós-graduações, da formação cultural dos estudantes, da promoção da leitura e do apoio à investigação e à inovação jamais teria sido possível sem o seu apoio e patrocínio.

A Fundação mudou o país. Mas, ao mesmo tempo, o país mudou a Fundação. A adaptação à mudança de regime político e, sobretudo, à maior presença do Estado no campo educativo nem sempre se fez com facilidade. A Fundação Calouste Gulbenkian continua à procura de um modelo de intervenção que lhe permita desempenhar, nas próximas décadas, um papel tão decisivo como aquele que cumpriu ao longo destes cinquenta anos. Nenhum de nós consegue imaginar Portugal sem a *sua* Fundação.